UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CATALINA GONZÁLEZ ZAMBRANO

**De Negros a Afro-Colombianos. Oportunidades políticas e dinâmicas de ação
coletiva dos grupos negros na Colômbia.**

(Versão corrigida)

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**De Negros a Afro-Colombianos. Oportunidades políticas e dinâmicas de ação
coletiva dos grupos negros na Colômbia.**

(Versão corrigida)

Catalina González Zambrano

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia do Departamento de
Sociologia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Alonso

São Paulo
2012

*A Pedro e Valentina,
Meus companheiros de caminhada*

*In Memoriam, André Marcel D'Ans
Mon Professeur*

Agradecimentos

Quero agradecer em primeiro lugar à Professora Angela Alonso, minha orientadora, pela confiança, o apoio e o estímulo que foram fundamentais para construir este trabalho.

Não posso deixar de agradecer também aos membros da banca de qualificação, os Professores Antônio Sérgio Guimarães e Brasília Sallum Jr., pelas questões críticas que foram essenciais para orientar a redação deste texto.

Igualmente agradecer ao Professor Antônio Sérgio Guimarães por ter assumido a co-orientação deste trabalho durante um breve período, e junto com a Professora Maria da Glória Gohn por terem aceito o convite para participar da banca da defesa.

Agradeço aos professores do Programa, que me ajudaram na minha formação intelectual, em especial aos Professores Brasília Sallum, Fernando Pinheiro, Sylvia Garcia, Antônio Sérgio Guimarães e Sérgio Adorno.

A meu Professor da Université Paris VII, André Marcel D'Ans, que foi o primeiro a acreditar que este trabalho era possível e que infelizmente foi embora sem dizer adeus.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em especial à Professora Nadya Araújo Guimarães, coordenadora do programa durante os meus dois anos de mestrado.

Obrigada a meus companheiros de mestrado e ao grupo da Revista Plural.

Obrigada a Túlio Custódio, meu companheiro na representação discente.

Aos funcionários do Departamento de Sociologia, em especial Angela e Vicente.

Ao grupo de estudos de Povos Indígenas da Professora Vivian Urquidi.

Ao grupo de estudos de Movimentos Sociais do Professor Lucio Kowarick.

Sou grata ao apoio institucional oferecido pela Capes, pela bolsa de estudos que me foi outorgada.

Às organizações afro na Colômbia que sempre me receberam para responder minhas eternas perguntas, em especial ao Movimento Cimarrón, Ormuafro, Afrodes, Ecotambor e PCN

Minha eterna gratidão aos meus pais, Álvaro e Maria Elvira, por me apoiar em todo lugar e em qualquer circunstância.

A Pedro Chadarevian pelas leituras e críticas de meus textos e, sobretudo por fazer minha vida mais feliz.

A minha Valentina, por iluminar meu caminho.

RESUMO

Nesta dissertação analisamos as dinâmicas de ação coletiva dos grupos negros na Colômbia, desde a abolição da escravidão a meados do século XIX até a Colômbia contemporânea. Este foco sócio-histórico tem como objetivo observar as mudanças nas oportunidades políticas que permitem, ou não, a ação coletiva de um grupo social. Na medida em que as oportunidades políticas oferecidas pelo Estado são favoráveis para a mobilização, nos interessamos em compreender as estratégias de mobilização e os recursos usados pelos ativistas, assim como as alianças e a especialização do ativismo. A dinâmica da organização do Movimento Afro-Colombiano mudou na última década do século XX, quando promulgada a nova Constituição Política nacional e mais uma vez na primeira década do século XXI, quando a população negra colombiana se torna alvo do conflito armado que vive o país.

Palavras-chave: movimento afro-colombiano, estruturas de oportunidades políticas, ação coletiva, estruturas de mobilização, protestos.

ABSTRACT

In this dissertation we analyze the dynamics of collective action of Colombian black groups, since the abolition of slave trade in 1851, until contemporary Colombia. This socio-historical focus has the intuition to observe how changes in political opportunities aloud collective action of a social group. In so far as political opportunities given by the State are positive for mobilization, we are interested in the comprehension of which strategies are chosen for groups to mobilize, as well as the usage of resources by activists. Also we are interested in understanding the alliances and specialization of the activism in certain political regimes. The dynamic of organization of Afro-Colombian Movement changed during the last decade of the 20th century, when a new constitution was adopted. And has changed once again during the first decade of the 21st century, when Colombian black population became the main victims of the armed conflict in the country.

Key words: Afro-Colombian movement, political opportunity structures, collective action, mobilization structures, protests.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1: Antecedentes da ação política dos grupos negros colombianos.....	23
1. Momento 1: A ideologia da mestiçagem e as dificuldades de construção de uma identidade coletiva dos grupos negros colombianos em perspectiva histórica. 1851-1930.....	26
1.1 Dinâmicas de ação política da população negra no século XIX.....	36
1.2 De lideranças passivas a atores políticos.....	38
2 Momento 2: Oportunidades políticas para a população negra. 1930-1960.....	41
Capítulo 2: Dinâmicas de mobilização coletiva dos afro-colombianos 1970-1991.....	49
1. A estrutura de oportunidades políticas dos anos 1970.....	50
2. O surgimento da mobilização afro-colombiana: associativismo e repertórios.....	53
2. 1 A formação das associações afro-colombianas: o caso do Centro de Estudos SOWETO e Movimento Nacional Cimarrón.....	56
2.1.1 Os <i>quadros interpretativos</i> do Movimento Cimarrón.....	63
2.2 A formação das associações rurais afro-colombianas: o caso das Organizações de Base.....	66
3. A formação de um ator coletivo: o Processo de Comunidades Negras (PCN).....	72
4. Conclusões.....	77
Capítulo 3: Assembléia Nacional Constituinte como Estrutura de Oportunidade Política para a mobilização coletiva afro-colombiana.....	81
1. Movimento e processo constitucional: a Assembléia Nacional Constituinte (ANC).....	83
2. As Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP) para a mobilização do Movimento Afro-colombiano.....	89

2.1 Dimensões estruturais que facilitam ou reprimem a mobilização afro-colombiana.....	91
2.2 Dimensões conjunturais: momentos e atores políticos.....	93
3. Mobilização dos Afro-colombianos durante a Assembléia Nacional Constituinte (ANC).....	94
3.1 Faccionalismo e alianças do movimento afro-colombiano durante a Constituinte.....	99
4. Os impactos do Artigo Transitório 55 (AT 55) na mobilização afro-colombiana.....	104
4.1 A "Comissão Especial" e a elaboração da lei 70.....	106
5. Conclusões.....	109
Capítulo 4: Dinâmicas e identidades dos afro-colombianos em Bogotá.....	111
1. A distribuição da população afro-colombiana em Bogotá.....	112
2. Dinâmicas sócio-econômicas e culturais dos afro-colombianos em Bogotá.....	116
3. Construção de identidades coletivas afro-colombianas em Bogotá.....	120
4. O novo cenário da mobilização afro-colombiana: a institucionalização associativa.....	124
5. Tipologia das organizações afro-colombianas em Bogotá.....	129
6. Conclusão.....	140
Considerações finais.....	142
Referências Bibliográficas.....	146

Tomado de Barbary, Olivier; Urrea, Fernando. "La población negra en la Colombia de hoy: dinámicas sociodemográficas, culturales y políticas". *Estudos Afroasiáticos*. Vol. 25. No. 1. 2003.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as dinâmicas de ação política da população negra colombiana em diferentes momentos da história republicana desse país. Esses momentos são a chave para entender como as estruturas políticas favorecem ou reprimem a mobilização coletiva. O período de análise pode parecer muito amplo (desde a segunda metade do século XIX, quando abolida a escravidão na Colômbia, até as atuais formas de mobilização *afro-colombiana* na capital do país), mas não se trata aqui de uma reconstrução histórica completa, e sim de uma análise sociológica sobre as formas de mobilização e de organização política que os grupos de *morenos*, *negros* e *mulatos* colombianos usaram desde a abolição da escravidão até hoje. A análise privilegia momentos chave do processo de formação do movimento negro colombiano; esta opção permite desmembrar por épocas as distintas formas de ação coletiva desta população, esclarecendo que, no sentido estrito do termo Movimento Social, o “Movimiento Negro” só aparece na década de 1960, sob influência do Movimento Negro norte-americano ou *afro-americano* e por esse motivo vamos usar aqui o termo de *Movimiento Afro-Colombiano* apenas a partir desse momento.

A tese central deste trabalho, baseada nos trabalhos de Charles Tilly e Sidney Tarrow, é que a mobilização social se transforma de acordo com as mudanças nas estruturas políticas que favorecem ou reprimem a ação coletiva. Em primeiro lugar, a ação coletiva precisa de momentos e circunstâncias favoráveis, chamadas de oportunidades. A procura de aliados, a fraqueza dos adversários, as crises políticas, as peculiaridades dos regimes, o desenvolvimento das guerras são, entre outras coisas, situações suscetíveis de serem aproveitadas pelos grupos para se mobilizar com sucesso.

Em segundo lugar, a ação coletiva se manifesta através de uma grande variedade de formas escolhidas pelos participantes entre um limitado repertório que se encontra disponível. As formas de mobilização, seguindo Charles Tilly

(1978), se agrupam historicamente em repertórios de ação. C. Tilly define repertório como um “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (Tilly, 1995: 26). Tilly distingue dois tipos, as formas anteriores à formação do estado nacional, o repertório mais distante de nossos dias, que compreendia formas violentas, rígidas, locais e diretas, como a resistência a taxaço do pã, os motins religiosos, a destruiço de maquinaria, etc. O segundo, o conjunto de formas de ação mais próximas a nosso tempo, se compõe de mobilizaçoes pacíficas, nacionais e indiretas, como os movimentos sociais.

Tomando como base conceitual principal estes dois conceitos, este trabalho pretende analisar a ação coletiva dos grupos negros colombianos com o fim de identificar os momentos chave em que as oportunidades políticas permitiram a organização e ação coletiva destes grupos, gradualmente até consolidar o Movimento Afro-Colombiano. Também pretendemos analisar as mudanças na ação coletiva dos *afro-colombianos* de acordo com as conjunturas políticas, especialmente na reforma constitucional de 1991, e com o conflito armado no país¹.

Os estudos sobre a mobilização afro-colombiana

Desde o fim da escravidão na Colômbia, 1851, a mobilização coletiva dos negros foi inexistente devido a um regime político conservador que impedia aos negros qualquer tipo de ativismo político. Contudo, ações locais de líderes negros começaram a aparecer nas regiões onde se concentrava a população negra: o

¹ Até meados do século XX o conflito foi marcado pela oposição entre liberais e conservadores, que disputavam o controle político do país. A partir dos anos 1960, aparecem as guerrilhas de esquerda que fazem oposição ao Estado e ao sistema bipartidário. Mais recentemente, desde os anos 1990, o conflito gira em torno das guerrilhas de esquerda, grupos paramilitares de tendência conservadora e as forças armadas do país, essencialmente pelo controle territorial. Veja-se, entre outros, Sánchez e Peñaranda (1991) e Pécaut (2006).

Litoral Pacífico colombiano. Estas ações serão uma inspiração para a posterior mobilização coletiva de grupos negros, quando as oportunidades políticas foram abertas nos anos 1960 e tornando possível assim a mobilização.

Esta abertura de oportunidades tem início em 1930, com a chegada do Partido Liberal à presidência da República e a designação de vários políticos negros para no Congresso da República. Mas as primeiras dinâmicas de mobilização coletiva negra de fato só começam na década de 1960. A partir daí é que se pode datar a formação de um movimento social que será chamado de Movimento Afro-Colombiano.

A mobilização afro-colombiana cresceu a partir de uma nova estrutura de oportunidades, aberta com a nova Constituição nacional em 1991, quando foi promulgado o Artigo Transitório 55 (AT 55) que deu passo à Lei 70, ou Lei de Comunidades Negras, em 1993. A partir desse momento as ações coletivas deste grupo se voltaram para o reconhecimento de seus direitos constitucionais com base nesta lei.

A bibliografia a respeito destas ações tem abordado a maneira pela qual as atividades, políticas e discursos governamentais que se derivam da Lei 70 condicionam as iniciativas e as ações das organizações afro-colombianas (Pardo, 2001). Porém, poucos são os estudos que têm analisado as dinâmicas da mobilização da população negra no contexto posterior à reforma constitucional a partir de uma perspectiva de transformação das estruturas de oportunidades políticas, isto é um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas que dão as condições fundamentais para a eclosão de um movimento social, neste caso do Movimento afro-colombiano.

Neste trabalho se procurará mostrar que este movimento se constituiu em momentos decisivos desde a década de 1960, quando um grupo de organizações negras urbanas no país utilizou como repertórios para sua mobilização elementos já utilizados pelos movimentos afro-americanos e africanos como a reivindicação dos direitos civis e territoriais e a luta contra a discriminação racial.

Os estudos realizados sobre o Movimento Afro-colombiano abordam as etapas de sua formação a partir dos anos 1960, reivindicando a identidade e a cultura negras, até o processo de reforma constitucional, em 1991, que estabelece um diálogo entre o movimento e suas organizações e o Estado (Wade, 1993; 1995; e Pardo, 1997). Alguns autores têm discutido os processos de integração das organizações locais a partir das reivindicações sobre os direitos étnicos e culturais, como Agudelo (2000), Grueso et al (1998), Villa (1998) e Wade (1996). Estes estudos tomam a perspectiva rural dos movimentos negros, na intenção de mostrar as formas de ação das lideranças negras de uma região particular na Colômbia, o Litoral Pacífico, como contexto no qual se desenvolvem os sistemas de ação coletiva. Estudos recentes sobre deslocamento forçado, conflito e *desterritorialização* dos afro-colombianos, são abordados por Almario (2004), Escobar (2004), Wouters (2001) e Aguilar (1995).

Muito tem se falado sobre os espaços de participação que abriram a constituição de 1991 e a lei 70 de 1993, que originaram a criação de uma grande quantidade de organizações com distintos objetivos, mas todos convergem em atribuir algum grau de representatividade destas organizações em cenários de interação com o governo ou como instrumentos para captação de recursos. Este fenômeno tem sido analisado especialmente por Cassiani (1999) e Pardo (1997).

Nenhum destes estudos, contudo, aborda o fenômeno pela perspectiva da ação coletiva de afro-colombianos em contextos urbanos. Nós propomos aqui justamente analisar a constituição de novas formas de mobilização dos afro-colombianos produzidas no contexto urbano, especialmente na capital do país. Estas novas formas de mobilização são perceptíveis no reagrupamento de novas organizações urbanas que têm interesses comuns, como o desafio ao conflito armado, a reivindicação da cultura ancestral no território urbano e também a interação entre estes grupos e as instituições do Estado. Aqui se argumentará que no processo de mobilização se produzem novos repertórios de ação dos afro-colombianos; surgem novas construções identitárias e, finalmente, se conforma um Movimento Social em nome da população negra colombiana.

Analisaremos as dinâmicas organizativas dos afro-colombianos sob três eixos: 1) a esfera da ação (estrutura de oportunidades) e a ativação de resultados específicos; 2) fatores conjunturais (repertórios) e interação social; 3) formas organizacionais e identidade coletiva.

O arcabouço conceitual

Nessa dissertação trabalharemos com o conceito de *Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP)*, as dimensões das EOP que facilitam ou reprimem a mobilização coletiva, o conceito de *frames* ou *quadros interpretativos*, o conceito de *repertórios de ação* e, finalmente o conceito de *identidade coletiva*. Estes conceitos são importantes para entender a construção de um movimento social que, neste caso, é o Movimento Afro-Colombiano.

Como movimento social entendemos um processo social particular que consiste em mecanismos a partir dos quais os atores se envolvem na ação coletiva (Diani, 1999, 2004; della Porta e Giugni, 1999). Estes mecanismos são, essencialmente: as relações de conflito nas quais se insere a ação coletiva em contextos de mudança social; a ligação das organizações através de uma densa rede social na qual se desenvolve a ação coletiva; o desenvolvimento de identidades coletivas que permitem o compromisso dos atores com uma causa. Neste sentido, Giugni (1999: xx) define movimento social como “conjuntos complexos de grupos, organizações e ações que podem ter objetivos diferentes, bem como diferentes estratégias para atingir os seus objetivos”.

Os movimentos sociais se constituem com base em estruturas de mobilização que são os recursos formais que favorecem a organização e entre os quais se encontram as organizações civis e as redes sociais (Alonso, 2009: 76). A mobilização é o processo que cria solidariedade e o controle coletivo sobre os recursos necessários para a ação, o que só é possível diante de oportunidades políticas favoráveis. Esta perspectiva tem sido desenvolvida pela Teoria do Processo Político, que supõe a mobilização como parte de um conflito entre, por

um lado, atores ocupando o Estado, e por outro, descontentes com a distribuição de poder na sociedade. Os movimentos sociais não seriam a oposição ao Estado, mas sim "desafiantes" que visam obter influência sobre o governo e os recursos que são controlados pelo Estado, os "detentores do poder".

Nessa perspectiva, Tilly propõe como elemento central para o reconhecimento dos movimentos sociais a existência de "interações duradouras entre conjuntos alternados de desafiantes e autoridades" (Tilly, 1979: 14), considerando os interesses cotidianos, a organização e a ação coletiva dos participantes nessas interações.

Será a partir deste conceito de movimento social e das estruturas de mobilização que o constituem que vamos nos concentrar para a análise do Movimento Afro-Colombiano. Delimitamos então nosso problema de investigação a três eixos: 1) Os espaços sociais e políticos, ou as oportunidades políticas, que permitem ou reprimem a ativação de movimentos sociais segundo uma determinada conjuntura política; 2) Os repertórios de ação coletiva, que viabilizam a escolha de formas de ação pelos movimentos; 3) A construção de identidades coletivas, originadas em contextos urbanos e baseadas em uma caracterização étnico-social: afro-colombianos.

Estes eixos consideram as ações dos movimentos sociais de acordo com os contextos sócio-políticos, num diálogo contínuo com o poder do Estado (McAdam et al., 1996). Nesta perspectiva, os movimentos sociais variam de acordo com as características dos regimes políticos aos quais eles se vêm confrontados (Tilly, 1984; Tarrow, 1994). A partir deste ponto de vista, e tomando os movimentos sociais como mobilizações de demanda ou de desafio ao Estado para atender reivindicações para seus protagonistas, não podemos separar o surgimento dos movimentos sociais dos processos de formação e transformação da política e da sociedade nacional.

Estruturas de Oportunidades Políticas

Uma das orientações dos estudos sobre movimentos sociais enfatiza a análise do contexto no qual aparecem os movimentos sociais (Tarrow, 2009). A partir daí se indagam as formas particulares de organização e, por fim, o impacto que os movimentos geram a partir de suas ações. Para analisar o surgimento dos movimentos sociais é importante localizá-los num determinado ambiente, a partir do qual possamos observar a sua posição em relação ao resto dos atores e das instituições. Já como ator político, os movimentos geram um tipo de ação coletiva dependendo da maneira como eles se organizam e, finalmente, é possível observar o impacto dos movimentos nas instituições e nas políticas públicas. Nesse sentido, os movimentos sociais estão condicionados pela influência simultânea das oportunidades que oferece o sistema institucional e político, os recursos organizativos e as dinâmicas coletivas dos atores e pelos distintos marcos interpretativos que orientam suas ações (Mc Adam, Mc Carthy e Zald, 1996). Esses fatores interatuam entre si e facilitam a emergência e o avanço dos processos de mobilização.

O que veremos a seguir é a análise do conceito de Estrutura de Oportunidade Política à luz do caso do Movimento Negro colombiano, considerando que tanto as oportunidades políticas quanto as estruturas organizativas (formas que empreendem os atores e as ações para mobilizar assuntos que são de interesse comum) legitimam e motivam a ação coletiva destes atores.

Segundo S. Tarrow (2009), na hora de analisar a aparição dos movimentos sociais a pergunta que deveríamos nos fazer é pelo “quando” aparecem os movimentos. Esta pergunta básica explicaria, conseqüentemente, o como e o porquê. Tarrow refere-se então à conjuntura que facilita a aparição dos movimentos sociais e que os teóricos têm chamado de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP).

A EOP refere-se a sinais consistentes, mas não necessariamente formais, permanentes ou nacionais, que animam ou não os atores políticos a organizar ou se valer de movimentos sociais (Tarrow, 1996:54). Neste sentido, o conceito engloba não só mudanças em estruturas políticas formais, como as instituições do Estado, mas também no padrão de conflito e de alianças entre atores que permitem usar determinados recursos ou opor resistência.

Uma das principais características das mudanças das EOP é que elas supõem a geração de oportunidades e estas, por sua vez, oferecem incentivos para a ação coletiva que propõem os movimentos sociais. Autores como C. Tilly abordaram esta questão ao descobrir que os picos de mobilização na França de 1830 estavam relacionados com as oportunidades eleitorais e as mudanças no regime, mais do que com as privações e dificuldades que o mesmo impunha (Tilly, 1978). Se adotarmos esta perspectiva analítica podemos assumir que a ação coletiva prolifera quando as pessoas têm acesso a espaços necessários para a ação e, ao mesmo tempo, encontram oportunidade para usá-los. Seguindo essa mesma linha teórica, Mc Adam, McCarhy e Zald (1996: 6), apontam que a forma como é assumida a ação coletiva de um movimento social está relacionada com o tipo de políticas públicas que o sistema promove numa determinada época e da forma como os movimentos fazem uso delas.

As mudanças nas EOP implicam também uma escolha de estratégias que serão usadas para a ação. Assim, se as análises da EOP insistem em que os movimentos sociais surgem como resposta a oportunidades para a ação coletiva que o meio lhes oferece, é necessário também apontar que o desenvolvimento dos movimentos também se vê afetado pela escolha das estratégias usadas para a ação. Neste sentido, as formas de ação segundo C. Tilly (1978) estão inseridas e são transmitidas culturalmente. Estas formas de ação, que são produtos culturais, evoluem pausadamente e têm sido classificadas como “repertórios de confronto”.

Mas o fator de peso para o sucesso das mobilizações encontra-se no grau de abertura dos sistemas políticos nos quais elas estão inseridas. Por isso, as estruturas políticas têm sido consideradas como fechadas ou abertas segundo sua influência na incidência de protestos públicos (Eisinger, 1973). Neste sentido, as estratégias de ação das organizações mudam de acordo com o grau de abertura das EOP.

Repertórios de ação coletiva

Podemos dizer então que os processos de integração territorial, de expansão de meios de comunicação ou de reforma política, assim como a presença constante de conflitos, são o meio pelo qual aparecem ou declinam os movimentos sociais. Nestes processos de transformação, os *repertórios de ação coletiva* têm um papel fundamental. Este conceito aponta que um dado grupo de atores sociais encontra disponível, em sua sociedade e em seu tempo, um número limitado e específico de formas de ação que lhes são familiares e que são mobilizadas a partir de suas identidades e interesses (Tilly, 1978; 2005). O conceito de repertório enfatiza as formas de ação comuns que podem ser usadas por diferentes tipos de atores. Os repertórios são usados em longos períodos de tempo e por diferentes atores.

Esses repertórios de ação coletiva são criações aprendidas e dependem das experiências, da organização e dos modelos de sociedade aos quais os indivíduos são expostos. Assim, os agentes executam determinadas ações adaptando cada uma delas aos contextos e às circunstâncias imediatas nas quais desenvolvem seus objetivos. Seguindo essa perspectiva, podemos considerar como repertórios todos os instrumentos aos quais os grupos recorrem com o fim de desencadear ações coletivas que vão desde formas pacíficas até formas violentas.

O progresso, o estancamento e o fracasso das ações coletivas, segundo a teoria do Processo Político, depende substancialmente da receptividade ou do rechaço das instituições estatais, das instâncias de diálogo ou de repressão, da

existência de parâmetros ideológicos ou jurídicos que permitam avançar nas suas reivindicações, assim como também depende dos níveis de institucionalização que consigam alcançar determinadas ações e do nível dos recursos outorgados pelo Estado aos movimentos (McAdam, McCarthy, Zald, 1996). Esta linha de investigação será adotada no presente trabalho.

Identidade coletiva

Identidade coletiva "é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual acontece" (Melucci, 1988: 342)

Melucci admite que há oportunidades e constrangimentos objetivos à ação coletiva, mas eles são mediados pelas percepções dos agentes. Este autor desenvolve o conceito de identidades coletivas e de movimentos sociais em oposição às deficiências da teoria marxista sobre a revolução, a teoria estrutural-funcionalista e a teoria de mobilização de recursos. Para Melucci (1996) os movimentos sociais são construções, assim como a ação social é socialmente construída numa realidade criada pela subjetividade dos atores que se desenvolve em um campo de oportunidades e de restrições.

O conceito de identidade coletiva permite consolidar a ação coletiva e o protesto no movimento social. O autor italiano aponta que a identidade coletiva é compartilhada e produzida por vários grupos e se refere às orientações da ação e ao campo de oportunidades no qual a ação tem lugar. Estes conceitos nos permitem analisar as relações entre as identidades, ação coletiva e poder. Alguns autores, como Antonio Gramsci, já haviam destacado a categoria *política cultural* como meio para mobilizar os participantes e outorgar novos significados às interpretações dominantes da política (Dagnino, 2001). Segundo este ponto de vista, podemos ressaltar uma dimensão investigativa que sublinha o caráter cultural das ações e dos discursos dos movimentos, a partir das relações entre

política e cultura (Alvarez, Dagnino, Escobar, 1998). Neste sentido, os movimentos partem não da oposição entre a ação institucional e não-institucional, mas dos sistemas de relações que constituem a ação e que, por sua vez, encontram-se dentro de uma estrutura de oportunidades. Tais *sistemas de ação* têm por origem os conflitos sociais que afetam a vida cotidiana e criam as condições necessárias para a mobilização, construindo ao mesmo tempo a identidade coletiva (Melucci, 1989).

Quadros interpretativos

Por último, o conceito de *frame*, ou quadros interpretativos, entendidos como as ideologias e os símbolos, criados e transformados ao longo do processo de ação das organizações dos movimentos sociais. Assim, as organizações – suas lideranças e participantes (Zald, 1996: 267) – criam *frames* tanto para se auto-definir quanto para persuadir a opinião pública mais ampla.

Os conceitos acima vão servir de base para a análise das formas de mobilização coletiva das organizações afro-colombianas que têm surgido em Bogotá nos últimos anos. Três questões giram em torno destas formas de ação e constituem os objetivos centrais deste estudo: 1) A abertura de oportunidades para a construção de ações coletivas em contextos sociais específicos; 2) Os elementos que permitem a ativação da ação e a mobilização dos agentes; 3) O processo de construção de identidades coletivas em condições sociais particulares.

Hipóteses

As oportunidades para a ação coletiva dos grupos negros na Colômbia têm se estruturado de formas diferentes, mas podemos constatar mudanças normativas e um reconhecimento institucional da diversidade étnica e cultural que aparecem na Constituição Política de 1991.

Como dizíamos acima, nossa primeira hipótese aponta que a mudança nas estruturas de oportunidades políticas viabiliza a formação e a expansão do movimento afro-colombiano. Essa mudança é visível, primeiro, na década de 1960, quando os movimentos de esquerda reagem à tradição bipartidária nacional. Neste cenário, os negros se desvinculam das tradicionais alianças com o Partido Liberal e, seguindo repertórios de ação usados pelos negros norte-americanos e sul-africanos, constituem o Movimento Afro-Colombiano. Um segundo momento da mudança nas estruturas de oportunidades políticas é o contexto de reforma constitucional em 1991 que permite uma renovação na ação política e organizativa dos afro-colombianos e a consolidação e expansão do movimento.

A segunda hipótese diz respeito ao conflito entre os quadros institucionais e os repertórios de ação política dos afro-colombianos. Na medida em que as oportunidades políticas se abrem ou se fecham, os repertórios de ação dos movimentos sofrem transformações fundamentais. Dessa maneira, os repertórios de ação coletiva, com os quais o movimento conseguiu abrir espaço político desde a década de 1960 e especialmente na década de 1990, foram já redefinidos pelas organizações de afro-colombianos em Bogotá no século XXI.

Estrutura do trabalho

Em nosso primeiro capítulo mostraremos que no século XIX, depois de abolida a escravidão, os processos coletivos de organização política dos negros colombianos foram muito difíceis e quase inexistentes devido a oportunidades políticas fechadas para esta população. Contudo, episódios locais de mobilização de alguns grupos negros se desenvolveram no sul do país. Esta situação mudaria na década de 1930, quando o Partido Liberal chega ao poder, abrindo de maneira restrita a participação de líderes negros nos espaços institucionais, como o congresso nacional. Sem essa perspectiva histórica, seria mais difícil compreender as transformações sociais que hoje se levantam com relação à população negra colombiana.

Começamos por destacar o processo de povoamento da região do Litoral Pacífico na segunda metade do século XIX, onde os antigos escravos trabalhavam na exploração mineira, sendo esta região concebida como “um espaço diversificado, transformado cotidianamente pelas relações sociais, econômicas e políticas que se tecem entre os atores e as instituições presentes ou influentes nesse campo. Esta aproximação permite superar as dicotomias como, por exemplo, o rural/urbano, centro/periferia, campo/cidade, modernidade/tradição, etc. A região é um espaço de grande mobilidade, historicamente em transformação, com fases de expansão ou de contração, de centralização ou de dispersão.” (Hoffmann, 1995:5).

Em seguida, abordaremos as primeiras formas de ação política dos negros que se dão tanto no nível local (na região do Pacífico colombiano) quanto nacional. Este fenômeno de participação política dos negros colombianos se dá em relação com os vínculos que se criam com os partidos políticos tradicionais e está ligada fundamentalmente a práticas eleitorais e à lógica clientelista. Isto transcorre desta maneira desde o final do século XIX até a década de 1960, quando as estruturas políticas permitem o desenvolvimento de dinâmicas de ação coletiva mais autônomas, momento considerado como de formação do Movimento Afro-Colombiano. Neste período, as organizações de afro-colombianos se desligam dos partidos tradicionais e seus repertórios de ação se fundam sobre aqueles usados pelo Movimento Negro norte-americano sobre os direitos civis e a discriminação racial, com um discurso político que visa à reivindicação étnica como elemento central.

A segunda parte deste trabalho está centrada na análise da mobilização dos afro-colombianos no processo de reforma constitucional em 1991. Consideramos este processo como um momento chave para a construção de um novo sujeito político, dotado de uma identidade coletiva: os afro-colombianos e, portanto, um momento de mudança na estrutura política que permite novas oportunidades para uma mobilização baseada nesta identidade. A principal oportunidade política que se abre para os afro-colombianos é a formulação do

Artigo Transitório 55 (AT 55) na nova Constituição e que considera as *comunidades negras* como um grupo étnico com direitos territoriais e culturais específicos. Por comunidades negras, se refere aos moradores rurais majoritários na região do Pacífico colombiano. Esta denominação, segundo o AT 55 se estende também a outros grupos negros do país cujas condições de ocupação territorial e práticas culturais são similares às do Pacífico. O desenvolvimento do artigo constitucional que faz menção às populações negras torna-se efetivo na Lei 70 de 1993. Nesta lei elaboram-se os mecanismos para a titulação coletiva dos territórios e define-se a obtenção de novos espaços de participação e de representação política para o conjunto da população.

É nosso interesse aqui discutir as formas de mobilização utilizadas pelas diferentes organizações afro-colombianas neste processo de reforma constitucional e como a partir dessas formas de mobilização se consolida o Movimento Afro-Colombiano em nível nacional.

O terceiro capítulo analisa o impacto da formulação de uma nova Constituição na Colômbia, no começo dos anos noventa, sobre o ativismo negro. Entendemos que este processo constitucional foi decisivo para as dinâmicas de ação coletiva das organizações do Movimento Afro-colombiano no país, pois marca um momento que consideramos como uma nova oportunidade política, que afeta a estrutura do movimento e as ações dos grupos que o compõe. Mas o ponto talvez mais essencial que queremos enfatizar neste cenário de renovação política é a dinâmica de transformação nas estruturas políticas que traz a promulgação da Constituição de 1991. Nessa dissertação argumentaremos que esse evento configura novas oportunidades políticas para a mobilização coletiva nacional dos afro-descendentes. As novas políticas constitucionais sobre os territórios, a luta por uma nova forma de cidadania diferenciada, a autonomia de poder local dos afro-colombianos e a representação política nacional das organizações afro-colombianas, são fatores que possibilitam novas formas de ação coletiva de âmbito coletivo e nacional em nome da identidade coletiva antes construída, a de “afro-colombianos”.

O quarto capítulo deste trabalho contrasta o cenário político incluyente do início da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI. Argumentamos que a Colômbia assiste desde meados da década de 1990 a uma transformação demográfica importante nas zonas urbanas do país, em consequência do aumento na mobilidade interna de grandes massas da população das regiões rurais. Uma das principais causas desta mobilização populacional é o fortalecimento do conflito armado e as disputas territoriais, que obrigam a população destas regiões a abandonar seus territórios para se instalar nas capitais do país. Bogotá é o principal destino destas pessoas, talvez porque se trate do principal centro econômico e administrativo do país e onde se centralizam as instituições do Estado. Estes grupos se organizam com a finalidade de reivindicar seus direitos como *deslocados*, apoiados principalmente por uma rede de solidariedade² que se estende por cada um dos distritos da capital.

Esta é uma das causas pelas quais, nas últimas duas décadas, as dinâmicas organizativas dos grupos negros representam um dos problemas mais atraentes para pesquisadores em ciências sociais na Colômbia. Um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas que afetam diretamente a realidade nacional hoje são importantes para compreender a eclosão de um movimento social afro-colombiano associado à reivindicação dos direitos étnicos e territoriais a partir de uma perspectiva mais urbana. Movimento que cresceu, conforme se pode aferir pelo número e diversidade de associações nele englobadas.

Em suma, a dissertação acompanha os momentos decisivos na formação do movimento afro-colombiano e os mais recentes impasses nascidos de mudanças estruturais e de dinâmicas relativas ao seu próprio desenvolvimento.

² Existem atualmente cerca de três milhões de deslocados pela violência no país, o que levou o governo nacional a conceder benefícios financeiros às famílias afetadas.

Capítulo 1

Antecedentes da ação política dos grupos negros colombianos

Para entender-se a ação política contemporânea dos grupos negros colombianos é preciso tomar em conta seus antecedentes históricos. Este primeiro capítulo expõe justamente esses antecedentes, focalizando dois momentos decisivos para a formação das bases das dinâmicas de ação coletiva posterior destes grupos.

A ação política dos negros na Colômbia está ligada ao surgimento dos partidos políticos a meados do século XIX³. Isto porque os conteúdos programáticos deles vão abrir ou fechar oportunidades políticas para esta população. As principais oportunidades para os negros encontravam-se na abolição da escravatura que fazia parte do ideário econômico liberal (no qual se destacam os princípios do *laissez-faire*, como o livre comércio e a mínima intervenção do Estado nos assuntos do comércio e produção); no campo político, o liberalismo defendia um sistema republicano, com voto popular para todos sem discriminação; e, no social, este mesmo partido promulgava a liberdade de pensamento e expressão, igualdade de todos os homens perante a lei e em geral, os preceitos consignados na Declaração dos Direitos Humanos⁴.

Frente a essas idéias o partido conservador se opôs “em nome da civilização” (Tirado Mejía: 1989: 338). Por isto, acreditamos que o Partido Liberal oferecia maiores oportunidades de ação para os grupos negros, contudo o

³ O Partido Liberal se estrutura em 1848 e um ano depois surge o Partido Conservador.

⁴ Gerardo Molina em *Las ideas liberales en Colombia* enumera as reformas propostas pelos liberais a meados do século XIX: “abolição da escravatura; liberdade absoluta de imprensa e palavra; liberdade religiosa; liberdade de ensino; liberdade de indústria e comércio, incluso de armas e munições;; sufrágio universal, direto e secreto; supressão da pena de morte e mitigação dos castigos; abolição da prisão por dívida; juízo por jurados, diminuição das funções do executivo; fortalecimento das províncias; abolição dos monopólios, dos dízimos; livre-câmbio; imposto único e direto; abolição do exército; expulsão dos jesuítas. (Molina, 1970:26)

paradoxo nesta história é que apesar de todas estas reformas liberais, o país não conseguiu estabelecer um regime liberal capitalista nos anos em que estiveram no poder⁵ (período também em que se proclama a abolição da escravatura, em 1851), nem conseguiu se inserir o país adequadamente no mercado mundial como produtor de matéria primas. Isto aconteceu devido principalmente porque, primeiro continuou o trabalho não-livre na segunda metade do século XIX; segundo, persistiram as instituições e a prática colonial⁶; terceiro, pelas constantes guerras civis⁷ e, por último, pelas inconsistências e erros na aplicação das políticas liberais.

A partir de 1886 começa a hegemonia conservadora no poder e com isso, no plano econômico o *laissez faire* começaria a desaparecer e a economia iria no sentido da intervenção; no plano político o centralismo foi a bandeira dos conservadores tirando o federalismo da cena, e no social a predica sobre a igualdade referia-se apenas para os cidadãos ilustrados e com bens de fortuna, tudo dentro de uma concepção racista na qual as massas de indígenas, de negros e mestiços foi tratada como inferior, abjeta e degradada, incapaz de decidir seu destino (Tirado, 1989). Como consequência deste ideário político conservador, negros e indígenas, que a meados do século representavam pelo menos metade da população colombiana, não tiveram formas diretas de expressão política, nem contavam com participação eleitoral. Sua atuação viu-se limitada a servir nos exércitos liberais ou conservadores durante as guerras civis (ibid), “invisibilizando” o negro na sociedade colombiana (Wade, 1996).

⁵ A hegemonia liberal no poder começou em 1849 e foi até 1885, momento que começou a hegemonia conservadora e ficou até 1930.

⁶ “Nos assuntos nacionais, as leis espanholas regeram até 1873. Em 1873 o governo nacional resolve substituir o direito civil espanhol por outros cuja fonte principal estava no direito civil francês expedindo um código civil que quase não tinha aplicação, apenas nos territórios nacionais administrados pelo governo” (Tirado Mejía, 1989: 330)

⁷ Durante o século XIX apresentaram-se 8 grandes guerras civis: 1839-1841 (Guerra dos Conventos ou Supremos), 1851, 1854, 1859-1862, 1876-1877, 1884-1885, 1895, 1899-1902 (Guerra dos Mil Dias).

Este capítulo está então dividido em dois momentos. O primeiro vai desde 1886, proclamação da Constituição e início da hegemonia conservadora, até 1930 quando os liberais voltam ao poder e se abrem as oportunidades políticas para os grupos negros no país. O segundo momento está marcado por esta abertura política até a década de 1960. Nestas décadas, líderes dos partidos políticos tradicionais, mas especialmente do Partido Liberal, questionam a hegemonia racial branca ou mestiça nas estruturas de poder, denunciando com isto a marginalização dos grupos negros e suscitando nesta população um sentimento de injustiça⁸ que permitirá nas próximas décadas a formação dos primeiros movimentos negros. A participação de líderes negros em cargos públicos entre 1930 e 1960, como governadores ou deputados, permite-lhes confrontar o poder estabelecido e reivindicar direitos étnicos.

A análise destes momentos constitui o objetivo desta primeira parte de nosso trabalho. Nossa hipótese é que a ação política coletiva dos grupos negros colombianos vai encontrar oportunidades políticas fechadas na segunda metade do século XIX, dificultando sua mobilização coletiva. As oportunidades vão ser abertas para a ação política coletiva destes grupos apenas quando os liberais chegam ao poder na década de 1930 e os negros conseguem participar diretamente no poder público e criar assim os primeiros “repertórios contenciosos” (Tilly, 1995:41) para as populações negras e novas técnicas de mobilização coletiva.

Analisaremos a seguir de maneira mais detalhada cada um destes momentos considerando as oportunidades políticas abertas ou fechadas para a mobilização dos grupos negros, os repertórios de ação a que recorreram e as identidades coletivas que construíram – esta última operação dificultada pela ideologia da mestiçagem.

⁸ Injustiça no sentido de uma situação social produzida por decisões políticas e que motiva a ação coletiva (Gamson e Mayer, 1996).

1. Momento 1: A ideologia da mestiçagem e as dificuldades de construção de uma identidade coletiva dos grupos negros colombianos em perspectiva histórica. 1851-1930.

Em 1983, Benedict Anderson anunciava no seu livro “Comunidades imaginadas” que “o nacionalismo pensa em termos dos destinos históricos, enquanto que o racismo sonha com contaminações eternas, cujas origens encontram-se fora da história. Os sonhos do racismo tem efetivamente sua origem em ideologias de classe mais do que na nação (Anderson, 1993:210). Neste sentido, as idéias sobre a raça ou de grupos marcados com o sinal de “negro”, “indígena”, “mestiço” se apresentam como concepções essencialistas de um “racismo cultural” (Gilroy, 1987: 44), ancoradas nos projetos políticos. Algumas destas idéias sobre a raça têm privilegiado, por exemplo, a democracia racial no Brasil e a visão da Colômbia como uma nação mestiça. Nesses casos, a igualdade racial ou a fusão cultural da raça, são representações oficiais como também populares (Wade, 1995). São justamente estas imagens as que se projetam e produzem as comunidades políticas. Assim, a nacionalidade, ou poderíamos também dizer a identidade nacional, são construções imaginárias necessárias para dar aos indivíduos um sentimento de pertencimento a uma comunidade, uma identidade política (Anderson, 1983; Hobsbawm 1998). Desse modo, podemos pensar a realidade colombiana de meados do século XIX, cujo pensamento dominante, em vez de ser um discurso unificador, foi uma “mitologia da exclusão”⁹. Abre-se aqui a questão de quem imaginou a nação e para quem e, nesse sentido, se os nacionalismos consideram as imagens do negro, do

⁹ Nicolas Shumway (1991), em *The invention of Argentina* estuda o processo formativo dos intelectuais argentinos do século XIX com o objetivo de destacar a herança ideológica do país, enquanto se desenvolve uma “mitologia da exclusão” incapaz de produzir um ideal nacional unificador. O resultado deste processo, segundo Shumway é uma sociedade de opositores cujas ideologias impediam a formação de uma identidade nacional unificada e coerente.

indígena, do branco e da mistura entre eles, quando se fala de identidade nacional.

Na Colômbia de meados do século XIX, a população negra foi identificada e definida dentro de um discurso hegemônico, centralista e republicano, como de “raça africana” ou descendente dela, com o objetivo de excluí-la do projeto nacional (Almario, 2001, pg.26). Segundo O. Almario, o discurso político republicano, elaborou um projeto nacional que excluía os negros e, neste sentido, o status dos africanos e seus descendentes, desde as remotas épocas das batalhas independentistas nas quais eles participaram, foi sempre diminuído e fragilizado, situação que derivava em assimetrias em termos de poder econômico, político e de valorações pejorativas de seu universo sociocultural. Os descendentes de africanos foram, desde aquelas épocas, e mesmo depois de afirmada a abolição da escravidão em 1852, declarados como cidadãos que escapavam da percepção liberal de cidadania derivada dos valores cristãos europeus, colocando-os em situação de subalternos ou subordinados. Os negros foram, dessa maneira, transladados “do lugar do escravizado ao lugar do *subcivilizado*, ao lugar no qual a cor da pele se associou ao atraso, ao semi-selvagem, a uma situação que poderia ser redimida só através da intensa mistura com o elemento civilizador” (Mosquera, Pardo, Hoffmann, 2002:16).

Essa cidadania tutelada levou os negros colombianos a desenvolverem estratégias de sobrevivência em regiões mais afastadas do domínio político e econômico do centro do país: a região do Litoral Pacífico. Desde meados do século XIX essa região era legalmente considerada como “terreno baldio”, ou seja, terras de propriedade da nação, e foi neste lugar onde os negros construíram modos particulares de produção como as atividades extrativas. Estas formas de produção foram durante a época colonial o motor do sistema econômico da região, especialmente a extração do ouro. Assim, durante o século XIX, a população negra do Litoral Pacífico ocupou uma região onde era possível desenvolver uma economia baseada na mineração e na agricultura como atividades complementares. Durante a segunda metade do século XIX novas alternativas

econômicas determinavam a mobilidade dessa população e a colonização de novos territórios¹⁰. Estas alternativas foram a extração madeireira, principalmente da borracha e da *tagua*, atividades que permitiram que os negros assumissem práticas produtivas diferentes da mineração tradicional (Leal, 1998).

Estes grupos, nos anos subseqüentes à abolição, utilizaram como estratégia de ação a apropriação de territórios, onde outrora eles mesmos tinham sido explorados pelos senhores em territórios chamados de *reales de minas*. A partir daí começou a construção paulatina do território negro do Litoral Pacífico. Este processo de povoamento transforma a população negra desta região em grupos com uma identidade própria e com práticas produtivas particulares. Isto porque ocorre aí um processo de regionalização das raças, uma diferenciação racial das regiões, que caracterizará a Colômbia: o Litoral Pacífico colombiano foi imaginado, no sentido de Anderson, e descrito por diversos autores, como Nina de Friedemann (1993) ou Peter Wade (1996, 2000), como a região mais negra da Colômbia. Aqui, os grupos negros colombianos conseguiram formar territórios mais ou menos autônomos da economia e da política nacionais, mas ao mesmo tempo tornaram-se invisíveis para o poder político do Estado (Friedemann, 1993a).

Esta *invisibilidade*, como aspecto que dificulta a luta de um grupo social pela sua inclusão na ordem social, tem raízes na Constituição de 1886, que desdenha a história e a presença dos negros na nação e na nacionalidade colombiana e se esforça por suprimi-los como sujeito sócio-étnico (Friedeman, 1993a). Desta maneira, os afro-colombianos no final do século XIX não foram integrados na composição da imagem nacional de sujeitos políticos.

¹⁰ O censo oficial de 1858 classificava a população em: brancos, mestiços, indígenas e negros, e deu os seguintes resultados: brancos puros e mestiços brancos em quem predomina o elemento europeu, 1.537.000; indígenas, com alguma mistura de sangue europeu, mas predominando a indígena, 600.000; mestiços (mulatos e *zambos*) em quem predomina as raças indígenas e africanas, 473.000; negros sem mistura (livres), 90.000; total: 2.700.00; população selvagem (*andaquies*, *guajibos*, *tunebos*, *motilones*, *guajiros*, *chocoes* e outros), 180.000. Esta última não conta no total nacional. (Castillo, 2007:75)

A identidade negra é então construída com base em um sentido negativo: uma vez que os não-negros não consideraram os negros como cidadãos comuns, negando-lhes o seu direito de reclamar um status especial, desconsiderando assim sua alteridade ou sua identidade étnica (Wade, 1993). O que Wade tem refletido sobre esse aspecto é que, por um lado, a identidade negra na Colômbia não recebeu o mesmo apoio institucional por parte do governo, tanto na época colonial quanto na pós-colonial. Pelo contrário, o negro foi considerado durante longas décadas como parte de uma cada vez mais crescente população mestiça, sendo o discurso da mestiçagem a base para a construção da nacionalidade colombiana. Por outro lado, a herança negra foi percebida pelas elites nacionais como uma marca de inferioridade ainda mais estigmatizada que a herança indígena. A imagem do negro se perde, desta maneira, entre as ideologias do branqueamento e das afirmações de homogeneidade nacional mestiça que retoricamente incluem os negros como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, nega a eles um *status específico*, convertendo-os em alvo de discriminação racial. Desta maneira, Wade descreve a intensa tensão entre homogeneidade e heterogeneidade nacional da seguinte maneira:

Na Colômbia, por exemplo, o discurso oficial sobre a nação, ou qualquer outro discurso público sobre esse tema, contém referências tanto à suposta homogeneidade conseguida depois de séculos de mestiçagem física e cultural, quanto à impressionante diversidade etnográfica de um “país de regiões”. De fato este engano ambivalente, longe de ser acidental é um dos paradoxos centrais do nacionalismo: a tentativa de apresentar a nação como um todo homogêneo, em conflito direto com a manutenção de hierarquias de classe e cultura (e seus corolários freqüentes, raça e religião) estimulado por quem se encontra no alto destas hierarquias... Para teorizar isso é necessário transcender oposições simplistas entre as classes dominantes homogeneizantes e o povo heterogêneo. (Wade, 2000: 5)

Esse panorama expõe a maneira como o sistema pós-escravista levou aos grupos negros colombianos a uma posição de subordinação, de *outsiders* no sentido elisiano (Elias, 2000), ao passo que as elites brancas jogavam o papel de estabelecidos¹¹, permanecendo esta situação até depois de abolida a escravidão.

¹¹ Elias atribui aos membros do grupo estabelecido traços humanos superiores, ao mesmo tempo em que evita qualquer contato que não seja econômico ou de trabalho com o grupo marginal, os *outsiders*. Dessa maneira, o autor evidencia as relações de poder, traduzidas em marginalização e estigmatização que

Elias neste estudo aponta que o que usualmente se denomina como relações raciais não é outra coisa senão relações entre estabelecidos e *outsiders* de um tipo particular. Em geral, isto ocorre quando os membros de grupos distintos se diferenciam seja pela sua aparência física ou porque não falam a língua dominante, sendo isto um sinal que permite identificar os membros do grupo marginal como tais (ibid:31). Neste sentido, toda ação política destes grupos marginais na Colômbia permaneceu em constante tensão com o nacionalismo de Estado que era a visão das elites – os estabelecidos; visão fortalecida com a adoção de uma Constituição autoritária e clerical, em 1886, que deixava a todos os não-brancos numa posição subordinada¹².

A abolição da escravatura, em 1851, e a Constituição de 1886, contudo, conformam novas oportunidades políticas para os grupos negros se expressarem. Embora o contexto siga desfavorável para os grupos marginais, diferentemente dos *outsiders* de Elias, estes grupos desenvolvem tênues formas de ação, que consistem principalmente na formação de identidades negras, mas não de mobilização política.

O novo cenário não afeta as possibilidades de mobilização negra, pois as oportunidades políticas seguem fechadas. As mudanças do Estado em vez de oferecer oportunidades positivas (de inserção) aos descendentes de escravos, usam estratégias de coerção e isolamento social destas populações. Por isso, as respostas ou repertórios de ação produzidos pelos afro-descendentes se deslocam para outro terreno, que não parece ser imediatamente político, mas que configura uma estratégia específica: a apropriação territorial e a construção de identidades coletivas.

se estabelecem entre dois grupos cuja diferenciação parte da antiguidade de habitação naquela comunidade.

¹² O “não-branco” é uma forma de caracterização da sociedade americana desde a época colonial que os define como negros ou indivíduos de cor. Esta nomenclatura é uma forma de reducionismo que leva a que uma pluralidade de categorias sociais existentes nas sociedades, e baseadas em características culturais distintas, seja reduzida a uma dicotomia.

Essas estratégias se produzem como resposta às mudanças nas oportunidades políticas. Seguindo a teoria das *estruturas de oportunidades políticas*, estas mudam ou ampliam as possibilidades de mobilização coletiva, permitindo a utilização de diferentes repertórios de ação por grupos de indivíduos que compartilham interesses comuns (Tarrow, 2009). A tese de Tarrow aponta que:

As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto (38).

A partir daí não podemos, porém, afirmar que neste momento, a segunda metade do século XIX, na Colômbia houvesse um engajamento efetivo por parte dos grupos negros colombianos em confrontos políticos, com objetivos de mudança social. Mas sugerimos que a apropriação dos territórios do litoral Pacífico colombiano pelos ex-escravos foi uma estratégia de ação que consistiu na construção de uma identidade coletiva que seria usada posteriormente como instrumento no confronto político.

Neste sentido, seguimos os apontamentos de Stuart Hall (1990) quando analisa a questão da identidade da diáspora africana. Para ele, as elaborações sobre identidade cultural apresentam dois aspetos: por um lado, a identidade cultural existe como algo “enraizado” numa série de práticas concebidas como essenciais (ser negro é isto ou aquilo). Isto é importante em momentos de luta contra a discriminação, como aconteceu em muitos países africanos nas lutas pela independência nacional em contextos coloniais; mas ao mesmo tempo implica um essencialismo que pode gerar um racismo ao determinar condutas ou características culturais. Por outro lado, a identidade começa a ser percebida como um projeto em construção. Os indivíduos não são negros, mas tornam-se negros através de um processo e de um posicionamento político e cultural. Neste sentido, a identidade é um construto relacional, histórico e dinâmico. Olhando nosso caso sob este prisma, temos, então, uma sociedade colombiana fragmentada com diferentes agentes que estabelecem fronteiras e limites entre si,

a partir de categorias que demonstram sua existência e sua posição frente aos outros. Assim, seguindo Bourdieu e Wacquant (1995:94), “os agentes sociais determinam ativamente, mediante categorias de percepção e apreciação social e historicamente construídas, a situação que os determina”. Nesse sentido, o momento constituinte de 1886 se apresenta como um momento contencioso que permite a reivindicação identitária e territorial dos afro-colombianos.

É na construção da nação colombiana que as elites intelectuais e políticas, especialmente os políticos engajados nos partidos tradicionais, Partido Liberal e Partido Conservador, entram na tarefa de criar e definir uma nação moderna e progressista que possa integrar o cenário internacional dominado principalmente pela França, a Inglaterra e os Estados Unidos. Os projetos de nação e nacionalismo destes países conformavam um repertório, a partir do qual a elite colombiana incorporava imagens e idéias, e conceitos como raça, ciência, progresso, Estado, educação, liberdade e civilização. Mas a Colômbia, como o resto da América Latina, tinha uma população com maioria não-branca. Era preciso então adaptar as idéias desse repertório à conjuntura nacional. Como afirma Luis Carlos Castillo, “como já aconteceu na história geral da construção das nações e da identidade nacional, a assimilação ou extermínio das identidades inferiores é necessária para criar homogeneidade dentro das fronteiras nacionais” (2007:73). Esta construção de nação no contexto colombiano precisaria, então, incluir a homogeneização cultural e étnica, imaginando-se assim a “Nação mestiça”.

É necessário entender como o repertório de teorias raciais originárias da Europa do século XIX penetraram na sociedade colombiana da época para analisar os elementos que serviriam na construção de uma identidade nacional excludente dos negros. Este último ponto parece significativo quando se trata de analisar a questão racial na Colômbia após a abolição da escravidão (1851) e da proclamação da Constituição Política (1886) que regeu no país até a última década do século XX.

Durante o século XIX, as elites latino-americanas enfrentavam o dilema da construção da identidade nacional. Esta situação surgia, principalmente, por causa das preocupações raciais na construção de uma auto-imagem nacional e de um sistema de classificação social. Em outras palavras, definir uma identidade nacional correspondia a delimitar fronteiras políticas que procuravam se estabelecer como legítimas. Esta elaboração será analisada na Colômbia oitocentista onde, por um lado, encontrava-se a imagem das elites brancas, ou descendentes diretos de espanhóis, e, por outro lado, os numerosos núcleos de população heterogênea, espalhados pelo território nacional. A heterogeneidade racial tem desempenhado um papel determinante nas relações entre similitude e diferença, igualdade e hierarquia, da construção nacional (Villegas, 2008) por estarem vinculadas a diferenças territoriais.

A idéia de construção nacional no século XIX na América Latina e, especialmente na Colômbia, tem um conceito chave no amplo espectro de idéias sobre raça e nação. Trata-se da noção de mestiçagem não só como uma ideologia na construção nacional, mas como um processo de integração das populações e dos territórios mais afastados. Porém, a mescla racial não só homogeneizava, mas também criava e mantinha a alteridade, procurando consolidar uma unidade social a partir da mudança das heranças negras e indígenas administrando-as segundo os valores e as características úteis para o estado nacional (Villegas, op-cit). Desta perspectiva a fusão de raças era imaginada de forma plural e a articulação entre o meio ambiente e raça fora fundamental para a construção de uma identidade nacional (Ortiz, 2003). Ou seja, a constituição de um povo no interior de uma fronteira delimitada pela geografia e pela raça.

Se a base da construção de identidade nacional era a imagem de civilização à forma européia, ou seja, contrária à “barbárie” dos grupos indígenas, mulatos e negros, os seus artífices não tinham outra alternativa a não ser identificar suas principais análises com a negação destes grupos no

desenvolvimento da região. Tais eram os objetivos da Comissão Coreográfica¹³, a meados do século XIX, e para quem os negros não eram vistos como um bom elemento para constituir a nação em desenvolvimento (Wade, 1997: 44).

Estes estudos identificavam os negros como “uma raça que, quase em seu conjunto, passa os dias em tal indolência que não pode ser chamada para dar conta do progresso do país” (Comisión Coreográfica, citado em Wade, 1997 op-cit).

Esta classificação de raças leva à exclusão dos descendentes africanos no projeto nacional por causa de sua posição inferior na pirâmide social. É claro que este pensamento deriva do pensamento ilustrado oitocentista que é atravessado pelas teorias biológicas que vinculavam o progresso com a pureza racial. Assim intelectuais como José María Samper em 1861, referiam-se à “raça superior” como branca, trabalhadora e inteligente, assentada nas ladeiras da cordilheira e a “raça inferior” eram os negros que viviam na margem dos rios e nos litorais. Assim, não só as aparências físicas, mas também os fatores climáticos e da topografia dominaram os discursos do pensamento positivista na Colômbia.

Aconteceu que a introdução da escravidão e as diferenças de climas determinaram uma distribuição da população muito marcada, espaçada, segundo as exigências da topografia. A raça européia fixou-se quase na sua totalidade sobre os planaltos mais ou menos elevados e nas bases das montanhas; a raça africana, escrava, foi condenada à exploração das minas e ao desmatamento da colonização nos vales profundos e ardentes; as raças indígenas, exploradas e oprimidas onde quer que estivessem, ficaram nas suas respectivas comarcas. Assim, teve-se então acima a civilização, no meio o abandono, abaixo as violências e os horrores da escravidão. É importante não perder de vista esta geografia das raças e castas hispano-colombianas, porque nela encontra-se o segredo ou a chave de importantes fenômenos sociais, entre os quais todas as revoluções que têm agitado e agitam às repúblicas dessa procedência (Samper, 1861:71.).

Desta maneira, é possível observar que os setores dominantes da sociedade colombiana consideravam os indígenas e os negros como as classes mais baixas e os desconsideravam como fonte de inspiração da nacionalidade. No

¹³ No começo da década de 1850, a Comissão Coreográfica teve como objetivo planejar e examinar a nova República e avaliar suas possibilidades de desenvolvimento (Restrepo, 1984)

entanto, encontrou-se na mestiçagem a matéria-prima para criar a “comunidade imaginada”, reforçando sua essência democrática. O mesmo Samper afirma a respeito disto que “a mestiçagem da sociedade colombiana é um fator adicional que favorece a implantação da democracia na pátria. Resumindo, a democracia é o governo natural das sociedades mestiças” (Samper, op-cit).

A mestiçagem, portanto, é legitimada na Colômbia na medida em que se converte em protótipo da cidadania moderna. Neste sentido, a mestiçagem foi um elemento central na definição de nação elaborada pelas elites políticas do século XIX, na medida em que se tentava conseguir uma raça uniforme e culturalmente desenvolvida na qual “o elemento branco absorvesse os traços de outras raças” (Mesa, 1934: 122). Assim, os setores dominantes da sociedade encontraram na mestiçagem a ‘matéria-prima’ para criar a comunidade imaginada.

Este repertório de idéias influenciou a maneira pela qual as populações subalternas, populações negras em particular, dariam um rumo a suas ações coletivas. Para entender a noção de populações subalternas utilizamos o sentido expressado por R. Guha, como “atributo geral de subordinação seja este usado em termos de classe, casta, idade, gênero ou de qualquer outra forma” (1997). Neste sentido, refere-se a uma grande massa de indivíduos que não pertencem às elites ou aos grupos que detêm o poder político. Os subordinados, porém, no caso colombiano aparecem associados a uma condição racial. Todavia, Guha destaca a importância política e analítica de reconhecer a existência de um âmbito político próprio dos subalternos. Neste sentido, é necessário pensar a construção da identidade dos negros colombianos em relação ao contexto histórico e, dentro deste, as formas alternativas de associação política e de manifestação pública, que representam as formas possíveis de ação política destes grupos.

1.1 Dinâmicas de ação política da população negra no século XIX

A vocalização de reivindicações e demandas públicas de inclusão política pelos grupos sociais negros na Colômbia começaram no fim do século XIX, por meio do estabelecimento de relações clientelistas entre os líderes negros da região do litoral Pacífico e o Partido Liberal. Estas relações vão servir de patamar para as ações políticas posteriores desta população. Por isso, valendo-nos da bibliografia secundária já consolidada sobre o tema, vamos mostrar que estas ações se formaram no fim do século XIX transformando-se ao longo do século XX de acordo com as oportunidades políticas, até chegar às formas atuais.

A aproximação dos grupos negros com o Partido Liberal acontece na conjuntura da abolição da escravidão e da elaboração de uma constituição conservadora na segunda metade do século XIX. Os conteúdos programáticos de cada partido são importantes para entender essa aproximação. Por um lado, segundo Tirado Mejía (1982), o discurso do Partido Conservador fundamentava-se no positivismo europeu e no racismo científico, alienando e excluindo a população negra da sociedade branca nacional. Este discurso conservador refletiu-se, sobretudo, na Constituição Política de 1886 e na proibição do direito ao voto para as populações analfabetas e para todos aqueles que não possuíam algum patrimônio – o que era o caso para a população negra assentada, a maioria, no Litoral Pacífico.

De outro lado, o Partido Liberal surgiu como um projeto alternativo de um setor das elites na orientação da economia, acompanhado de um ideário de liberdades que exprimia a reivindicação de grupos locais excluídos (Agudelo, 2002:103). Destarte, os liberais sustentavam setores intermediários de mulatos e mestiços que reivindicavam mais democracia e sufrágio universal, além da recuperação de terras e um melhor tratamento como trabalhadores. Os liberais proclamavam liberdade, fraternidade e igualdade, como princípios que incitavam

grupos sociais excluídos a incorporar o modelo democrático de Estado-nação, com um olhar crítico às relações de dominação inseridas neste modelo.

O principal projeto político do Partido Liberal no fim do século XIX era formar “sociedades democráticas”, que representassem seus próprios grupos de ativismo político liberal, mas também ensinassem ao povo seus direitos (Escorcia, 1983). Esta retórica permitiu a integração dos grupos negros no discurso liberal e mais facilidades de acesso à política. Os negros, de seu lado, podiam optar por essa aliança como estratégia de mobilidade social e como forma de reivindicar direitos.

Contudo, segundo Whitten (1992), a participação política da população negra era parte das estratégias de adaptação, busca de reconhecimento como cidadãos e ascensão social. Isso, somado ao fato de sua marginalização social numa sociedade estratificada, os convertia em “cidadãos de segunda classe” (Gutierrez, 1999). Daí sua infidelidade partidária, ora se alinhando a um ou a outro partido.

A relação entre grupos negros e os partidos ganhou a forma de redes políticas clientelistas. Esse meio foi fundamental para a articulação das populações locais com as dinâmicas políticas partidárias. Embora a aliança preferencial tenha sido com os liberais, houve também alianças com conservadores. Escorcia faz referência a povoados com alta composição de pardos e mulatos, como Palmira, Quilichao e Roldanillo, com forte adesão ao Partido Liberal, enquanto outros povoados com pouca presença de “libres”¹⁴, como Caloto, Jamundí e Vije, apresentavam maior aderência conservadora. A participação de lideranças negras nestas “sociedades” está documentada em estudos anteriores, como em Merizalde (1921), Pacheco (1992) e Gutierrez (1999). Uma passagem de Merizalde relata o vínculo entre os habitantes do Litoral Pacífico e o Partido Liberal:

¹⁴ Ex-escravos que tinham conseguido sua liberdade.

Generalmente en todas las guerras liberales, el poblado de Iscuandé (con una mayoría de negros y mulatos) ha contribuido con un contingente poderoso a fomentar las revoluciones como quiera que la mayoría de sus habitantes pertenece al partido mencionado (Merizalde, 1921:107).

Sob esta perspectiva, os atores políticos negros desenvolvem estratégias políticas, ainda que elas sejam subordinadas. O que podemos ressaltar até aqui é que na segunda metade do século XIX os grupos negros colombianos têm estratégias de ação essencialmente locais e não nacionais conformando o que Tilly chama de “repertórios paroquiais” (Tilly, 1995:45). Isto é, apoiando-nos em análises de longa duração, Tilly observa que os repertórios típicos anteriores à revolução industrial tinham características rurais e pouco marcadas por uma nacionalização dos desafios sociais (ibidem: 46); os grupos em movimento procuravam constantemente o apoio de um nobre local, seja como intercessor frente às autoridades, seja como seu protetor contra outros membros da comunidade. A nacionalização, contudo, altera o repertório de ação.

É o que se dá com os grupos negros colombianos quando encontram no Partido Liberal um aliado para apoiar suas ações coletivas em torno a seus direitos como cidadãos e à reivindicação dos territórios. Abrem-se então novas oportunidades para a ação e para a configuração de repertório nacional de estratégias de ação.

1.2 De lideranças passivas a atores políticos

Durante a ‘hegemonia conservadora’ (1886-1930) se consolidam projetos modernizadores e integracionistas no país que, no caso do Litoral Pacífico, questiona o modelo de assentamento tradicional e tenta impor um modelo de urbanização na região e atrair assim novas dinâmicas comerciais (Almario, 2001, Villa, 1997).

Na década de 1920 começa a consolidação de lideranças políticas negras no Litoral Pacífico, principalmente em Quibdó (Chocó), Puerto Tejada (Cauca) e

Buenaventura (Valle). Os conflitos políticos se acentuam na região em torno ao território. Zuluaga e Bermúdez (1997) apontam que os movimentos sociais da população negra do sudoeste colombiano nascem com a conformação política dos Estados-Nação, a incorporação do sistema de produção capitalista e a divisão social baseada em uma estrutura de classes. Este é, em certa medida, o contexto no qual se inseriam as populações negras do Litoral Pacífico nesta década.

De fato, alguns trabalhos apontam para uma periodização das lutas sociais no país enfatizando que desde o fim do século XIX até 1950 se consolida paulatinamente uma liderança política e uma prosperidade econômica na região, ao mesmo tempo em que se produz uma proletarianização dos grupos negros por vários fatores (Hurtado, 2001)¹⁵.

As lutas sociais desta época são muito precoces para serem chamadas de movimentos sociais¹⁶, mas representam um momento de ações contenciosas de uma classe subordinada. Ações realizadas a partir de uma relação de dominação com base numa identidade étnica. Neste sentido, a etnicidade é entendida como um instrumento político das identidades culturais de alguns segmentos da população, como negros e indígenas, com o propósito de transformar jurídica e politicamente sua realidade e as representações sociais que são construídas a partir delas no marco do Estado-nação (Restrepo, 1998: Hurtado, 2001). A

¹⁵ Os principais acontecimentos que levaram aos protestos sociais dos grupos negros na região foram principalmente: 1. A injeção de capital norte-americano para a implementação da agroindústria açucareira na região, entre 1913 e 1928; 2. A conclusão das obras da ferrovia que unia o interior do Departamento do Valle del Cauca com o Litoral Pacífico, no mesmo ano de conclusão do Canal do Panamá, em 1914; 3. A substituição de cultivos tradicionais de caçã, banana da terra, café, por cultivos de soja e sorgo; 4. Exportação dos cultivos. (Hurtado, 2004).

¹⁶ Vemos aqui a conciliação dos paradigmas fundadores dos movimentos sociais (Wiewiorka, 2003). Por um lado, um movimento social de condutas racionais e instrumentais, a partir do qual um ator coletivo tenta se instalar em um sistema político, mantendo e expandindo sua influência ao mobilizar recursos que podem envolver violência (Tilly, 1978; Oberschall, 1973) e, por outro lado, um movimento social como um ator dominado que se opõe a um adversário social para tentar o controle das principais orientações da vida coletiva (Touraine, 1973).

etnicidade é, então, uma estratégia que se espalha tanto no âmbito nacional como no local e implica diferentes níveis e alcances das ações políticas desenvolvidas pelos agentes envolvidos no processo de reivindicação de direitos particulares.

Estes fatores de luta pela terra e de reivindicação identitária marcam processos contenciosos para a mobilização coletiva, como respostas concertadas da população negra da região do Pacífico colombiano ao desenvolvimento de ações coletivas destinadas à defesa, reivindicação e cumprimento de direitos, confrontando os adversários que atentavam contra seus interesses. O grande adversário desta época era sem dúvida a Constituição de 1886 em cujas leis se determinava a maneira pela qual os “selvagens” e os “índios reduzidos à vida civil” deveriam ser governados pelas leis da República e ambos tratados como menores legais (Lei 89 de 1890, citado em Wade, 1997: 46)¹⁷. O status dos indígenas estava de alguma forma coberto pela lei dos *resguardos*, quando os negros eram simplesmente ignorados. Estas medidas constituem formas de resistência negra que se expressa não como um movimento de luta popular estendido no tempo, mas como uma mobilização de grupos dispersos em diferentes povoados numa mesma região e em períodos relativamente curtos até 1930 quando as oportunidades políticas se abrem para esta população.

¹⁷ A Constituição de 1886 estabelecia medidas que impediam os negros de participar como cidadãos e de expressar suas manifestações culturais: nos artigos 173, 174 e 175 se estabelecia o sufrágio qualificado, ou seja, a eleição dos representantes devia ser votado só por homens alfabetizados, ou por sua renda e patrimônio (Tirado Mejia, 1982: 378). E no artigo 40 se impedia o exercício de todos os cultos contrários à moral cristã (Wade, 1997: 46).

2. Momento 2: Oportunidades políticas para a população negra.

1930-1960

Vimos até agora como os grupos negros construíram uma identidade coletiva e iniciaram ações contenciosas baseadas nela. Resta agora entender como essa primeira mobilização dispersa se transforma num movimento social. Para a passagem de uma coisa a outra, o crucial são as transformações nas oportunidades políticas. Neste caso, tais transformações acontecem com a chegada ao poder do Partido Liberal em 1930, momento no qual se abrem oportunidades de ação política para a população negra e que se estende até a década de 1960, momento em que a mobilização negra se dá a partir de líderes políticos vinculados ao Partido Liberal e a partir daí se inicia outro momento da ação coletiva.

As oportunidades políticas para a ação coletiva, segundo S. Tarrow (2009), são principalmente: a abertura de acesso à participação, mudanças nos alinhamentos do governo, disponibilidade de aliados influentes e divisões entre as elites. A partir de 1930, com a chegada ao poder do Partido Liberal estas variáveis se traduzem em maiores possibilidades de participação democrática nas eleições para os negros, acesso a posições de poder político regional e nacional para lideranças políticas negras, e divisão regional das elites brancas e das elites negras.

Em 1930, a vitória do Partido Liberal rompe com a longa hegemonia conservadora no poder. Um dos principais fatos políticos da nova administração foi a instituição do cartão de identidade para todos os homens maiores de 21 anos. Isto incentiva políticas como o direito ao voto para todos os cidadãos – masculinos –, inclusive dos analfabetos, entre os quais se encontrava o grosso da população negra do país. A nova participação política deste setor da população, que durante anos esteve à margem de qualquer participação política, contribui, por um lado, para afirmar a liderança do Partido Liberal especialmente no Litoral Pacífico e, por outro lado, para que lideranças negras ganhem pela primeira vez a

participação direta nas instituições do Estado, como deputados dos departamentos de Chocó e Cauca. Cesar Ayala Diago (citado por Urrea e Hurtado, 1999: 312) aponta, para o caso de Puerto Tejada no Departamento do Cauca, no sudoeste do país:

No obstante el progreso de los años veinte, el despegue definitivo de Puerto Tejada está estrechamente relacionado con el advenimiento del liberalismo al poder en 1930. Identificados con el partido que abanderó la abolición de la esclavitud, la mayoría de la población ató su suerte a la de los gobiernos liberales. La gente incluso se declaró a favor del ala radical del liberalismo.

De fato, a filiação de lideranças negras no Partido Liberal marca uma mudança nos alinhamentos políticos da região. As causas destas mudanças encontram-se principalmente na posição do partido frente a diversos acontecimentos que afetavam diretamente a população afro-descendente – seguindo as palavras de Agudelo (2005: 110) “as preferências políticas da região, traduzidas em resultados eleitorais, não se modificaram substancialmente desde o século XIX até o final do século XX”.

Na década de 1930, o fortalecimento político de lideranças negras no Litoral Pacífico se fundamenta em quatro argumentos principais que podemos considerar como essenciais para a posterior divisão, e enfraquecimento, das elites na região (Hurtado, op-cit) . Esses argumentos são: 1. A conservação da terra; 2. A formação de uma classe camponesa economicamente mais forte; 3. A valoração da educação como forma de ascensão social; 4. A militância no Partido Liberal. Nestes discursos, os líderes se apoiavam na exaltação da negritude e nas reivindicações étnicas e civis como base de sua atuação política (De Roux, 1991).

Com um domínio quase absoluto do Partido Liberal na região do Litoral Pacífico, se consolidou uma intelectualidade negra na década de 1930. A formação desta intelectualidade teve seu início fundamentalmente nas primeiras décadas do século XX, respaldada em grande medida pela produção das fazendas camponesas da região e cujos proprietários eram os mesmos habitantes negros da região. Numa descrição sobre a produção camponesa negra nesta época, Michael Taussig aponta que:

Durante cincuenta años con posterioridad a la abolición, los ex-esclavos y sus descendientes formaron una próspera economía de subsistencia, estableciéndose ilegalmente en las tierras de sus antiguos amos, quienes trataron infructuosamente de manera desesperada de limitar esa economía campesina con el objeto de revitalizar sus decadentes propiedades, a base de trabajo asalariado o de cultivos arrendatarios... En las postrimerías del siglo XIX se describe la economía campesina en términos que dejan poca duda en lo que se refiere a la abundancia de su producción y la vitalidad de su propia autosuficiencia (1978:12).

A “bonança” da economia na região vai durar até a década de 1930 (Caballero, 1978), época que coincide, por um lado, com o surgimento de uma intelectualidade negra fruto de uma população camponesa que conduziu seu capital econômico para o investimento em capital escolar para os filhos, homens, instigando-os a seguir a educação superior. Isto foi a base para que anos mais tarde famílias camponesas menos prósperas da região também valorassem a educação dos filhos fazendo esforços econômicos maiores.

La educación fue un eslabón definitivo para que los negros avanzaran hacia los cargos de la administración local y la jefatura política y se establecieran como intermediarios entre las jefaturas regionales y nacionales de los partidos desplazando así a las elites blancas y mestizas” (Agudelo, 2005:109).

Por outro lado, as alianças que se criam entre lideranças negras com os militantes do Partido Liberal permitiram que na tomada do poder central destes últimos em 1930 se abrissem espaços políticos para os negros, e desta maneira, as oportunidades políticas se abrem para esta população. Esse foi o caso para muitas lideranças negras da região, dentre os quais podemos destacar os seguintes: Diego Luis Córdoba, advogado, deputado (1933-1943), senador da República pelo departamento do Chocó (1943-1964)¹⁸; Elias Yacup, deputado, depois vereador da cidade de Buenaventura (departamento do Valle) e prefeito da cidade de Guapi (Cauca); Sofonias Yacup, governador do Cauca e autor do livro *Litoral Recóndito*, de 1934. Neste livro, Yacup defende as reivindicações dos afro-colombianos do Litoral Pacífico e acusa o Estado pelo abandono da região, lembrando que desde a abolição da escravidão a região se mantinha como a mais pobre do país.

¹⁸

Desde então, o departamento do Chocó sempre teve representação no Congresso Nacional.

Mas o político negro mais influente da década foi Diego Luis Córdoba (1907-1964). Nos primeiros anos da década de 1930, Córdoba funda um movimento político chamado “Acción Democrática”, conhecido também como o *Cordobismo*. O cordobismo aceitava a plataforma do Partido Liberal e apoiava as ações de seu diretório.

El cordobismo es enemigo de toda diferenciación racial y por lo mismo sostiene que blancos y negros, indios y mestizos son iguales y deben tener idénticos derechos, por lo que afirma que todo privilegio racial y de casta es odioso, injusto e impropio en una verdadera democracia (Rausch, 2003: 74)

Em 1946, como deputado pelo Chocó, Córdoba apresenta a proposta ao Congresso de elevar o Chocó de intendência a departamento¹⁹. Os principais obstáculos para a aceitação desta proposta era a densidade demográfica mínima exigida para um departamento, que era de 250 mil pessoas. O Chocó contava com cerca de 150 mil. Os opositores ao projeto se basearam também no argumento da falta de especificidade dos limites geográficos do novo departamento. Contudo, o projeto de Córdoba assegurava que as extensões da Intendência seriam mantidas no novo status de Departamento (Rausch,, 1986).

Assim o projeto foi aprovado no Congresso da República e assinado pelo Presidente Ospina Pérez em 3 de novembro de 1947. A versão final do texto dava ao Chocó o direito a eleger três senadores e três deputados (Ley 13 de 3 de Nov. de 1947). Desde então, Córdoba foi Senador pelo departamento do Chocó até sua morte em 1964. Sua bandeira foi sempre a luta pela promulgação de leis em prol do desenvolvimento do Chocó. Entre elas, a Lei 12 de 1949 ou Plano Viário do Chocó, plano de uma rede de estradas para comunicar os municípios deste departamento entre si e com outros departamentos vizinhos; a lei 121 de 1959,

¹⁹ Naquela época, a divisão política administrativa da Colômbia era constituída por departamentos, intendências e comisarias, sendo estas últimas consideradas como “territórios nacionais”. Esta divisão estava baseada na densidade demográfica e na renda anual em cada território. O Chocó era então considerado como intendência e por essa razão. Os eleitores do Chocó estavam incluídos nos distritos eleitorais de Antioquia, de forma que podiam eleger um deputado no Congresso Nacional.

continuação da estrada Panamericana a través do Chocó; em 1960 é promulgada a lei para ampliar a cobertura elétrica no departamento.

Córdoba também lutou pela criação de uma universidade em Quibdó, que foi criada 4 anos após sua morte, com o nome de “Universidade Tecnológica do Chocó, Diego Luis Córdoba”. Mas a contribuição mais importante de Córdoba durante seus anos de congressista foi a luta pelo reconhecimento da contribuição da cultura afro-colombiana à nação (Rausch, 2003: 79). Por isto, Diego Luis Córdoba é considerado um dos pilares do movimento negro que começaria a se formar na década de 1960.

Na década de 1940, a influência de outros políticos negros foi notável no cenário nacional. Foi o caso de Natanael Diaz, congressista pelo Partido Liberal, que, ao lado de Manuel Zapata Olivella, Delia Zapata e Marino Viveros, também liberais, organizam o primeiro dia do negro e propõem estudos sistemáticos das populações negras do país, influenciados pelo Movimento da negritude criado pelos intelectuais antilhanos Aimé Césaire, Léon Damas e pelo senegalês Leopold Senghor (Agudelo, 2002). Este movimento de intelectuais negros consolida a presença de lideranças negras em espaços não só regionais, mas também nacionais e instam às minorias brancas e mestiças a deixar o poder político local que até então estava em suas mãos.

Essa situação do poder negro local conseguiu certa estabilização nos anos da violência bipartidária que o país encarou durante a década de 1950 (Agudelo, 2001; Arocha, 1993)²⁰. Esta época marcada pela violência entre liberais e conservadores – mortes violentas nem assédios à população – não atingia de maneira decisiva o Litoral Pacífico; contudo, boa parte da intelectualidade negra foi obrigada a sair da região por pressões das lideranças conservadoras que voltavam ao poder central (Urrea, Hurtado, 1999). Nesta época aparecem

²⁰ No ano de 1948, o líder liberal Jorge Eliecer Gaitán é assassinado pelos conservadores na capital do país. Este evento marca o *Bogotazo*, revolta popular que começa em Bogotá e se espalha por todas as regiões do país, especialmente aquelas de tradição mais conservadora.

também os primeiros estudos sobre a cultura e o folclore do Litoral, continuando, desta vez a partir da academia, com as reivindicações culturais, territoriais e identitárias dos grupos negros²¹.

Novos estudos apontam uma preocupação pela construção da identidade negra dentro da cultura colombiana, justamente num momento de guerra civil quando os valores culturais e identitários dos grupos sociais são redefinidos. Sob influência do antropólogo norte americano M. Herskovitz²², os estudos referentes às populações negras abrem questões vinculando a África com América. A partir daí, as explicações procuravam mostrar a sobrevivência de traços culturais ou graus de retenções africanas nas populações negras colombianas. Pesquisadores como Price (1954), Arboleda (1950, 1952) ou Escalante (1954) sustentavam a hipótese que a cultura é um produto do aprendizado transmitido de geração em geração e que a adaptação africana nas terras americanas é fruto de regras ou das leis que regem os povos em contato.

Outras teses influentes nos estudos sobre populações negras na Colômbia são influenciadas pelo etnólogo francês Roger Bastide (1969), cuja visão é oposta e crítica ao norte-americano pela negação que este faz da possibilidade de existência de criações culturais originais na América. Bastide oferece então uma esquematização de quatro tipos de expressões culturais nas populações negras da América Latina: 1. As sociedades surgem de fenômenos de *cimarronismo* com um sistema de parentesco, uma organização social e práticas religiosas marcadas por traços africanos. 2. Os cultos religiosos destas sociedades apresentam

²¹ Os primeiros estudos sobre a cultura negra foram realizados, entre outros, por: Aquiles Escalante (1950, 1954) e Rafael Arboleda (1950).

²² Antropólogo culturalista norte-americano cuja preocupação era a de compreender o legado africano nas práticas culturais das populações negras na América, desenvolvendo um trabalho comparativo entre África, Brasil e o Caribe. A principal limitação de suas pesquisas era uma rígida concepção da cultura e uma pouca atenção aos processos de mudança e de adaptação. Um artigo que mostra bem essa concepção culturalista apareceu em 1938 no *Journal des Africanistes* com o título de “Les Noirs du nouveau monde, sujet de recherche africaniste”, e também em uma de suas principais obras, *The myth of the negro past* (1941).

correspondências explícitas entre entidades religiosas africanas e santos católicos. 3. A mestiçagem biológica entre negro e índio e a criação de sistemas culturais misturam elementos caribenhos, africanos, e católicos. 4. As "culturas negras" não apresentam traços culturais africanos explícitos, mas são diferentes das sociedades brancas e índias.

Sobre este esquema e baseados nos antropólogos norte-americanos Sidney Mintz e Richard Price (1976), que estabelecem a dificuldade de relacionar de forma total a cultura africana com as culturas dos grupos negros americanos cuja realidade é mais fragmentada e pouco uniforme, os estudos na Colômbia nas décadas de 1960 e 1970 (Whitten, 1969, 1974; Friedemann, 1974) se orientam a decifrar a capacidade de adaptação dos grupos negros ao meio natural e às dinâmicas sociais, políticas e econômicas impostas pela sociedade maior (dominante). Essa orientação metodológica serviria para determinar processos de interação política dos grupos negros com os demais atores sociais e com as instâncias políticas de ordem nacional.

Estas teses ajudariam a forjar, de uma maneira ou de outra, a ação política nas décadas posteriores com o objetivo de analisar a dinâmica da construção de identidades da população negra, ultrapassando a visão de adaptação do negro às sociedades do novo mundo e enfocando-se, pelo contrário, nas manifestações cotidianas.

Na década de 1960 surgem as primeiras reivindicações identitárias por parte dos intelectuais negros de maneira mais autônoma, ou seja, representando as populações por fora dos partidos políticos. Em Bogotá, particularmente, essa nova classe intelectual negra mobilizaria o repertório do movimento negro de países como Estados Unidos ou África do Sul para fundamentar seus discursos nas lutas a favor dos direitos cívicos e de uma reivindicação identitária como os "afro-americanos". Essa base 'afro-americanista', deu impulso a novas dinâmicas na organização de 'afro-colombianos' nos centros urbanos e a partir daí começa o uso do termo por parte de intelectuais e dos movimentos negros. Assim, os

movimentos de intelectuais negros que surgem nesta época nas cidades colombianas têm um discurso inovador sobre a identidade negra usando repertórios de ação tomados de movimentos estrangeiros que em certa medida tinham conseguido certo sucesso ou que mobilizavam uma quantidade importante de pessoas ganhando visibilidade frente à opinião pública e ativando redes sociais ao redor deles²³.

Para finalizar, podemos dizer que a importância deste capítulo está na análise das mudanças no sistema de oportunidades políticas que ofereceram incentivos para a ação política dos afro-colombianos. Essas mudanças se caracterizaram por épocas fechadas e abertas para esta população. A primeira é no final do século XIX com a declaração de uma Constituição conservadora, e a segunda na década de 1930, nas quais se abria a possibilidade de acesso às vias da política institucional e quando a aliança com o Partido Liberal permite que as organizações negras vinculadas a ele expressem suas demandas. Reivindicações expostas principalmente por Diego Luis Córdoba, político e militante negro do partido Liberal que assumiu os cargos de deputado e logo Senador da República desde a década de 1930 até sua morte em 1964. Nas décadas de 1940 e 1950, com o recrudescimento da violência no país, os objetivos da ação política dos negros giram principalmente ao redor do tema da propriedade da terra.

Contudo, a ação coletiva de um movimento social negro, como alternativa independente ao Partido Liberal ou Conservador, vai aparecer só na década de 1960 com uma conjuntura nacional e internacional favorável para esta mobilização. Até então tivemos formas de ação política das elites negras em posições centrais da política nacional e regional e uma formação de uma intelectualidade negra que confronta o fechamento do sistema.

²³ Tarrow (1989) aponta que estes fatores estimulam outros movimentos, que podem seguir padrões ideológicos e procedimentos estabelecidos pelos movimentos pioneiros, conformando com isto um ciclo de protesto.

Capítulo 2

Dinâmicas de mobilização coletiva dos afro-colombianos 1970-1991

O capítulo anterior tratou de mostrar o processo de longa duração que gerou a concentração da população negra no Litoral Pacífico colombiano e deu as condições e motivos para as primeiras mobilizações coletivas dessa população. Neste capítulo o objetivo é mostrar como esse ativismo incipiente se cristalizou em organizações mais duradouras, que, a partir da década de 1960, passam a se chamar “afro-colombianas”. Organizações estas que funcionarão como as estruturas de mobilização do Movimento Afro-colombiano.

Para tanto, foram selecionadas aqui duas associações urbanas representativas deste processo, organizações formadas basicamente em duas décadas, entre 1970 e 1990. Estas organizações são o Movimento Nacional Cimarrón e o Processo de Comunidades Negras. Serão focalizados aqui o processo de formação dessas organizações, bem como as trajetórias de suas lideranças, Juan de Dios Mosquera e Carlos Rosero, que ilustram dois padrões de carreira do ativismo afro-colombiano. Veremos, depois, os repertórios de confronto e as estratégias de mobilização que cada organização adotou nas diferentes fases do processo de formação do movimento, bem como os quadros interpretativos, ou *frames*, que orientaram as estratégias de ação adotadas por cada uma das organizações.

Na perspectiva de Tilly, os movimentos sociais são uma “interação contenciosa que envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder em nome de uma população em litígio” (Tilly, 1993) e que se configura numa certa estrutura de oportunidades políticas. Aqui, trata-se então, de destacar que a mobilização é um processo só possível diante de oportunidades políticas favoráveis, nas quais as estruturas de mobilização criadas pelo movimento, as organizações afro-colombianas, criam solidariedade e assumem o controle coletivo sobre os recursos necessários para a ação. Assim, nosso argumento aqui é que só a partir

da década de 1970 oportunidades políticas favoráveis para a construção de um Movimento Afro-Colombiano se configuraram. Uma mobilização sempre baseada no conflito entre o Estado e a população negra, sendo o primeiro os “detentores do poder” e os segundos os “desafiantes” (Tilly, 1993).

1. A estrutura de oportunidades políticas dos anos 1970

Na década de 1970, os estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais nos Estados Unidos e Europa, como também na América Latina apontam novos atores no cenário político. Atores que representam um “novo sindicalismo” (Sader, 1988) e outras organizações de esquerda. Autores como D. Lehman vão definir esta década como o momento em que se produziu em América Latina um ‘boom’ de organizações sociais, cujos objetivos seriam uma maior participação da sociedade civil, uma maior autonomia dos grupos locais com reivindicações relativas aos direitos humanos e outros direitos coletivos, tais como os ambientais e as lutas das diversas minorias étnicas (Lehmann, 1990:197).

Existem várias possibilidades de abordar o boom organizativo das décadas entre 1970 e 1980. Uma delas tem a ver com as releituras de Gramsci que dão conta do processo a partir do qual os movimentos sociais e suas lutas passam a ter um papel fundamental para a transformação da sociedade²⁴. As teorias de Gramsci ofereciam naquela época uma alternativa ao marxismo tradicional para pensar a realidade social e com ela a relação entre política e cultura.

A esquerda na América Latina atravessava naquele momento uma profunda crise e a obra de Gramsci permitia examinar a especificidade histórica de suas sociedades, sobretudo na relação sociedade-Estado. Crise que podia ser explicada em grande parte pelos golpes militares em muitos países da região. Assim, a luta das novas organizações políticas na América Latina, apontava para

²⁴ Alguns autores que se destacam por fazer releituras de Gramsci no contexto latinoamericano são, entre outros: Nun, 1989; Aricó, 1988; Nogueira, 1988; Portantiero, 1977; Santana, 1991.

novos desafios como a democracia, as relações do poder com as massas, as novas formas organizacionais, os novos sujeitos políticos, o papel do Estado e a reformulação do conceito de política.

Estes fatores são examinados por E. Dagnino (2001) para o caso de Brasil, apontando que na década de 1970 os movimentos sociais estiveram envolvidos na luta pela democracia e de resistência frente ao regime autoritário e nos anos 1980 foram centrais no processo de Redemocratização no país. Os movimentos sociais, segundo a autora, não constituem atores sociais ou sujeitos políticos homogêneos, pelo contrário sua principal característica é a heterogeneidade e a diversidade (ibid: 71). Esta característica pode dificultar a análise do alcance de suas lutas, contudo se reconhece a capacidade de produzir novas expectativas nas relações de poder e na conformação de novos sujeitos políticos.

Na Colômbia o cenário não era muito diferente. A fraqueza das forças de esquerda era notável para 1970. O Partido Comunista Colombiano (PCC) criado na primeira metade do século XX (1930) conseguia uma mobilização social débil, enquanto os partidos tradicionais mantiveram a consolidação de seu poder construindo um sistema político “próprio”, chamado “Frente Nacional”, a partir do qual se acordava a alternância de poder a cada quatro anos entre o Partido Liberal e o Conservador. Esta hegemonia política dos dois partidos políticos surgiu em 1958 e durou 16 anos, no seio de uma sociedade extremamente desigual e num contexto de violência que caracterizou o país nas décadas de 1940 e 1950.

O fortalecimento das coalizões políticas dominantes e oligárquicas no poder durante esses anos de Frente Nacional se manifestou principalmente por meio do crescimento da burocracia e seus recursos. Como afirma Francisco Leal:

La clase política dejó de ser una heterogénea agrupación artesanal, para convertirse en una especie de casta profesional, dada la tendencia a la homogeneidad en una labor vitalicia y a cerrar el ingreso de miembros que no provinieran de su propia capacidad de reproducción política (Leal, 1987:45)

Mas tal fortalecimento começou se deteriorar com a aparição, em meados dos anos sessenta, de guerrilhas radicalizadas (Forças Armadas Revolucionarias

da Colômbia FARC, Exercito de Liberação Nacional ELN, Exercito Popular de Liberação EPL) que eram a expressão nacional da nova esquerda latinoamericana e herdeiras da violência bipartidária nacional das décadas anteriores. Sua presença desafiava o princípio do monopólio da força pelo estado.

Somava-se a este fato o surgimento de novos grupos armados na década seguinte, particularmente do Movimento 19 de Abril (M-19), da organização da sociedade civil em movimentos sociais e dos primeiros *paros cívicos*.

Este contexto configura as oportunidades políticas favoráveis para a mobilização política de vários grupos sociais subordinados, visando projetos de transformação social e de uma nova ordem social na qual pudessem ampliar sua participação²⁵. Surgem movimentos de luta pelos direitos fundamentais e o direito a ter direitos: direito à igualdade e à diferença e, com isso, se pretendia a elaboração de novas identidades. Dentre esses grupos estão os afro-colombianos.

Esses movimentos sociais que surgem na década de 1970 casavam mal com as teorias dos Novos Movimentos Sociais formuladas na Europa. A tendência europeia desse momento apontava outros horizontes de investigação sobre movimentos sociais que se afastavam da realidade colombiana, mas também latino-americana de uma forma mais geral. Estudos europeus, como os de Touraine (1989), apontam para novas formas de contestação em sociedades pós-industriais, onde as figuras contestatórias não são mais os movimentos operários, símbolos da luta de classes, mas as lutas dos estudantes, lutas anti-nucleares, regionalistas, de mulheres, ou étnicas. Estas formas de organização, que passaram a ser chamadas de “novos movimentos sociais”, agiriam por meio de

²⁵ Gramsci refere-se com classe subordinada a todos aqueles que apresentam uma consciência imposta pelo ambiente em que vivem e na qual concorrem influências diretas e contraditórias. A grande questão desta classe é o de “elaborar a própria concepção do mundo de maneira consciente e crítica e, a partir desse trabalho intelectual, escolher a esfera de atividade, participar ativamente na elaboração da história do mundo, ser guia de si próprio e não aceitar passivamente o traço imposto sobre a própria personalidade” (Gramsci, 1975:12)

pressão social e de persuasão da sociedade civil e não como tentativa de tomar o poder do Estado.

No caso colombiano, por sua vez, o contexto de crise política e de disseminação de conflitos violentos, somado a um Estado ainda em processo de modernização, impediu o surgimento de uma sociedade civil como entidade separada dos aparatos do Estado nos moldes europeus. E as formas de ação política da sociedade, longe do pacifismo europeu, incluíram também a violência das guerrilhas, em combate aberto ao Estado.

Esta diferença de conjuntura torna difícil o uso da TNMS para tratar do caso colombiano. A mobilização afro-colombiana se entende melhor se, em vez de defini-la como “novos movimentos sociais”, tomarmos como ângulo de análise as oportunidades políticas que permitiram a configuração de ação política coletiva dos grupos sociais negros até então marginalizados pelo sistema político. É num contexto de crise político-institucional que surgem as principais organizações afro-colombianas, entre elas o Movimiento Nacional Cimarrón foi o que apresentou maior impacto no panorama do Movimento Afro-colombiano na década de 1980.

2. O surgimento da mobilização afro-colombiana: associativismo e repertórios

Na década de 1970 se configuram as oportunidades políticas para a organização de grupos afro-colombianos na Colômbia. As lutas contra o racismo, as reivindicações políticas pela participação e a inclusão destes grupos nos projetos nacionais são os principais objetivos das organizações sociais, especialmente de estudantes e profissionais que atuam nos centros urbanos.

Estas primeiras mobilizações se inspiram no repertório de confrontação constituído por movimentos negros anteriores noutros países. Como argumenta Tilly (1995: 26), movimentos sociais usam de maneira diferenciada os repertórios de ação disponíveis, escolhendo nele elementos que num momento dado são

compatíveis com as necessidades específicas daquela ação coletiva. Impactados pelo movimento dos direitos civis norte-americano, o movimento das negritudes europeu e pelos processos de descolonização na África, os intelectuais negros colombianos passaram a abordar a problemática da discriminação racial e da “invisibilidade” do negro na sociedade colombiana. Segundo P. Wade:

El contexto de este ‘despertar del negro’... depende de varios factores. Primero, para [ciertas] personas... el ejemplo del movimiento negro norteamericano fue de gran importancia. Además, el rápido proceso de descolonización que tuvo lugar en África entre 1950 y 1965 destacó la fuerza del nacionalismo en ese continente. Segundo, un número creciente de afroamericanos en Colombia accedía a la educación universitaria y conocía más a fondo este contexto internacional. Tercero, se destacaba una corriente antropológica que desafiaba la ‘invisibilidad’ de la gente negra en el mundo académico.. (Wade, 1993: 175)

A reivindicação pela *afrocolombianidad* e a luta pela inclusão do conjunto da população negra na sociedade colombiana não era um tema novo para os militantes negros. Outrora, nos anos 30 o político negro Diego Luis Córdoba já levantava essa bandeira, como vimos no capítulo anterior²⁶.

Mas foi só na década de 1970, graças às oportunidades políticas favoráveis, que surgiu por vez primeira o “Movimento Afro-colombiano” no país, conglomerado de diversas organizações, grupos preocupados com a discriminação racial, a privação socioeconômica e a falta de representatividade política da população negra na sociedade nacional. Pela primeira vez, esses grupos se organizaram por si mesmos, independentes do Partido Liberal.

Os ativistas deste movimento emergente são extraídos de setores da elite intelectual urbana, sobretudo estudantes e profissionais liberais. Entre as organizações sociais de afro-colombianos da década de 1970 destacamos: o Centro de Investigação para a Investigação da Cultura Negra (CIDCUN), criado pelo líder Amir Smith Córdoba (1948-2003), sociólogo e jornalista, em 1975. Córdoba funda uma publicação chamada *Presencia Negra*. Ao lado de Córdoba,

²⁶ “El cordobismo es enemigo de toda diferenciación racial y por lo mismo sostiene que blancos y negros, indios y mestizos son iguales y deben tener idénticos derechos, por lo que afirma que todo privilegio racial y de casta es odioso, injusto e impropio en una verdadera democracia” (Rivas Lara, 1986; 351).

outro ativistas que se destaca é Manuel Zapata Olivella (1920-2004), médico e escritor, fundador da Fundação Colombiana de Investigações Folclóricas em 1977 e do Centro de Estudios Afrocolombianos e um dos organizadores do Primeiro Congresso da Cultura Negra das Américas na cidade de Cali em 1977.

A congregação de ativistas avulsos num mesmo movimento tem como um dos marcos este congresso de Cali em 1977, que contou com a participação de representantes de movimentos negros de diversos países de América Latina, evidenciando a presença de uma rede transnacional de alianças: Honduras, Equador, Peru, Panamá, Venezuela e Estados Unidos. O Brasil participou neste Congresso com representantes do Movimento Negro Unificado. O evento reitera o quanto a experiência de movimentos negros anteriores e concomitantes funcionaram como um repertório para os afro-colombianos ao elegerem suas próprias estratégias discursivas e de ação.

Neste primeiro congresso os participantes fizeram uma declaração convidando os governos e os intelectuais do continente americano para organizar o que eles chamaram de luta contra os restos da escravidão e de discriminação da população negra²⁷. Este congresso foi, por um lado, uma reunião de lideranças negras que não gerou um projeto político comum para os movimentos negros sul-americanos, que servisse como orientação da ação coletiva. Mas, por outro lado, o congresso efetivou um pequeno “ciclo de mobilização” (Tarrow, 2009), incentivando a criação de outros movimentos de corte urbano.

Tal foi o caso de organizações como o Centro de Estudos “Franz Fanon” (CEIFA), em 1981, dirigido por Samcy Mosquera. Sobre a formação desta organização, seu diretor nos relata:

La procedencia de los integrantes de Ceifa viene de los partidos de izquierda, lo que permitió ver cómo la izquierda era tan racista como la derecha... advertimos que si no se creaba un espacio y una conciencia frente a eso, íbamos a continuar como hombres de segunda categoría. Éramos todos estudiantes de distintas universidades con alguna

²⁷ *Primer Congreso de La cultura de las Americas. 1977.* Fundación colombiana de investigaciones folclóricas. Unesco. Sponsored programs and publications. Colombia. 1988.

militancia y habíamos sentido un cierto fracaso de esa militancia, por lo que habíamos vivenciado al interior de las líneas de la izquierda. En la militancia, simplemente, no se nos incluía como afrocolombianos. (Entrevista a Samsy Mosquera por Catalina González Z. Bogotá. 20/08/2005).

Mas a organização que terá mais transcendência e continuidade durante as décadas seguintes e que gestará um projeto político de maior alcance é o “Centro de Estudos Soweto”, criada em 1976 por Juan de Dios Mosquera (1956), sociólogo, em Pereira (capital do departamento de Risaralda), e em cujo nome vê-se a inspiração no repertório dos movimentos negros contemporâneos, sobretudo o sul-africano. Contudo, o repertório passaria por um processo de aclimação, pois, em 1982, o grupo se converteria no Movimiento Nacional Cimarrón, adotando um nome que remete a uma tradição local ao recuperar a figura do *cimarrón* (escravo foragido, em espanhol) como imagem de resistência negra que simboliza a experiência latino-americana e assim desenvolver um pensamento particular: o *cimarronismo*, oposto radicalmente à ideologia do branqueamento e das diferentes expressões do racismo.

2.1 A formação das associações afro-colombianas: o caso do Centro de Estudos SOWETO e Movimento Nacional Cimarrón.

O Centro de Estudos Soweto nasce em 1976 sob a liderança de Juan de Dios Mosquera. Juan de Dios, nascido em 1956, na comunidade afro-colombiana de Santa Cecília, município de Pueblo Rico no centro do país (Departamento de Risaralda), é filho de um professor de escola pública e de uma costureira e ‘yerbatera’ (com conhecimentos em ervas medicinais). Ali, em Santa Cecília, viveu, segundo suas próprias palavras, “a infância de qualquer criança que não tem tempo para ser criança” (entrevista com J. D. Mosquera por Catalina González Z. Bogotá. 22-12-2010). Assim, ele procurava lenha para ascender o fogão de sua casa e buscava o pagamento em alimentos (banana da terra, mandioca, frutas, etc.) que sua mãe recebia pelo trabalho de costureira. Entra na faculdade de Ciências Sociais na Universidade Tecnológica de Pereira, com a

ajuda do Antropólogo Idelfonso Gutiérrez Azopardo²⁸, em 1976. Na faculdade, Juan de Dios se engaja em organizações de esquerda.

En ese tiempo era importante el Partido Comunista, el Moir (Movimiento Obrero Independiente Revolucionario) y la URS (Unión Revolucionaria Socialista). Yo pertenecía a la URS y al mismo tiempo fui dirigente sindical del magisterio. Estando em desarrollo del pensamiento revolucionario marxista, me doy cuenta que las organizaciones revolucionarias no tenían en cuenta el tema de la realidad de las comunidades afro, el tema del racismo y ahí es cuando preocupado por el racismo que se vivía al interior de la comunidad mestiza paisa [população da região central do país compreendida pelos Departamentos de Antioquia, Risaralda, Quindío e Caldas], entonces creamos el Círculo de Estudios de la problemática de las comunidades negras de Colombia, SOWETO” (Entrevista com J.D. Mosquera por Catalina González Z. Bogotá. 22-12-2010).

Inspirado no repertório das lutas anti-apartheid que surgiram no subúrbio de Soweto em Johannesburgo, lideradas por Nelson Mandela, Juan de Dios e seus colegas fundam o Círculo de Estudos Soweto com o propósito de analisar o problema do racismo na região central do país, onde é freqüente a convivência entre indígenas, negros e mestiços. Neste contexto, os jovens estudantes pretendiam aprofundar os conhecimentos sobre a história e o papel fundamental dos africanos na construção da Colômbia e do mundo e dessa maneira reivindicar a igualdade para os negros colombianos no marco do discurso dos direitos humanos.

Nosotros estábamos preocupados con el problema del racismo en la comunidad mestiza paisa. Los compañeros Wilson Padilla, Eusebio Camacho y yo reunimos un grupo de jóvenes con el propósito de analizar el tema desde nuestro papel de estudiantes. Así decidimos crear un grupo de estudios para conocer más sobre la historia y el papel protagónico de los africanos en la construcción de Colombia y el mundo (Entrevista com J. D. Mosquera por Catalina González Z. Bogotá, 22/12/2010) .

Além dessa inspiração sul-africana na formação desta organização, também vale ressaltar que o repertório estrangeira em que o novo grupo se

²⁸ Gutierrez Azopardo é um reconhecido pesquisador da população afro-colombiana. Entre suas publicações mais importantes estão: *Historia del negro en Colombia*. Nueva América. Bogotá, 1980. “Los libros de pardos y morenos en los archivos parroquiales de Cartagena de Indias”. *Revista Española de Antropología Americana*. No. 13. Universidad Complutense de Madrid. 1989. *La Iglesia y los negros. Historia de La Iglesia en Hispanoamérica y Filipinas*. BAC. Madrid. 1992. *Los Afroamericanos*. El Buho. Bogotá, 1996, entre outros.

inspirava incluía também as estratégias de mobilização de líderes norte-americanos reconhecidos como Martin Luther King, Malcom X e Stockeley Carmichael. Juan de Dios dedica várias páginas de seu texto *Las comunidades negras de Colômbia hacia el siglo XXI* (2000) à análise das atividades empreendidas por estes líderes. Neste texto, King aparece como um ativista evangélico, fundador da Conferência de Líderes Cristãos do Sul, SCLC, em 1956, militante contra a segregação racial, a guerra no Vietnã e a favor dos Direitos Humanos. O que o Soweto incorpora desse repertório é o que está nos manifestos de King, que aponta que as comunidades negras sofrem as consequências de uma inferioridade acumulada em séculos de escravidão e semi-servidão (ibid :121). De outro lado, de Malcom X, que, em 1965, forma parte de um movimento que reivindica a profissão da fé islâmica e a diferenciação radical da população negra com respeito ao resto da sociedade norte-americana, vem a ideia de lutar pelos direito dos afro-colombianos por uma cidadania diferenciada e combater o racismo. Já Carmichael, fundador em 1966 da organização Comitê Estudantil Coordenador da Não Violência, SNCC, aparece como o ideólogo do *Black power*, tendência que aponta para a criação de formas de poder que expressem o lugar que deve ocupar o negro na sociedade e dessa maneira superar a exclusão à qual é submetido pela sociedade branca.

A incorporação do repertório contencioso do movimento negro norte-americano se vê refletida nos depoimentos de ativistas que formavam parte de Soweto naquela época. Tal é o caso de Rosa Solís que em entrevista feita por C. Agudelo (2005:173) diz:

[En Soweto] nos reuníamos todos los sábados a estudiar. Estudiábamos a Malcom X. También estudiábamos la cultura negra, la historia del Pacífico. Promovíamos la responsabilidad y la autoestima entre los jóvenes negros.

Estas influências externas na formação da organização dos afro-colombianos nas décadas de 1970 e 1980 constituíram o que foi chamado como o *despertar del negro* (Gutiérrez Azopardo, 1980: 87).

Mas, segundo P. Wade (1993:175), além da influência do movimento negro norte-americano, outros fatores impactaram as formas de mobilização afro-colombianas, como Soweto, tais como o processo de descolonização africano entre 1950 e 1965, que destacou a força do nacionalismo. Além disso, um grande número de afro-colombianos já tinha acesso à educação superior e portanto conheciam com maior detalhe o contexto internacional e, finalmente, um maior número de intelectuais colombianos passaram a se interessar nesta época pelos estudos da população afro-colombiana. “Esto recalcó la presencia negra em Colombia y, al sacar a la luz la historia de la resistencia negra, ayudó a establecer la ideología del cimarronismo” (ibid: 175).

Esta combinação de fatores permite entender porque Soweto constrói como conceito fundamental que dá sustentação a esta organização e ao posterior Movimento Cimarrón, o conceito de *cimarronismo contemporâneo*:

En Soweto construimos los conceptos fundamentales de lo que nosotros hoy llamamos de *cimarronismo contemporáneo* que es la conciencia de la lucha por los derechos étnicos, contra el racismo, la exclusión y por el empoderamiento político de las comunidades afros en Colombia (entrevista com J. D. Mosquera por Catalina González Z. Bogotá, 22-12-2010).

Em um dos seus textos, Juan de Dios define o *Cimarronismo Contemporâneo* como uma ideologia que se dirige a todas as pessoas que se identifiquem como negras:

Es la conciencia colectiva de los negros como sujetos constructores de la historia y el desarrollo social y nacional. Es el pensamiento revolucionario y autóctono de los pueblos afroamericanos en su lucha por sus derechos humanos, sus derechos ancestrales, el derecho a la vida con dignidad y el desarrollo y respeto de su identidad étnica, cultural, histórica y política afrocolombiana (Mosquera, 2000:98-99).

Soweto se transforma no Movimento Nacional Cimarrón em 1982, e com esse nome sintetiza a orientação ideológica do movimento. *Cimarrón* é o “enquadramento interpretativo” (Snow e Benford, 1988) que evoca os levantamentos contra a escravidão nos séculos XVIII e XIX protagonizados pelos negros. O *cimarrón* simboliza a luta pela igualdade e a liberdade e define como rebelde o negro que se opõe aos senhores e que foge em busca da emancipação

fundando os *palenques* (quilombos, em espanhol) – pequenas sociedades afastadas e escondidas de negros livres. Assim, o uso atual de *Cimarrón* é um chamado para que os negros, como nos séculos da escravidão, se rebelassem contra a discriminação racial.

A partir de esos conceptos nos dimos cuenta que el concepto de organización era el principal vacío del pueblo afrocolombiano. Sin la organización la gente no puede pensar y construir una conciencia, sin la organización la gente no puede conocer sus derechos y movilizarse por ellos, no pueden surgir líderes que asuman con compromiso la lucha por la comunidad y entonces nos dimos cuenta que no bastaba con el conocimiento de la historia del cimarronismo y de la interculturalidad en nuestro país, del movimiento por los derechos civiles en Estados Unidos, de la lucha contra la colonización en África, del conocimiento sobre el racismo, sino que había que organizarse, unir muchas voluntades en torno de unos ideales y que sin la organización todo quedaba en lo intelectual, como venía ocurriendo hasta ese momento con la mayoría de grupos que surgían en América Latina. (Entrevista con J. D. Mosquera, por Catalina González Z. Bogotá. 22-12-2010).

Soweto continuou existindo dentro do Movimento Nacional Cimarrón e se consolidou como o primeiro programa de formação de lideranças dentro deste Movimento.

Aquí es cuando se crea el Movimiento Cimarrón en 1982, pero Soweto no desapareció. Soweto continuó existiendo como círculo de estudios dentro del Movimiento Cimarrón. Cada grupo en el país, su primer programa era el programa de formación a través del Círculo de Estudios Soweto. Este programa de formación consistía en reunirse a estudiar para formar conciencia y desarrollar un compromiso político sin caer en el activismo de hacer cosas en beneficio personal. (Entrevista con J. D. Mosquera por Catalina González Z. Bogotá. 22/12/2010).

O Movimento Cimarrón plasmava assim um de seus objetivos: “criar consciência”. Este outro enquadramento interpretativo “criar consciência”, leia-se “consciência negra”, embasa uma estratégia organizativa que reivindica uma identidade cultural e histórica entendida como um sentimento de unidade sobre a forma de viver, pensar e atuar. Este enquadramento interpretativo abre as oportunidades para reivindicar conjuntamente direitos sociais (educação, moradia, saúde), econômicos (trabalho), e políticos (participação, inclusão) dos grupos afro-colombianos.

La conciencia negra subyace en el pensamiento, las formas de organización y de la lucha, las formas de resistencia cultural y en la realidad presente del pueblo negro explotado y discriminado; traduce la decisión de las juventudes en cuanto a su responsabilidad de

organizarse por el reconocimiento de los derechos humanos reales, por la apertura de un espacio política dentro del Estado y la sociedad en general y por la construcción de un proyecto histórico que determine y aclare el camino de nuestras comunidades (Mosquera, 2000: 98).

A criação da “consciência negra” passaria então por atividades educativas em diversas comunidades afro-colombianas do país orientadas principalmente para a juventude e professores de escolas básicas nas regiões. A pesquisa sobre história e política do mundo afro, tanto na América como na África, ao mesmo tempo que enraíza historicamente o enquadramento interpretativo, aponta para outro eixo de internacionalização do repertório do movimento. Esse enquadramento se dissemina por meio da produção de um jornal com o objetivo de atrair mais ativistas e simpatizantes para a organização.

Nos reuníamos los sábados, teníamos un plan de temas y asumíamos con seriedad los temas que teníamos que investigar. Producimos un boletín llamado “Soweto”, ese boletín lo repartíamos en las universidades donde estudiábamos y los mandamos a personas interesadas en el resto del país. Así generamos un grupo de trabajo y unos simpatizantes en las comunidades (Entrevista con J. D. Mosquera por Catalina González Z. Bogotá. 22/12/2010).

Durante sua primeira década de existência, o Movimento Cimarrón vai permanecer circunscrito aos próprios núcleos de estudo sem conseguir gerar um movimento de massas significativo, contudo consegue criar estratégias organizativas bem sucedidas: a conformação de uma rede de organizações nas principais cidades e o reconhecimento de sua liderança entre os simpatizantes do movimento negro. Segundo Juan de Dios:

Las estrategias organizativas consisten en la creación de organizaciones o círculos de estudio Soweto por todo el país. A partir de las organizaciones y de los círculos la gente comienza a reivindicar los problemas que tienen en sus respectivas comunidades (Entrevista con J. D. Mosquera por Catalina González Z, 22/12/2010).

Ao analisarmos estas estratégias de organização, podemos ver que se trata da formação de redes sociais, a partir das quais os atores e as organizações não agem de forma isolada, mas em conjunto e orientados por enquadramentos interpretativos e objetivos comuns, de modo a confluir para um mesmo movimento social. A. Melucci se refere a este tipo de mobilização conjunta como “redes de

relacionamento”, ou seja, redes formadas por uma multiplicidade de grupos submergidos na cotidianidade que emergem para demandar algo pontual (Melucci, 1988: 340). O fim desta mobilização seria a construção de uma identidade coletiva a partir de um reconhecimento cognitivo, uma ação prática e um investimento emocional, com as emoções sendo um fator essencial no engajamento dos indivíduos na mobilização (ibid). Trata-se aqui então de uma “genuína teoria cultural para a formação dos movimentos sociais, que explica a conversão de cidadãos comuns em ativistas por meio de um processo que envolve simultaneamente racionalidade e emoção” (Alonso: 2009:67).

Uma operacionalização desta idéia de movimentos sociais como rede e que possibilita uma síntese entre as idéias de organizações de movimentos sociais e redes de movimentos sociais, é apontada por M. Diani:

Um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, tendo como base uma identidade coletiva compartilhada (Diani, 1992:13).

Deste modo, para o autor, os movimentos sociais se constituem como redes de interações (que podem ou não incluir organizações formais) entre diferentes atores voltados para a elaboração de uma identidade comum mantendo suas especificidades e características distintivas (Diani, 1992:14). O Cimarrón configura uma rede tanto no sentido de Melucci, quanto no de Diani, incluindo um investimento emocional, procurando construir uma identidade coletiva e constituindo uma base organizacional e uma rede de relações que dão suporte à mobilização. Além disso, gera um componente que, como apontam Snow e Benford, é crucial para a conversão de novos ativistas: os enquadramentos interpretativos.

A formação dessa organização, o Movimento Nacional Cimarrón, e das redes e *frames* decorrentes, evidenciam também uma outra característica já ressaltada por S. Tarrow que diz respeito à capacidade da mobilização coletiva de expandir as oportunidades políticas para os demais grupos. Muitas vezes os grupos de protesto introduzem na agenda reivindicações com as quais grupos

ainda não mobilizados se identificam, o que acaba gerando sua mobilização (Tarrow, 2009:38). No caso colombiano, o Cimarrón suscitou a mobilização posterior de vários outros grupos, tais como aqueles formados ao longo dos anos 1980 na região do litoral Pacífico e que mencionaremos mais adiante.

No caso do movimento de base negro colombiano, se nota a importância das redes sociais, pois elas não só apóiam objetivos de um determinado grupo, mas também ajudam a construir quadros interpretativos compartilhados gerando discursos comuns que permitem às diferentes organizações confrontar tanto as instituições como a cultura política dominante. Assim, seguindo de novo Tarrow em relação aos resultados dos movimentos sociais, este autor aponta que “embora usualmente os movimentos se considerem fora e em oposição às instituições, o agir coletivamente os coloca em redes políticas complexas e, assim ao alcance do Estado” (Tarrow, 2009: 45).

A seguir analisaremos mais detidamente os quadros interpretativos (Snow et al, 1986: 464) que orientam as ações do Movimento Cimarrón.

2.1.1 Os quadros interpretativos do Movimento Cimarrón

Ao analisar os quadros interpretativos de uma organização no interior de um movimento social (ou do movimento de maneira mais geral), podemos perceber a capacidade dos agentes para moldar suas estratégias de ação²⁹.

O conceito de quadros interpretativos aponta para diferentes práticas e significados ou orientações cognitivas que impulsionam as mobilizações. Neste sentido, M. Zald refere-se aos quadros interpretativos como:

Metáforas específicas, representações simbólicas e arranjos cognitivos usados para confrontar comportamentos e eventos de um modo avaliativo e sugerir modos alternativos de ação (Zald, 1996: 262)

²⁹ “Estratégias de ação” é um conceito usado por A. Swidler (1986) ao referir-se a símbolos rituais e visões de mundo usados como ferramentas para a ação dos movimentos. (Alonso, 2009:79)

Os quadros interpretativos, como as ideologias e os símbolos, são criados e transformados ao longo do processo de mobilização das organizações dos movimentos sociais. Assim, as organizações – suas lideranças e participantes – (Zald, 1996: 267) criam quadros interpretativos tanto para se autodefinir quanto para persuadir a opinião pública mais ampla.

W. Gamson, em *Talking Politics*, define os quadros interpretativos como um conjunto de crenças que servem para criar o significado das ações coletivas aludindo que a participação nelas é significativa (Gamson, 1992: 7). Este conjunto de ações do Movimento Cimarrón cabe nesta definição, pois dá inspiração e legitima as atividades da organização.

Nos itens assinalados anteriormente podemos então distinguir três componentes dos quadros de ação coletiva que dão ênfase a esse aspecto cognitivo e de intencionalidade. Os componentes que aqui distinguimos seguem os propostos por B. Klandermans em *The social psychology of protest* (1997): 1º) o sentimento de injustiça; 2º) o elemento de identidade; 3º) o fator da agência – *agency*.

O sentimento de injustiça se reflete nas reclamações pelos direitos da população afro-colombiana e que se apóiam no repertório das lutas do movimento anti-apartheid na África do Sul, não só pelo nome dos Círculos de Estudo desta organização (Soweto), mas também pelas ações como a formação de lideranças que levam o nome do líder sul-africano nesta luta, Nelson Mandela. Estas ações se transformam em uma das importantes razões de ser desta organização. O sentimento de injustiça se fundamenta, neste caso, na percepção de uma desigualdade ilegítima e em princípios morais que são e têm sido violados. Isto se exprime na exigência pelo reconhecimento dos direitos sociais, políticos e econômicos da população afro-colombiana nos itens sobre educação, território e participação política.

O componente de identidade de um quadro interpretativo enfatiza o fato de que eles são também crenças coletivas, compartilhadas por um grupo de pessoas.

A partir deste componente de identidade se estabelece então um conjunto de queixas direcionadas a um grupo opositor (Klandermans, 1992:18), ao mesmo tempo em que se cria uma consciência coletiva do grupo, as quais darão sentido à mobilização. Mas a construção desta identidade não é nem mecânica, nem automática, mas é um desafio fundamental para o movimento social. Isto se resume no item de difusão e desenvolvimento da identidade negra a partir do qual se estabelece uma identificação de um grupo com determinadas formas de viver e de agir em comum, assim como uma identificação com outros grupos com reivindicações do mesmo tipo (étnicas, ambientais, de igualdade, etc.), como no caso dos movimentos pelos direitos civis norte-americanos ou no movimento anti-apartheid da África do Sul.

O componente da *agency* refere-se à crença de que se pode alterar as políticas ou uma conjuntura determinada por meio da ação. Desta maneira, os agentes ou os indivíduos que participam na ação agem com a convicção de poder mudar sua condição atual. Assim, os itens que apontam para o incentivo de programas que instam a eliminação da discriminação racial no país e em programas de educação para líderes negros comportando a questão de gênero, são ações que se enquadram neste componente da ação coletiva.

O conceito de quadro interpretativo é então pertinente para compreender na Colômbia as ações desenvolvidas pelo Movimento Cimarrón que estão vinculadas à reivindicação da igualdade dos afro-colombianos face ao resto da sociedade e à defesa dos direitos desta população, onde se observa a manifestação do sentimento de injustiça, do elemento de identidade e do fator de agência. Isto é visível a partir dos objetivos fundamentais do movimento resumidos no plano de ações elaborado por Cimarrón em 1992 (pg. 229), orientando-as da seguinte maneira:

1. Conquistar e exigir o pleno reconhecimento e respeito dos direitos humanos das comunidades negras de Colômbia, mediante sua educação e organização, seguindo a Convenção de Direitos Humanos e a Convenção

Internacional para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (Durban, 2001).

2. Promover a organização autônoma da população negra no nível local e nacional em prol de condições de vida dignas e com poder político étnico.
3. Educar para a eliminação do racismo da consciência individual e coletiva.
4. Incentivar programas e ações para a eliminação de qualquer forma de discriminação racial.
5. Promover a educação, organização e empoderamento das mulheres no país.
6. Desenvolver e difundir a identidade negra como patrimônio conjunto da sociedade nacional.
7. Proteger e conservar a biodiversidade e os direitos que envolvem as comunidades rurais negras sobre seus territórios ancestrais.
8. Estimular a participação política autônoma da população negra, reivindicando o exercício da representação equitativa.

Podemos afirmar, portanto, seguindo Klandermans (1997) que os quadros interpretativos traçados pelo Movimento Cimarrón são crenças coletivas e interpretações que orientam suas ações coletivas e, por meio dos quais, buscam sua legitimidade e expressam conflitos dentro da sociedade.

2.2 A formação das associações rurais afro-colombianas: o caso das Organizações de Base

Se o Cimarrón é a associação mais expressiva do associativismo afro-colombiano urbano, seu equivalente no campo são as Organizações de Base (OB), estrutura de mobilização do movimento negro colombiano, criadas particularmente no Departamento do Chocó. As OB foram promovidas pela Igreja

Católica e têm sido definidas como “associações de trabalhadores ou comunidades locais cujo objetivo é de melhorar sua própria situação, seja no plano reivindicativo ou no plano político, assumindo um ativismo frente ao Estado e o Capital” (Pardo, 1998:52).

As OB surgem em estruturas de oportunidades políticas locais específicas: depois que o Estado decidiu implementar políticas de desenvolvimento nesta região do país, nos anos 1970. Uma das principais bandeiras do governo central para o desenvolvimento do país no final da década de 1970, no governo liberal de Julio César Turbay (1978-1982) e logo depois no governo conservador de Belisario Betancourt (1982-1986), consistia na abertura do Litoral Pacífico para obras e projetos de desenvolvimento e sustentabilidade. O Litoral Pacífico se torna então cenário de confronto entre o governo central e os grupos de camponeses negros que lutam contra a adjudicação de grandes extensões de floresta para companhias madeireiras e de celulose.

Segundo o Padre Gonzalo de la Torre, um dos principais promotores da organização camponesa negra no departamento do Chocó:

Es en el año de 1979 cuando empieza nuestro trabajo en el río Atrato. Hacemos los primeros cursillos sobre organización. Se crearon las Comunidades Eclesiales de Base (CEB). Es de allí que van a surgir los liderazgos de lo que se llamaría años más tarde la ACIA (Asociación Campesina Integral del Atrato). Si bien es cierto, teníamos la experiencia con los indígenas y sabíamos que con los negros teníamos que buscar un modelo propio. Al principio las principales reivindicaciones fueron los derechos fundamentales: la salud, la educación. Luego viene la lucha por la tierra y la defensa de la cultura (citado por Agudelo, 2005:177).

Desta maneira, na década de 1980, o fato da região rural do Pacífico ser considerada como territórios baldios (Lei 2, 1959)³⁰ e a conseqüente aceleração da exploração intensiva da madeira por parte de companhias estrangeiras criam as oportunidades políticas para a formação da ACIA (Associação Camponesa Integral do [rio] Atrato), em 1986. Esta organização surge com apoio das

³⁰ Em 1959, as florestas da região do Litoral Pacífico foram declaradas como reserva de florestas nacionais, também chamadas como terras “baldias” ou espaços vazios de propriedade da nação, desconhecendo o processo de povoamento disperso e móvel da região.

Comunidades Eclesiais de Base. A Igreja já tinha iniciado trabalhos similares de reivindicação e de reconhecimento de territórios ancestrais com comunidades indígenas na mesma região. De fato, a meados da década de 1980 o Estado reconhece como *resguardos* indígenas territórios ocupados tanto pelos indígenas quanto pelos negros. Isto promove e estimula ainda mais a luta dos camponeses negros pela posse do território. Ao mesmo tempo, suas demandas sustentarão um discurso de caráter étnico e cultural.

La Iglesia Católica crea la Pastoral Afroamericana en el Chocó. Esta Iglesia comienza a reivindicar la lucha contra las compañías madereras que se estaban apropiando del [río] Atrato y para eso comienza a crear una organización campesina llamada la ACIA. (entrevista com J. D. Mosquera por Catalina González Z., Bogotá, 22/12/2010).

As demandas das OB se enquadram em quadros interpretativos diferentes, mas sobrepostos: terra, meio ambiente e etnia. Suas reclamações apontavam para o reconhecimento da propriedade do território em que moravam e no qual desenvolviam suas atividades produtivas. Estas atividades eram apontadas como ecologicamente apropriadas segundo suas tradições culturais de raízes africanas. As reivindicações da ACIA se articulavam então com uma auto-definição de grupo étnico e de “guardiãs da natureza” (Agudelo, 2005: 176). Neste sentido, o discurso desta organização integrava direitos pela terra, identificação étnica e preservação da natureza, definindo os seguintes eixos de trabalho:

(...) impulsar procesos que permitieran un desarrollo integral de las comunidades, mejorar la armonía con el entorno mediante la promoción y el apoyo de planes y acciones encaminadas a defender el equilibrio ecológico de la zona y garantizar el futuro de las comunidades en cuanto grupos con derecho a conservar su identidad. Esto orientaba el trabajo hacia la búsqueda de un desarrollo económico y un bienestar social acorde con las tradiciones de las comunidades, así como al fortalecimiento de los valores culturales. (Tomado do texto Medio Atrato, Territorio de Vida, editado por Red de Solidaridad Social, Presidencia de la República de Colombia, 2002, in: choco.org).

Na mesma linha, em 1989, surgiria a Associação Camponesa do Rio San Juan (ACADESAN). A experiência organizativa e de luta pela terra do *campesinado* negro são decisivas para o surgimento de outras organizações como a Organização Campesinos del Baudó (ACABA), a organização de camponeses

do Baixo Atrato, a Organização Popular do Alto Atrato (OPOCA), a Organização Popular do Alto Baudó e da Associação Camponesa do Alto San Juan (ASOCASAN).

Diferentemente das incipientes organizações dos anos 1920, de que falamos no capítulo 1, as organizações de base da década de 1980 contam com dois aliados de peso. De uma parte, como já mencionado, o apoio da Igreja progressista. De outro, organizações não-governamentais de desenvolvimento e direitos humanos com apoio da Comunidade Econômica Européia, como por exemplo a organização *Desarrollo Integral Agrícola Rural (DIAR)*, que diagnosticou que estas populações desenvolviam um sistema de produção que promovia a preservação da floresta, ao mesmo tempo em que questionava a ação das companhias madeireiras (Agudelo, 2005: 178). A presença de aliados externos ao movimento constitui justamente uma das características de uma Estrutura de Oportunidade Política permeável à mobilização.

Essa EOP favorável permitiu não só a mobilização das OBs, mas a ação conjunta de diferentes organizações, já confluindo para um mesmo movimento. Este é o caso da relação de parceria que se estabelece entre a OB e o próprio Movimento Cimarrón.

Cimarrón comienza una estrategia que era la de apoyar los procesos organizativos campesinos en cada río del Pacífico. Así surgen organizaciones campesinas en el río Naya, en el río Anchicayá, en el río San Juan, en Raposo. (Entrevista com J. D. Mosquera, por Catalina González Z. Bogotá. 22/12/2010)

Esses aliados estimulariam a formação de outras OB fora do departamento do Chocó. Assim, em 1989 se constitui a Organização Afrocolombiana Sinécio Mina no norte do Departamento do Cauca. Sobre esta organização T. Hurtado aponta que:

Varios de sus fundadores venían trabajando en otras organizaciones, como Cimarrón, en la temática de la discriminación racial y la marginalidad socioeconómica y política en la que se hallaba la población negra colombiana, involucrando a la zona del norte del Cauca como parte de ella (Hurtado, 2004:87)

Mas talvez o aspecto mais importante que as OB permitem ressaltar é a constituição de uma identidade afro-colombiana compartilhada. Estas organizações ajudam a fundar outras associações em regiões habitadas majoritariamente por população afro-colombiana, abrindo assim o caminho para a institucionalização jurídica da identidade desta população como *comunidad negra* (Restrepo, 1996). Nesse sentido, as forças políticas das OB, em conjunto com as organizações urbanas como Cimarrón, orientavam suas ações coletivas para a luta pela construção de uma nova identidade política dos afro-colombianos que os distinguísse como cidadãos diferenciados. A identidade política, segundo Tilly, surge em meio a um conflito. Todo cidadão possui múltiplas identidades, particulares e diferentes entre si, mas num contexto contencioso, uma identidade particular sobressai, por contraste³¹. Neste caso tal conflito estaria baseado no requerimento de direitos especiais em se tratando de grupos étnicos diferenciados. Sobre este aspecto da etnicidade como fator de diferenciação dos afro-colombianos, E. Restrepo afirma:

La etnicidad era una de las categorías sujetas a definición precisa. En ella se establecía una superposición de la categoría “etnia”, “comunidad” y “pueblo negro”. Éstas se representaban compuestas por un conjunto de troncos familiares de ascendencia afrocolombiana. Troncos que, a su vez, se definían por su posesión de una cultura propia, una historia, un territorio, unos sistemas de derecho, tradiciones, costumbres, formas de gobierno y control interno, así como por la revelación y la conservación de la consciencia de identidad. Todo lo anterior permitía, entonces, las diferencias y la especificidad de esta etnia, pueblo o comunidad respecto a los otros grupos étnicos. (Restrepo, 1998: 353).

Neste sentido, a etnicidade constituiria também uma estratégia de mobilização política a partir da qual se definem comunidades políticas que orientam suas ações no plano institucional, para o capital e o Estado (Restrepo, 1998:345). A criação destas identidades políticas/étnicas dependeriam, então, tanto da filiação individual e coletiva com os objetivos de suas demandas, quanto das exigências dos militantes das organizações sociais que visavam à construção

³¹ Tilly et al (2001:135) distinguem dois tipos de identidade: *embedded* e *detached*. A primeira teria múltiplas facetas e orientariam a vida cotidiana dos indivíduos. A segunda apontaria a uma dessas facetas que se desenvolveria por causa de um conflito específico e em relação a uma estrutura de oportunidades políticas. A partir daí se orientariam as mobilizações políticas (Alonso, 2009: 72)

de uma alteridade étnica, negra, com relação ao resto da nação, não negra, com o propósito de articular suas diferenças com o requerimento de direitos especiais (Hurtado, 2004: 90).

Vemos então uma continuidade nas dinâmicas de ação das organizações afro-colombianas do rural ao urbano. Essa passagem do rural (anos 20) ao urbano (anos 30-70) e de novo ao rural (anos 80) tem a ver com, por um lado, a abertura de canais novos para a expressão das reivindicações (aliados poderosos como a Igreja Católica), e, por outro lado, com mudanças nas oportunidades políticas: as políticas de desenvolvimento do governo, que criam um ambiente de conflito e estimulam a mobilização, mas também a violência nas regiões por parte do Estado e por parte dos grupos armados insurgentes. Este quadro direciona as ações dos camponeses negros para a reivindicação dos territórios, da cultura e da identidade.

As organizações afro-colombianas, urbanas e rurais, constituem na década de 1980 o Movimento Afro-Colombiano. Por um lado, as Organizações de Base nas regiões rurais do país se soma as organizações urbanas formadas na década anterior. Neste momento, o Movimento não configura apenas mobilização autônoma e isolada ou de ações de ativistas assíduos e dedicados (Melucci 1988, MacAdam, 1988), mas constrói uma estrutura de ativismo que permite que distintas organizações e forças da sociedade civil, no meio rural e urbano, confluam para objetivos comuns e, assim, possam compor parte de um mesmo movimento. Por outro lado, os quadros interpretativos que orientam as diversas ações coletivas das organizações de base vinculam a questão da terra, do meio ambiente e da etnia. Neste sentido, as ações dirigidas pelas *comunidades negras* rurais que se enquadram nestes quadros interpretativos são as reivindicações dos territórios ancestralmente ocupados pelos afro-colombianos, as lutas pela preservação dos meios de produção artesanais que se opõem às técnicas modernas que visam à destruição das florestas (como as atividades dirigidas pelas companhias madeireiras) e a construção de uma identidade étnica que diferencia a população afro-colombiana do resto da sociedade colombiana (indígenas,

mestiços e brancos). Esses quadros interpretativos adensam aqueles urbanos e cosmopolitas, como já vimos em relação ao Movimento Cimarrón.

Estas duas características da ação coletiva afro-colombiana rural expandem as oportunidades políticas para outros atores se mobilizarem, conformando o que Tarrow chamou de ciclo de protesto (Tarrow, 2009). Outras ações surgem em compasso com as organizações afro-colombianas rurais, inspiradas nas reivindicações étnico-territoriais das comunidades indígenas, que anteriormente tinham começado estratégias organizativas deste tipo na mesma região. No começo dessa mesma década de 1980, as comunidades indígenas do departamento do Chocó, os Emberá Waunan, desenvolvem um estilo de ativismo que seguia àquele iniciado em outras regiões indígenas do país como o CRIC (Centro Regional Indígena del Cauca) no departamento do Cauca, baseado em reivindicações particularmente indígenas como a recuperação da terra ancestral, a validade da cultura, o direito à autonomia (Albó, 1995 apud Pardo, 1998). As novas tendências de mobilização étnica tiveram a participação de lideranças indígenas, intelectuais e ativistas que viam a possibilidade de que surgisse um protagonismo político indígena a partir das suas próprias realidades.

Essas organizações tanto as OB quanto as organizações negras urbanas, em conjunto com as organizações indígenas conformam, então, um ciclo de protesto na década de 1980, que permitirá o crescimento da mobilização durante o processo de reforma constitucional no começo da década de 1990, e a formação de um novo ator coletivo: O Processo de Comunidades Negras (PCN).

3. A formação de um ator coletivo: o Processo de Comunidades Negras (PCN)

Uma mudança nas Estruturas de Oportunidades Políticas nos anos 90 gerou uma unificação dos grupos afro-colombianos até então dispersos numa mesma organização: o Processo de Comunidades Negras (PCN). Esta

organização nasce de maneira conjunta ou quase simultânea com o processo que levou à proclamação de uma nova Constituição no país. Por isso as duas histórias são concomitantes. Mas vamos primeiro expor o surgimento deste importante setor do movimento social afro-colombiano e depois analisaremos com maior atenção a reforma constitucional dos anos 1990 e veremos porque ela deve ser considerada como uma nova oportunidade política para o movimento.

O PCN surge a partir de um grupo de jovens vinculados à Coordenação Nacional de Comunidades Negras (CNCN) em Buenaventura (Departamento de Valle, sudoeste do país). A este grupo se somam ativistas de grupos culturais das cidades de Tumaco (Departamento de Nariño), Guapi e Puerto Tejada (Cauca) e de Buenaventura.

Estes grupos de alguma ou outra forma se inspiraram no repertório do movimento negro dos Estados Unidos pela reivindicação política “do negro”. Não menos importante foi a influência da música produzida pelos afro-americanos tanto no Caribe como nos Estados Unidos que levavam implícitas mensagens de reivindicação do negro. Tal era o caso das músicas de Bob Marley e Donna Summers. Mas também em Tumaco, no Litoral sul do Pacífico, havia uma reivindicação clara da música autóctone, o chamado “currulao”, como componente da identidade dos habitantes desta região (Wade, 2000; Aristizábal, 1998; González, 2003). Um dos líderes fundadores do PCN se manifesta sobre este ponto da seguinte maneira:

Mi experiencia comienza cuando logramos ver unos vídeos de Martín Luter King y algunas cosas de Malcom X , donde ellos hacen un llamado a que la gente negra tiene que identificarse, moverse como ella misma, presentarse como ella misma. Conocemos algunos de los postulados de la gente de las Panteras Negras...Nosotros empezamos a asumir ese movimiento, esa expresión, el de ser negro, movernos por los negros, el “black power” que se llamaba... Para nosotros era muy importante en ese tiempo toda la dinámica de Michael Jackson, Richi Ray, Donna Summers, que eran los grandes cantantes norteamericanos, Y junto a eso también estábamos escuchando a Bob Marley, a Tor, a todos esos muchachos que tocaban, que cantaban reggae porque nosotros teníamos la influencia del movimiento del Caribe, del movimiento norteamericano. (Entrevista con fundador del PCN, por Luis Carlos Castillo, en: Castillo, 2007: 189-190)

Além destas influências externas, também foi importante a militância anterior dos líderes negros em partidos ou movimentos de esquerda. O principal líder do PCN, Carlos Rosero, foi um notável ativista do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) na década de 1980. Ele, junto com Carlos Ramos, ativista e membro do secretariado internacional da Quarta Internacional Socialista Colombiana, teria um papel fundamental na orientação ideológica dos direitos da população negra na Assembléia Nacional Constituinte. Ramos seria assassinado em Cali em 1994.

Rosero nasceu em Buenaventura, em 1959. Seus pais de origem chocoana se dedicavam à mineração no rio San Juan. O filho, porém, cresce e estuda no porto mais importante do Litoral Pacífico. Em 1978, se traslada a Bogotá onde começa estudos de Antropologia na Universidade Nacional de Colômbia. Na vida universitária, Rosero participa ativamente do movimento estudantil e a partir daí conhece dirigentes políticos de esquerda. Seus estudos de Antropologia levam-no a fazer trabalho de pesquisa na região do Pacífico. Depois conhece os trotskistas e se vincula ao Movimento Camilo Torres, cujos membros já tinham participado no MOIR (Movimento Operário Revolucionário) e na guerrilha do ELN (Exército de Liberação Nacional).

Rosero, assim como outros muitos líderes negros começam seu ativismo político em diversos grupos de esquerda ou reunidos em diferentes movimentos políticos como o MOIR (Movimento Operário Revolucionário), agrupação de origem maoísta cuja origem era o Movimento Operário Estudantil Camponês (MOEC), e o PST, de orientação trotskista. Nesse contexto se originam discussões ao redor do papel do negro nas lutas sociais, pois os núcleos militantes negros originários da Costa Pacífica promovem um novo modelo de mobilização que passa de um modelo de luta de classe para reivindicação de caráter étnico.

Em 1990, Rosero junto com outros líderes afro-colombianos e ativistas de organizações de base organizam a Conferência Pré-Constituinte em Cali, com o

propósito de elaborar uma proposta de ação na conjuntura do país nesse momento e procurar uma representação na Assembléia Constituinte. Assim surgiu a *Coordinadora Nacional de Comunidades Negras*, como mecanismo para coordenar e por em marcha as ações acordadas na conferência. Em 1993 esta Coordenação passaria a ser o que hoje é o PCN.

Os incentivos para a mobilização deste grupo de ativistas foram basicamente dois: primeiro, as discussões em torno da inclusão da população negra colombiana na nova Carta Constitucional e, segundo, as experiências que as OB estavam desenvolvendo nas regiões do Pacífico. Sobre este aspecto uma das principais dirigentes do PCN afirma:

El modelo de la ACIA nos mostró el camino hacia donde enfocar nuestro trabajo. Esto significó para nosotros un cambio en el proyecto de vida. Nos volcamos a trabajar en los ríos. Ya existían algunas organizaciones y algunos antecedentes en la región. (entrevista com ativista do PCN por Carlos Agudelo, em Agudelo, 2005: 183).

Segundo estudiosos do Movimento Afro-colombiano e especialmente do PCN, o projeto político desta organização se enquadra na corrente da “política das culturas” (*cultural politics*), que seria a elaboração de práticas sociais, organizativas e políticas a partir de uma construção cultural alternativa (Escobar, Alvarez, Dagnino, 2001: 27; Escobar, Grueso, Rosero, 2001:253)³². Neste sentido, os estudos que têm analisado a formação do Processo de Comunidades Negras, PCN, têm focalizado principalmente a experiência de alguns ativistas e a adoção de princípios políticos e organizativos que procuravam criar um movimento nacional. Sobre o PCN, Grueso et al. afirmam que se trata de:

un sector del movimiento social de comunidades negras compuesto de personas y organizaciones con experiencia y metas diversas pero unidas en torno a um conjunto de principios, criterios y objetivos que nos diferencien de otros sectores del movimiento (Grueso, Rosero, Escobar, 2001: 243).

³² Sobre este ponto, Escobar, Alvarez e Dagnino afirmam que : “La política cultural de los movimientos sociales intenta desafiar o desestabilizar culturas políticas dominantes.. En muchos casos, los movimientos sociales no exigen una inclusión en la cultura política dominante, más bien buscan modificarla” (2001:27).

Nesse texto, os autores apontam os objetivos traçados pelos ativistas do PCN segundo suas demandas que são colocadas da seguinte maneira (Grueso, Rosero, Escobar, 2001:244-245):

1. A reafirmação da identidade (direito a ser negros)
2. Direito ao território (direito a um espaço onde existir)
3. Autonomia (direito ao exercício do ser/identidade)
4. Construção de uma perspectiva de futuro autônoma
5. Declaração de solidariedade

A dimensão cultural é desta maneira o foco principal das análises sobre o PCN. Isto sem dúvida é uma aplicação da TNMS então disponíveis (Laclau, Mouffe, 1987; Touraine, 1997). Os autores desta linha teórica apontam que os ativistas da nova esquerda, carregando o que ficou conhecido como “valores pós-materiais”, visavam transformar as estruturas da vida cotidiana da sociedade “pós-industrial”, apresentada como um tipo pretensamente novo de sociedade caracterizada por novos lócus de poder, novas formas de dominação e de investimento e de um modelo cultural “reflexivo” (Cohen, 1985)³³. Esta perspectiva procura entender as formas de participação das estruturas de poder e, de certa maneira, reformular o exercício do poder.

Contudo, isso é insuficiente para analisar o processo político de mobilização coletiva, pois o processo envolve também a atuação dos movimentos nas esferas institucionais, sua habilidade de fazer aliados e escolher estratégias de mobilização. É a consideração desses elementos, na linha do que faz a Teoria do Processo Político, que permite explicar porque o movimento emerge neste preciso momento, como os ativistas se congregam em grupos e redes e quais os quadros

³³ “Postindustrial” society represents itself as capable of producing its own knowledge, normative guidelines, and sociocultural forms... we know that postindustrial society is a new societal type because it triggers new forms of collective action” (Cohen, 1985: 702).

e estratégias que eles constroem para a mobilização. A relação movimento/instituições pode ser vista com clareza no processo constituinte, objeto do próximo capítulo, quando analisaremos o processo de reforma constitucional e a participação do Movimento Negro na redação do Artigo Transitório 55, único artigo constitucional direcionado às *comunidades negras*. Este período constitui uma Estrutura de Oportunidades Políticas para o fortalecimento do Movimento Negro e suas organizações decorrentes.

4. Conclusões

Vimos então nesse capítulo como as estruturas de oportunidades políticas afetaram a formação do movimento Afro-colombiano, tanto ao definir os parâmetros e aliados para sua mobilização, quanto ao propiciar a formação de seus próprios atributos como movimento social, a saber:

Primeiro, o associativismo negro. A formação de associações que constituem o Movimento Negro colombiano começou na década de 1960 e 1970, inspiradas nos repertórios de ação dos Movimentos Negros dos Estados Unidos e do Caribe, como também pelo processo de mobilização que levou à independência de vários países africanos. Contudo, estas mobilizações colombianas não passaram de algumas poucas associações, muitas vezes passageiras, sob a direção de estudantes e profissionais liberais urbanos (Wade, 1996: 285).

Na década de 1980, no Departamento do Chocó (com maioria de população negra), se expande o processo organizativo do Movimento. As organizações se formavam incentivadas pela aceleração da exploração intensiva dos recursos naturais por parte de empresas estrangeiras encorajadas pelo próprio governo nacional. Estas associações seguem os passos já tomados neste mesmo contexto pelas organizações indígenas pela reivindicação territorial. Neste sentido, as demandas pelo território se somariam aos discursos de tipo étnico e cultural dos camponeses negros com o objetivo de apelar pela sua diferença e

especificidade como grupo étnico e, portanto, demandar a propriedade sobre o território ocupado ancestralmente.

Estas organizações, tanto as urbanas quanto as rurais, desenvolvem três elementos para abrir um espaço de diálogo com as instituições políticas no momento de reforma constitucional, que será objeto de nosso próximo capítulo. Por um lado, a construção de uma identificação com o negro, influenciados pelos movimentos negros internacionais no caso das organizações urbanas e pelo reconhecimento étnico e cultural de um *campesinado* negro no caso das organizações rurais. Por outro lado, se manifesta uma identificação com o território e, por último, estas organizações demonstram que é possível a construção de alianças estratégicas para defender um território e reivindicar direitos étnicos.

Segundo, a emergência de lideranças e de alianças estratégicas para a ação. Os líderes das organizações negras urbanas são figuras que sabem estender sua influência para além das fronteiras da cidade onde têm seu centro de ação. Em um caso que analisamos, Juan de Dios Mosquera, líder do Movimento Nacional Cimarrón, se converteu num fomentador de líderes e “quadros”, especialmente intelectuais, jovens e estudantes vinculados com a luta pela igualdade e contra a discriminação racial. Por sua parte, Carlos Rosero, do PCN, baseado nas idéias de invisibilidade, discriminação e exclusão que o Estado e a sociedade mantêm sobre a população negra do país, enfatiza suas demandas de direitos especiais para os grupos étnicos. Desta maneira, o PCN se orienta pelas demandas elaboradas pelas organizações rurais, organizadas ao redor das reivindicações territoriais e culturais.

Estas últimas encontram aliados estratégicos na Igreja, especialmente em expressões religiosas da Teologia da Libertação. Por outro lado, as alianças interétnicas entre negros e indígenas são de grande importância para suas reivindicações territoriais e como estratégia conjunta que desenvolverão na ANC. De fato, organizações indígenas (OREWA) e negras (ACIA, ACADESAN) exigem ao Estado a titulação de um amplo território indígena-negro, com o objetivo de

“juntar las tierras de los negros y de los indios y buscar una legislación especial que protegiera sus derechos, que les permitiera en toda esa zona autonomía” (Castillo, 2007: 188).

Terceiro, a formação de um conjunto de quadros interpretativos, vinculando justiça social, etnia/cultura, questão ambiental/ território. Assim, os objetivos das organizações se apresentam como problemas que requerem mobilização. Os significados construídos enquadram determinadas práticas em um tipo de interpretação. Os quadros interpretativos das organizações urbanas encontram sua base de apoio no repertório de experiências estrangeiras anteriores, sobretudo a experiência do movimento negro norte-americano e do movimento anti-apartheid na África do Sul. As demandas por direitos de igualdade, guiados pela exclusão e a discriminação da população negra frente ao resto da sociedade, são práticas orientadas por um sentimento de injustiça social. Desta maneira, estas organizações não só enraizaram suas reivindicações na história da resistência *cimarrona*, quilombola, produto da escravidão colonial, mas também na história ocidental do racismo e da igualdade de direitos tendo como referência uma imagem da “negritude” desenvolvida nos Estados Unidos e na África. Retórica essa que ajudou a captar adeptos em nível nacional.

Já as organizações rurais orientaram suas reivindicações pelo direito ao território, focalizando um conflito social que atinge um grupo significativo de pessoas. Este conflito se baseia na exploração ambiental de um território por parte de empresas estrangeiras com aval do governo nacional. Isto estimulou uma série de ações como a pressão às instituições do governo responsáveis pela exploração madeireira pelas companhias estrangeiras.

De esta forma la ACIA provoca la realización de un evento con sectores institucionales de innegable dimensión regional y nacional que mostraban receptividad a sus reclamos y con organizaciones populares de importancia que respaldan a la organización campesina (Pardo, 2001: 237)

A defesa pelo território tradicional do Pacífico é a construção de um discurso local que tem valor no plano histórico por ser esta região o espaço de

assentamento ancestral no qual desenvolvem suas atividades produtivas de forma tradicional. Mas este discurso não poderia ascender em escala nacional ou global se não estivesse acompanhado da dimensão cultural. Portanto, este quadro interpretativo do “território” se vincula com um quadro cultural que dá continuidade às mobilizações destes grupos. Neste sentido e pela primeira vez, as organizações negras, representadas pelas OB, reivindicam seu direito a serem incluídos como sujeitos que formam parte da convenção da OIT para povos autóctones argumentando sua origem tribal africana e suas especificidades culturais (Agudelo, 2005: 178)³⁴.

Estes três quadros interpretativos serão adotados tanto pelas organizações urbanas, quanto rurais, na estrutura de oportunidades políticas que se abre para a população afro-colombiana e, especificamente para o Movimento Afro-colombiano na década de 1990.

A partir destes três pontos esgrimidos neste capítulo é possível vislumbrar o perfil do Movimento Afro-colombiano e suas características estruturadoras. Esses elementos são importantes para entender a mobilização no período seguinte.

³⁴ O Convênio Internacional do Trabalho, relativo à proteção e integração das populações indígenas e tribais nos países independentes, foi proclamado na Conferência Internacional do Trabalho, OIT, em Genebra, 1957. A Colômbia aprovou este convênio na Lei 31 de 1967.

Capítulo 3

Assembléia Nacional Constituinte como Estrutura de Oportunidade Política para a mobilização coletiva afro-colombiana

O objetivo deste capítulo é a análise do impacto da formulação de uma nova Constituição na Colômbia, no começo dos anos noventa, sobre o ativismo negro. Entendemos que este processo constitucional foi decisivo para as dinâmicas de ação coletiva das organizações do Movimento Afro-colombiano no país, pois marca um momento que consideramos como uma nova oportunidade política, que afeta a estrutura do movimento e as ações dos grupos que o compõe.

Do ponto de vista teórico e para explicar a emergência social dos movimentos, Tarrow afirma que a Estrutura de Oportunidade Política descreve as dimensões consistentes da luta política, mas não necessariamente formais, que incentivam as pessoas a se engajarem numa política de confronto (Tarrow, 2009). Seguindo A. Alonso (2009:55), isto é possível ao se criarem ou se abrirem canais de expressão para grupos sociais que estão fora da *polity*. A abertura desses canais de expressão só é possível na medida em que as instituições políticas se tornem mais permeáveis às reivindicações da sociedade civil; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade e pela presença de aliados potenciais³⁵.

Dessa maneira, a Teoria do Processo Político aponta que os movimentos sociais usualmente emergem quando as mudanças nas oportunidades políticas incrementam as possibilidades para que um grupo social se mobilize, abrindo assim canais novos, ou já existentes para as reclamações (Tarrow, 2009). Nesse sentido, apesar de o surgimento do Movimento Negro na Colômbia começar na década de 1970, concentrado nas principais cidades do país entre grupos de acadêmicos e estudantes, é só ao final da década seguinte e especialmente a

³⁵

Sobre as EOP ver Kriesi, 1995.

começos da década de 1990, com a reforma constitucional que se constituiu uma oportunidade política para a emergência de um movimento negro nacional.

Aqui tomamos a idéia de Tarrow (1996: 41), para quem o surgimento dos movimentos sociais, a consolidação ou fracasso da ação coletiva de grupos mobilizados, se inscreve num cenário dinâmico que inclui, por um lado, mudanças da estrutura de oportunidade do Estado e, por outro lado, a participação da sociedade civil nestas mudanças.

A literatura sobre movimentos sociais já estabeleceu amplamente a relação entre mudanças de oportunidades políticas, formação de movimentos sociais e mudanças de estratégias e/ou de repertórios. Por exemplo, D. Snow, S. Soule e H. Kriesi definem movimentos sociais como:

Coletividades agindo com algum grau de organização e continuidade fora dos canais institucionais ou organizacionais com o propósito de desafiar ou defender a autoridade existente, cuja base seja institucional ou cultural, ou baseada em um grupo, organização, sociedade ou ordem mundial do qual elas fazem parte (Snow et al, 2004:11).

Definidos desta maneira, os movimentos sociais não são concebidos como fenômenos que expressam uma disfunção do sistema (Della Porta, Diani, 1999:17), mas pelo contrário são a expressão da reação de certos setores da sociedade às mudanças nas oportunidades políticas, desenvolvendo ações coletivas muitas vezes por meios não institucionais como boicotes, marchas ou *sit-ins*. Os movimentos, portanto, se afirmam como uma variável da política contenciosa, ou como uma luta coletiva episódica, pública e marcadamente política (McAdam et al., 2001: 5).

Os movimentos sociais tendem também a identificar, na sua dinâmica de ação, um adversário. O principal adversário, recorrente, que costuma ser apontado pelos movimentos sociais é o Estado (Canovas, 2008). Mas esta afirmação pode ser também matizada tendo em consideração um caso no qual o Estado vira um ator central na construção de um movimento social, ao mesmo tempo em que mantém seu status de opositor, como é o caso do Movimento Afro-colombiano.

Neste capítulo discutiremos as estratégias de mobilização que este setor da sociedade (os afro-colombianos) criou a partir de uma mudança na estrutura de oportunidades políticas provocada pela nova Constituição nacional em 1991. O argumento aqui é que a reforma constitucional foi um elemento fundamental para o fortalecimento do Movimento Afro-colombiano, sendo este último um ator ativo neste processo de mudança do sistema político. Esse processo começa então com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) em 1990 e se conclui com a elaboração de uma Lei constitucional para “comunidades negras” em 1993.

1. Movimento e processo constitucional: a Assembléia Nacional Constituinte (ANC)

A mudança constitucional no começo da década de 1990 foi o resultado da busca por parte do Estado da recuperação de uma legitimidade política em crise, por um lado, e, por outro lado, a expressão de lutas específicas de diferentes grupos da sociedade civil pelo território, a identidade cultural e os direitos étnicos. Cabe então nos perguntar como e por que se produz esta virada constitucional na Colômbia.

A primeira resposta que podemos oferecer é uma extensiva crise política que tinha suas raízes no sistema bipartidário que, no final do século XX, esgotava suas possibilidades de representação política e de controle social. Isto aumentou e consolidou a violência no país³⁶. Nas últimas décadas do século XX se abrem as portas para a expressão exaustiva do conflito armado político, se potencializa o tráfico de drogas e as organizações da máfia; o Estado aparece também como um fator violento que viola os direitos humanos com extorsões realizadas às comunidades rurais, ao mesmo tempo em que fortalece e legitima as ações violentas dos grupos paramilitares de extrema direita. Além destes fatos, a

³⁶Para uma análise cronológica da violência na Colômbia, ver Pécaut, 1997.

legitimidade do modelo de Estado-Nação entra em crise com as acusações dos mecanismos clientelistas que irrompem no sistema eleitoral colombiano: a compra de votos e a corrupção dos políticos e governantes são os fatos mais visíveis. Em 1989 uma forte onda de violência recai sobre a classe política e neste ano são assassinados três candidatos à presidência da República (eleições que teriam lugar em maio de 1990), por grupos ligados ao tráfico de drogas e de autodefesa paramilitar. Estes fatos demonstraram a inabilidade do Estado para proteger seus cidadãos dos cartéis da droga, dos paramilitares e dos grupos guerrilheiros, além de mostrar um Congresso Nacional também debilitado para assumir estes perigos. A reformada da Constituição aparece então como um instrumento para recuperar o reconhecimento nos contextos nacional e internacional, tal como foi feito em outros países latino-americanos em anos anteriores.

En el orden externo subregional, América Latina venía de un proceso de transición hacia la democracia. En este proceso de transición se usa el mecanismo de adoptar nuevas constituciones aprobadas o ratificadas en Asambleas Constituyentes. Perú lo hace en 1970, Chile en 1980, Honduras en 1982, El Salvador y Panamá en 1983, Guatemala en 1985, Nicaragua en 1987, Brasil en 1988. Por lo tanto, la conformación de Asambleas Constituyentes para reformar la Constitución era un mecanismo que se había empleado con éxito en el resto de los países de América Latina (Castillo, 2007: 237).

Nesse sentido, o contexto internacional também é importante para a mudança constitucional. As profundas crises econômicas e políticas que experimentavam vários países de América Latina (México, Argentina e Brasil, no econômico; Colômbia e Peru, no político, especialmente) davam como principal responsável o Estado (Cavarozzi, 1991). As mudanças constitucionais que se dão na Colômbia a começos da década de 1990, têm então como preâmbulo um contexto internacional que aponta fundamentalmente para a redefinição das regras do jogo no nível econômico e político, entre a sociedade e o Estado como ator central nesta dinâmica (Bejarano, 1994)³⁷.

³⁷ Estado aqui é entendido num sentido weberiano (Weber, 1977), como um conjunto diferenciado e permanente de instituições (administrativas, burocráticas, legais, extrativas e coercitivas) que se enquadram num território geograficamente delimitado (sociedade) dentro do qual consegue exercer o monopólio da criação de normas coletivas, graças ao respaldo que outorga o controle monopólico da violência e da coerção. Note-se que nesta definição falamos de um monopólio de criação de normas e não de um exercício

Reformar a Constituição representou, assim, a esperança de achar uma saída à crise social e política na qual se absorvia o país nos últimos anos da década de 1980³⁸. O governo de turno que já vinha adiantado o processo de paz com grupos guerrilheiros como o M-19, abriu a possibilidade de uma reforma constitucional como uma solução aos problemas estruturais da democracia colombiana, que tinha levado à aguda crise de legitimidade do sistema político.

A partir daí, quatro propósitos foram traçados na agenda para a reforma constitucional: 1. Estabelecer um regime de proteção de direitos econômicos, políticos e sociais para todos os cidadãos, particularmente para os grupos marginalizados; 2. Estender a presença do Estado a todo o território nacional (as intensas lutas pelas drogas e o terror nas regiões rurais davam mostra da pouca presença do Estado nesses lugares); 3. Abertura do sistema de partidos políticos a atores não tradicionais; 4. Gerar mudanças institucionais que apaziguassem a violência política ao convencer a todos os atores que poderiam participar do regime democrático (Agudelo, 2000).

Com base nestes propósitos, o Movimento Estudantil pressiona o governo para incluir uma reforma constitucional que seria aprovada em forma de plebiscito nas eleições presidenciais de 1990³⁹. A elaboração de uma nova Constituição,

da força porque essa criação de normas vai estabelecer uma determinada ordem interna sobre a base de normas e expectativas estáveis, a partir das quais se desenvolvem múltiplas relações sociais (O'Donnell, 1992).

³⁸ O pacto bipartidário conhecido como Frente Nacional (1958-1974) tinha eliminado as possibilidades de acesso ao poder dos movimentos políticos diferentes ao Liberal e o Conservador. O incremento dos níveis de corrupção administrativa, o crescimento da violência paramilitar facilitada pelo narcotráfico, as ondas terroristas geradas pelos “extraditáveis”, como também a atividade guerrilheira, entre outros, abriram a possibilidade de convocatória de uma Assembléia Nacional Constituinte (Hartlyn, 1998:217).

³⁹ O chamado “movimento pelo sétimo voto” (*movimiento por la séptima papeleta*) foi um movimento estudantil formado por universitários que procuravam uma reforma radical nos costumes políticos na Colômbia. Para isto, solicitaram que o povo colombiano pudesse depositar nas urnas das eleições presidenciais que aconteceriam naquele ano, o voto por meio do qual se expressava o apoio a convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. O governo aceitou e os colombianos manifestaram por voto popular a decisão de convocar a Assembléia.

mais inclusiva e democrática que servisse como veículo de reconciliação, era a proposta fundamental deste movimento. Assim, a ANC foi composta por delegados de diversos setores sociais e políticos do país, como os trabalhadores, estudantes, classe política tradicional, acadêmicos, indígenas, negros e o recentemente desmobilizado grupo guerrilheiro M-19 (Luna, 2007:36). Ou, como diz L.A. Restrepo no seu artigo sobre a Assembléia Nacional Constituinte:

La convocatoria de una Asamblea Constitucional abierta a la participación de las distintas fuerzas sociales y políticas que actúan legalmente en Colombia representa la tentativa suprema del gobierno por lograr un acuerdo nacional (Restrepo, 1991:56).

A instalação da ANC é a alternativa mais favorável para a solução dos problemas de ordem política, social e econômica do país (Valencia, 1990). A necessidade e a urgência de uma ampla reforma constitucional se traduzem num acordo político a partir do qual se procura a democratização do Estado e a reconciliação da sociedade civil. Neste sentido, a emenda de um estatuto constitucional se considerava a chave para destravar o desenvolvimento democrático da Colômbia. Ficava ali aberta uma possibilidade de participação e um espaço de poder decisório para os grupos que reclamavam mudanças sociais no país. Adotaram-se frentes de trabalho impulsionadas pelo governo, de acordo com a abertura de expressões políticas e sociais a partir de mecanismos como “mesas de trabalho” e “comissões preparatórias” que tratavam diversos temas: educação, saúde, sistema político, direitos étnicos, direitos trabalhistas, salários, etc. Organizações sindicais, camponesas, indígenas, estudantes, grêmios de profissionais e patronais, mulheres, ecologistas, religiosos e, pela primeira vez, populações negras encontravam-se ali representados. O objetivo destas organizações nos espaços de discussão da ANC era a definição do conteúdo da nova Constituição a partir de suas reivindicações.

A Assembléia Nacional Constituinte (ANC) se instala no dia 5 de fevereiro de 1991 e conclui suas atividades no dia 4 de julho do mesmo ano. Setenta membros conformavam o total de “constituintes” distribuídos da seguinte maneira: 25 membros do Partido Liberal; 19, da Aliança Democrática M-19; 11, do

Movimento de Salvação Nacional; 5, do Partido Social Conservador; 4 Conservadores independentes; 2, do Movimento Indígena; 2, do Movimento Evangélico; 2, da União Patriótica .

Neste cenário há presença de aliados estratégicos que fortalecem a ação dos movimentos sociais e políticos. Entre eles, a presença de um bloco de centro-esquerda liderado por ex-combatentes do grupo guerrilheiro desmobilizado M-19 e que se apresentava agora como um novo movimento político, a *Alianza Democrática M-19* (ADM-19). Este grupo apoiava a iniciativa dos delegados indígenas, cujo trabalho se orientava a questões agrárias e aos direitos tradicionais das autoridades étnicas; o próprio Movimento Indígena que, por sua vez, apoiava a participação de grupos desmobilizados no novo regime constitucional, entre os quais os dissidentes do antigo grupo armado Quintín Lame⁴⁰, e que no fim representou os interesses dos afro-colombianos. Na ANC havia dois delegados de organizações indígenas, especialmente do departamento do Cauca: A Organização Nacional Indígena do Cauca (ONIC) e a Associação Indígena do sudoeste (AISO).

Outro aliado estratégico neste contexto para as organizações afro-colombianas foi o próprio Presidente da República, César Gaviria (1990-1994). O Presidente enfatizava a importância de proteger os direitos humanos e de estabelecer a democracia na Colômbia, em consequência fez um chamado aos delegados indígenas para que eles mesmos protegessem os direitos das populações mais vulneráveis e marginalizadas do país. Neste sentido, a ANC apoiava o reconhecimento constitucional de territórios para indígenas (*resguardos*) e para “comunidades negras”, e se abriam novos canais de participação ao nível municipal, departamental e nacional.

⁴⁰ O Movimento Quintín Lame foi uma organização guerrilheira de auto defesa indígena surgida no sul do país, no departamento do Cauca, na década de 1980. O nome invoca ao líder indígena da comunidade Paez, Manuel Quintín Lame que, nas primeiras décadas do século XX, liderou ações em prol dos direitos indígenas e de um governo próprio que ele chamaria de "gobierno chiquito" (governo pequeno) (Vasco, 2008).

Podemos então dizer que o momento de reforma constitucional modela mudanças na estrutura de oportunidades políticas (Tarrow, 1996) para as ações políticas do movimento afro-colombiano e para a reivindicação de seus direitos. Contudo, a abertura de oportunidades diz respeito à inclusão da temática afro-colombiana na ANC, mas não necessariamente de representantes afro-colombianos. Daí porque os grupos afro-colombianos responderão a essa circunstância aliando-se ao Movimento Indígena.

As alianças com o movimento indígena foram fundamentais para a elaboração de uma lei dirigida para as “comunidades negras” que possibilitaria e consolidaria a formação de diversas expressões organizativas e de mobilização social e política desse setor da população, inéditos até esse momento na sociedade colombiana. Vale à pena lembrar que num momento anterior a este processo já existiam diferentes expressões organizativas afro-colombianas em diferentes regiões do país, mas muitas outras surgiram como resultado direto deste processo que começa com a reforma constitucional.

Por outro lado, o meio usado pelo Estado para reconquistar a legitimidade política perdida foi a adoção do quadro interpretativo “democracia participativa multiétnica e pluricultural”⁴¹, assim como a reafirmação de sua condição de Estado de direito e, basicamente, de uma agenda de descentralização, desenvolvimento sustentável e abertura econômica para o exterior⁴², onde a participação dos atores locais estimava-se como privilegiada, facilitando a participação dos movimentos sociais na estrutura institucional do Estado (Kitschell, 1986; Kriesi, 1995)

⁴¹ A nova Constituição deixa para trás o velho projeto de construção de nação baseado numa sociedade racial e culturalmente homogênea, e expõe um novo objetivo que é a construção de uma nação pluriétnica e multicultural.

⁴² Este discurso sobre o desenvolvimento sustentável, da participação da sociedade e dos povos autóctones, é promovido por organismos internacionais na década de 1980-1990 (Hoffmann, 1998)

2. As Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP) para a mobilização do Movimento Afro-colombiano

Muitos autores têm ressaltado a importância da estrutura e das transformações das relações políticas e do poder político na emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais. De maneira mais geral, a proposta das oportunidades políticas começa na relação entre o sistema político e a mobilização, ou mais especificamente nos incentivos que oferece o sistema e que são aproveitados pelos movimentos sociais. Os autores mais destacados nesta argumentação são Della Porta (1996), Kitschelt (1986), Kriesi (1995), Rucht (1996), Tarrow (1997). Estes autores apontam *grosso modo* que os movimentos sociais são o produto da aparição e difusão das políticas que transformam o potencial de mobilização em ação.

Existem, porém, oportunidades que facilitam e outras que limitam a mobilização. Neste sentido, S. Tarrow (1996) tem apontado que, em contextos democráticos, as oportunidades para a mobilização dependem de aspectos conjunturais como os realinhamentos eleitorais, a coesão das elites e os aliados políticos. Mas uma análise estrutural também é necessária para descobrir como e por que algumas variáveis têm maior ou menor importância em determinados tipos de regime, sejam eles abertos ou fechados.

Kriesi (1995, 2004) aponta que o grau de abertura de um sistema político depende de fatores como a permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, o nível de repressão por parte do Estado aos protestos, e a presença de aliados potenciais às causas dos movimentos sociais (ver Alonso, 2009: 55). Isto é possível em sistemas que apresentam um maior grau de descentralização. Segundo Kriesi:

Quanto maior o grau de descentralização [política], maior o acesso formal. Em um sistema federal existem muitos pontos de acesso importantes nos níveis nacional, regional e local. Nos sistemas centralizados, pelo contrário, quase não existem pontos de acesso no nível regional e no nível local é insignificante (Kriesi, 1995: 171).

Desta maneira, Kriesi afirma que num sistema descentralizado existem muitos pontos de acesso aos movimentos sociais: autoridades locais, estaduais e por último, federais. Enquanto num sistema centralizado há menos pontos de acesso, devido ao fato de as autoridades nacionais terem maior peso no processo de decisão. Mas as EOP apresentam duas dimensões nas quais mudam as oportunidades políticas que permitem a mobilização coletiva.

Apontamos dois níveis de interação dos movimentos com o Estado e suas instituições políticas, o nível estrutural e o nível conjuntural e em cada um destes níveis operariam determinadas oportunidades para a mobilização (Favela, 2002)⁴³. Assim, as oportunidades seriam: a distribuição do poder entre os poderes do governo, o sistema eleitoral e de partidos, a estrutura da representação de interesses, a legislação e instituições relacionadas com a vigilância e o controle do protesto, a disponibilidade de aliados, os alinhamentos eleitorais, a coesão da elite e as estratégias para a resolução de conflitos (Ver quadro 1). Vamos ver em que medida estes níveis estão presentes no sistema político colombiano, considerando que se trata de um regime aberto e democrático, que permite uma mudança constitucional e que, em princípio, faculta a atuação dos movimentos sociais. Depois poderemos expor quais as controvérsias que este modelo apresenta para as dinâmicas de ação coletiva propriamente das organizações afro-colombianas.

⁴³ D. Favela em seu artigo “La estructura de oportunidades políticas de los movimientos sociales en sistemas políticos cerrados: examen del caso mexicano” (2002) analisa a maneira como o regime autoritário mexicano configurou as oportunidades políticas e como elas influenciaram a tomada de decisões no longo prazo.

Quadro 1

Aspectos da interação entre movimentos sociais e instituições políticas

Variável	Nível Estrutural	Nível Conjuntural
Número e tipo de pontos de acesso ao governo.	Distribuição do poder institucional	Disponibilidade de aliados
Importância do processo eleitoral como forma de distribuição do poder	Sistema eleitoral e de partidos	Alinhamentos eleitorais
Participação das organizações sociais no processo de toma de decisões.	Estrutura da representação de interesses	Coesão da elite
Definição e preservação da ordem social	Legislação e instituições relacionadas com a vigilância e o controle de protestos	Estratégias predominantes para a resolução de conflitos.

Fonte: baseado em Favela, (2002: 94), McAdam (1996:27); Della Porta (1996: 80); Kriesi (1995).

Este quadro sintetiza então as dimensões que viabilizam a ação dos movimentos sociais. Assim, os aspectos da interação possível entre movimentos sociais e instituições políticas dependem dos níveis estruturais e conjunturais do sistema político, já que ambos afetam o ambiente em que se desenvolvem os movimentos sociais.

2.1. Dimensões estruturais que facilitam ou reprimem a mobilização afro-colombiana

Os elementos estruturais que influenciam o sistema político são basicamente quatro: distribuição do poder institucional, sistema eleitoral e de partidos, estrutura da representação de interesses, legislação e instituições relacionadas com a vigilância e o controle de protestos. No caso colombiano, o processo de reforma constitucional propôs uma maior descentralização política e uma definição mais ampla dos direitos dos cidadãos, permitindo com isso chegar à regra geral segundo a qual quanto mais descentralizada é a distribuição do poder,

maior também o número de pontos de acesso que aumentam as oportunidades para que a mobilização popular se desenvolva e tenha sucesso (Kriesi, 1995). Os pontos de acesso, particularmente para as organizações do Movimento Afro-colombiano são, num primeiro momento, a elaboração de um artigo constitucional de caráter transitório dirigido especialmente para a população negra, o Artigo Transitório 55 (AT 55), que posteriormente decretará a Lei 70 de 1993, chamada também como “Lei de Comunidades Negras”.

O segundo aspecto do nível estrutural é o sistema eleitoral e de partidos. No caso colombiano, o âmbito eleitoral e o sistema de partidos foram também elementos determinantes para a participação dos movimentos sociais no momento de convocação a uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC). A eleição popular pela ANC se deu no dia 27 de Maio de 1990, nas eleições presidenciais, obtendo 89% de aceitação de uma reforma constitucional. Desta maneira, ficou aberto o caminho para uma participação mais direta e ativa da sociedade civil no processo de democratização e modernização institucional (Granda, 1994).

O terceiro elemento estrutural é a participação de atores políticos organizados de diferentes tendências. Neste caso a Assembléia Constituinte permitiu a representação de todos os grupos sociais, especialmente das chamadas “minorias étnicas”: afro-colombianos e indígenas.

O quarto nível estrutural tem a ver com as leis e instituições relacionadas com a vigilância e o controle dos protestos. Os marcos institucionais como os códigos legais e, enfim, a legislação e as instituições relativas à ordem pública cumprem um papel importante na definição do contexto em que se apresentam os movimentos sociais. Este seria o caso da definição de um Artigo Transitório para “comunidades negras” na própria carta constitucional e que permitiria a introdução da mobilização afro-colombiana no cenário nacional.

Para resumir, as dimensões estruturais relevantes para entender a mobilização dos afro-colombianos no curso do processo constituinte são a descentralização do poder em 1991; a eleição popular dos constituintes, que

permitiu a participação dos movimentos sociais nas eleições para o processo constituinte e de atores políticos organizados, entre os quais os representantes do Movimento Afro-colombiano e, finalmente, a definição de um artigo transitório referente exclusivamente à população negra colombiana.

2.2 Dimensões conjunturais: momentos e atores políticos

Os elementos do nível conjuntural da EOP são: a disponibilidade de aliados, os alinhamentos eleitorais, a coesão da elite e as estratégias para a resolução de conflitos. Estes elementos possibilitam ou obstruem a ação dos movimentos em um momento determinado.

Os aliados do Movimento Afro-colombiano foram principalmente o Movimento indígena que, como veremos, representou os afro-colombianos na ANC, e as forças políticas de esquerda como o Movimento Aliança 19 de Abril que apoiou a inclusão de um artigo constitucional.

O segundo elemento do nível conjuntural refere-se aos realinhamentos eleitorais. Este elemento está relacionado com a instabilidade partidária que faz com que os partidos prestem maior atenção a qualquer outro grupo que afete ou possa afetar os resultados eleitorais (Kriesi, 1995). A importância destes realinhamentos eleitorais e o peso eleitoral na distribuição do poder no caso colombiano se desenvolve a partir das ações do movimento estudantil para pressionar o governo para incluir uma reforma constitucional, que seria aprovada em forma de plebiscito nas eleições presidenciais de 1990. Consideramos, então, este processo como uma forma de realinhamento eleitoral que serviu aos movimentos sociais como ponto de acesso aos processos de tomada de decisões.

O terceiro elemento que cria uma nova estrutura de oportunidades políticas para as dinâmicas de ação dos movimentos sociais é a coesão da elite. Aqui o argumento aponta que quanto mais aberta e heterogênea seja a elite, os movimentos podem enfrentar uma posição mais aberta a suas demandas (Tarrow,

1996). Nesse aspecto, processo que levou Constituição colombiana se caracteriza por sua generosidade social e democrática, na medida em que nos seus primeiros artigos proclama-se como um “Estado social de direito” e uma república “democrática, participativa e pluralista” fundamentada no respeito pela “dignidade humana”, o que corresponderia a uma sociedade pluralista com uma elite política mais heterogênea. Nesse sentido, “el plebiscito en favor de la constituyente fue un voto en contra de la clase política y en favor de un régimen distinto al monopolio bipartidista” (Restrepo, 1991: 60).

Por fim, podemos destacar uma aliança estratégica entre o Estado – ou setores dentro do Estado – e os movimentos “étnicos” que intervêm nesse processo. Os atores políticos do Movimento Afro-Colombiano e o Estado assumem um papel duplo neste processo: por um lado, ambos estão direcionados a um mesmo objetivo – a inclusão constitucional da diversidade no país. Mas, por outro lado, estão em relação contraditória quanto à determinação do “sentido” da ação – o Estado pretende articular na região do Pacífico a política neoliberal de abertura de mercados e a capitalização da biodiversidade, enquanto os setores do Movimento Afro-Colombiano, por sua vez, reivindicam um desenvolvimento alternativo que se articule com os interesses das comunidades e a proteção do meio ambiente.

Veremos como o Movimento Afro-Colombiano se articula no processo de reforma constitucional, cujo reconhecimento constitucional não é só uma resposta à pressão exercida pelos movimentos, mas é uma interação binária e diacrônica entre os atores e o Estado.

3. Mobilização dos Afro-colombianos durante a Assembléia Nacional Constituinte (ANC)

A finalidade da mobilização das organizações afro-colombianas durante a ANC, em 1990, era principalmente a inclusão de um artigo constitucional que reconhecesse os direitos da população negra a partir do respeito dos territórios

coletivos, a proteção da identidade cultural e seu desenvolvimento econômico e social. Estes objetivos visavam o fortalecimento de um Movimento Afro-colombiano de nível nacional. Vejamos como foi esta mobilização e seus resultados.

Existiam, no momento da ANC, pelo menos dois tipos de organizações afro-colombianas, como vimos no capítulo anterior. Estas organizações eram:

1. Diferentes organizações urbanas, como o Movimento Cimarrón, que organizavam reuniões para definir acordos sobre as reivindicações da população e a criação de mecanismos de coordenação para garantir a sua participação direta na ANC.

2. As organizações rurais do Chocó, como as Organizações de Base tratadas no capítulo anterior, com suas demandas pelo reconhecimento da propriedade do território no qual desenvolvem suas atividades sociais e produtivas. Estas organizações são principalmente a Associação Camponesa Integral do Atrato, ACIA, e a Organização de Bairros Populares e Comunidades Camponesas da Costa Pacífica do Chocó, OBAPO⁴⁴.

Um terceiro tipo de organizações sociais se formou nesse ano de 1990 no Litoral Pacífico e se perfilava como associações de diferentes grêmios (agricultores, pescadores, mineiros) e associações culturais em vários municípios da região.

Esses três tipos de experiências organizativas traziam temas, identidades e quadros interpretativos muito heterogêneos, por conta de sua própria história e trajetória. Enquanto que as organizações rurais tinham uma orientação mais

⁴⁴ ACIA conseguiu confrontar as empresas madeireiras no Chocó na década de 1980, até o ponto de obrigar o governo a negociar o futuro dos territórios, e pela primeira vez uma organização propõe defender os direitos das populações negras sobre a propriedade da terra com base na convenção da OIT para povos autóctones, relativa à proteção e integração das populações indígenas e tribais. A OBAPO, por sua vez, apoiada na Igreja católica, se concentra na organização de setores urbanos articulando este trabalho com o campo.

dirigida para a proteção, o controle e o acesso ao território e os recursos naturais, por outro lado, os grupos urbanos e intelectuais tentam se articular a partir de reclamações de justiça social, com discursos sobre o fortalecimento da consciência étnica e de inclusão da população negra nos espaços de cidadania (Pardo, 2001).

Como aponta C. Luna (2007), seguindo Pardo (2001), com respeito à proposta que seria apresentada à Assembléia Nacional Constituinte:

“La heterogeneidad ideológica de las organizaciones, desde las organizaciones de base del Chocó, hasta los grupos pertenecientes a los partidos tradicionales y a las organizaciones urbanas, fue uno de los principales obstáculos para la conformación de un movimiento nacional que pudiera sacar adelante la propuesta” (Luna, 2007:37).

Então, mesmo que a conjuntura política de 1991 permitisse a entrada no cenário nacional de um Movimento Afro-Colombiano, isto não era garantia de unidade entre as organizações que o compunham.

Os parâmetros organizativos internos do conjunto de organizações afro-colombianas no país apresentavam também algumas diferenças. Por um lado, as associações rurais funcionavam como um modelo federativo de comunidades locais agrupadas por zonas, modelo copiado das organizações indígenas; por outro lado, as organizações urbanas ou de intelectuais se agrupavam em ONGs a partir das quais podiam exercer um ativismo individual ao mesmo tempo em que incentivavam processos regionais. Os quadros intelectuais negros no contexto regional procuravam ser incluídos nos circuitos políticos, sociais e econômicos dominantes do país. Essas diferenças explicam por que essas organizações étnicas enfrentaram maior dificuldade para encontrar aliados nas classes médias urbanas da ANC e acabaram se voltando para o movimento indígena como aliado principal das organizações afro-colombianas.

A legitimidade e o reconhecimento da causa indígena foram fatores cruciais para conseguir o apoio necessário para as reivindicações das populações negras (Sánchez, Roldán, Sánchez, 1993). Como no caso dos indígenas, os negros deviam ressaltar traços culturais diferenciados do resto da sociedade e tentar

estender estas características como próprias ao conjunto da população negra do país. Desta maneira, conseguir-se-ia o reconhecimento de uma identidade genérica e diferenciada que permitisse, por sua vez, chegar até as reivindicações pelo território coletivo e autônomo e assim os negros se reivindicariam como *comunidad negra*, definindo-se grupo étnico como:

[Las comunidades negras son] una colectividad de individuos que dentro de una sociedad mayor comparten ancestros comunes o putativos, memorias de un pasado histórico y un foco cultural sobre uno o más elementos simbólicos (Sánchez et al. 1993: 214)

Assim, as comunidades se reconhecem como:

El conjunto de familias de ascendencia afrocolombiana que poseen una cultura propia, comparten una historia y tienen SUS propias tradiciones y costumbres dentro de la relación campo-poblado, que revelan y conservan conciencia de la identidad que las distingue de otros grupos negros. (ibid: 315)

Além disso, as organizações negras conseguiram que os indígenas levassem suas demandas pelo reconhecimento territorial e de direitos étnicos ao interior da ANC. Daí porque o porta-voz das organizações negras na ANC foi um indígena, Wounan Francisco Rojas Birry (Agudelo, 1999).

Essa aliança foi possível graças a um enquadramento interpretativo que sobrepos bandeiras dos dois movimentos: o território. O discurso pronunciado por Birry na ANC aponta que o território é base e fundamento da identidade, e as reivindicações territoriais são o ponto focal para o debate, sendo este o ponto de convergência com os interesses das organizações negras (Castillo, 2007).

Esta representação dos negros pelos indígenas na ANC trouxe várias dificuldades, entre as quais as resistências dos constituintes para aceitar que a população negra tivesse direitos similares aos dos indígenas, o que veremos mais adiante.

As dinâmicas de ação durante o período de debates da ANC, entre 1990 e 1991, reuniram vários núcleos organizativos afro-colombianos espalhados no território nacional que desenvolveram processos de interação social e política com o propósito de elaborar uma proposta de ação. Isto se deu no marco da

Conferência Pré-constituente das Comunidades Negras em Cali, mencionada no capítulo anterior, que foi organizada por diferentes líderes negros, entre eles Carlos Rosero, o líder do Processo de Comunidades Negras

Neste encontro surge a Coordenadora Nacional de Comunidades Negras (CNCN) (Grueso, Rosero, Escobar, 2002). A CNCN foi um breve experimento que não produziu o impacto esperado por causa, principalmente, das profundas divisões e das múltiplas diferenças nas expectativas dos distintos setores negros, principalmente entre os grupos urbanos e especificamente Cimarrón e a Coordenadora que vinha de se formar. O principal divisor entre estas duas organizações foram as suas diferenças em relação à estratégia de ação coletiva pela participação política dos afro-colombianos, a primeira privilegiando a dimensão étnica-territorial, e a segunda a dimensão da luta contra a discriminação racial.

Apesar disso, a população afro-colombiana se mobilizou a partir de diferentes formas de ação, recorrendo ao repertório típico de estratégias dos movimentos sociais: ocupação de edifícios públicos, manifestações e elaboração de panfletos. No Chocó, as Mesas de Trabalho⁴⁵ criadas com o objetivo de promover o contato direto com Rojas Birry, em Bogotá, incrementaram o repertório contencioso, desenvolvendo uma estratégia de ação própria: o “telegrama negro”. Com essa ação pedia-se a toda a população nacional que enviasse telegramas à ANC solicitando a “inclusão dos negros como realidade étnica, dentro da reforma constitucional” (Agudelo, 2005: 187). Cerca de 2500 telegramas foram recebidos durante as audiências. Em entrevista a Carolina Luna (2007:103), Rudecindo Castro, ativista da ACABA (Associação Campesina do Baudó) conta como foi esta ação:

Desde el Pacífico, todos mandamos el telegrama étnico para tener nosotros una propuesta, queríamos un artículo para que nos reconocieran como grupo étnico, uno, porque usted

⁴⁵

As mesas de trabalho referem-se à centralização das organizações negras no departamento do Chocó com o objetivo de estar em constante comunicação com o representante indígena Rojas Birry, e desta maneira ter uma participação ativa nas sessões da Assembléia.

sabe que nosotros no éramos grupo étnico... Faltando como cinco días para cerrarse la Constituyente tuvimos que movilizarnos, nos tomamos la Iglesia de Quibdó, la Catedral, la Alcaldía y, luego vinimos aquí a Bogotá y nos tomamos la embajada de Haití... por ser Haití el faro libertario de América.. Otros compañeros vinimos a pedirle al Ministro que como al día siguiente se cerraba la Constituyente y no se nombraba por ningún lado la palabra ni negro, ni afrodescendiente, ni afrocolombiano, nada; entonces los indígenas tenían sus derechos territoriales, inclusive, sus territorios que se llamaban entidades territoriales.. entonces a partir de eso ya nos recibe el Ministro y logramos que el último día en la última hora, porque eran la 10:00 pm cuando logramos un artículo transitorio, se nos reconocieran unos derechos en un artículo transitorio y dos años después con una ley especial.

Na mesma capital do Chocó, Quibdó, os ativistas negros ocuparam a catedral da cidade e, em Bogotá, a embaixada do Haiti, para exigir à ANC que considerasse as reivindicações territoriais e culturais das populações negras (Grueso, 2000). Segundo Agudelo (2001: 15), “estes fatos jogaram um papel de pressão importante para conseguir a inclusão do artigo transitório, porém não deixavam de demonstrar que o processo organizativo das populações negras era recente e frágil”.

Isto configura o que Sidney Tarrow chama de “ação coletiva de confronto”. Para este autor, a ação coletiva “torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafiam os outros ou as autoridades” (2009: 19). Desta maneira, a mobilização coletiva de confronto é o principal recurso e freqüentemente o único com que grupos subordinados na hierarquia de poder social, como é o caso dos afro-colombianos, dispõe ao ver-se confrontados com adversários mais bem equipados.

3.1 Facções e alianças do movimento afro-colombiano durante a Constituinte

A grande heterogeneidade política, ideológica e social das organizações presentes na CNCN impediu uma representação direta de afro-colombianos na ANC. Essa representação devia ser incluída em uma lista a ser aprovada na

instalação da ANC. Mas cada setor assumiu posições que não permitiram chegar a um acordo, tampouco a um consenso que permitisse a definição de uma proposta eleitoral comum para a ANC. Como diz Wade (1993: 193): “Ninguno de los candidatos negros logró un escaño. No había plata para financiar las campañas y no se destacaba un solo candidato que pudiera unir a los votantes negros”. Nesse sentido, de um lado, os ativistas que faziam parte dos partidos tradicionais ou de alguns setores da esquerda decidiram apoiar propostas políticas mais globais conferidas nas listas de seus respectivos partidos. Assim o confirma uma ativista de uma organização Afro-colombiana que participou no processo de inclusão dos afro-colombianos na ANC:

Los negros no tuvimos participación en la Constituyente. Ahí está la debilidad de nuestros procesos. Nosotros si nos hubiéramos unido hubiéramos tenido más constituyentes, pero muchos negros que llegaron a la constituyente llegaron en nombre del partido, del partido liberal, del partido conservador, entonces no hubo una representación real de los negros. Por eso usted se encuentra que el artículo quedó transitoriamente en la Constitución. Nosotros no tuvimos representación en la constituyente y después fue todo un proceso para poder que Gaviria sancionara la ley 70 y de ahí para allá, todo un proceso para que determinaran un decreto que permitiera a las comunidades negras asegurar el territorio a través de un consejo comunitario. Todo un proceso que permitiera por lo menos asegurar un territorio que venimos ocupando por mas de 500 o 600 años. (Entrevista com Virgelina Chalá, Cooperativa Mujer y Trabajo, por Catalina González Zambrano em 17 Nov. 2004, Bogotá).

Por sua vez, Juan de Dios Mosquera, representando o Movimento Cimarrón, apoiou a lista da União Patriótica, partido considerado o braço político das Farc, que estava enfrentando um processo de extermínio de seus dirigentes e militantes. E, por fim, os núcleos de organizações que se reuniram na CNCN lançaram um candidato, Carlos Rosero, tendo como eixo principal de luta a exigência do direito ao território para as populações negras do Pacífico, as reivindicações contra a discriminação racial e a denúncia da situação de marginalidade na qual vivia a maioria da população desta região do país. Carlos Rosero resume os objetivos propostos pelas organizações da seguinte maneira:

Pienso que en la confluencia del 91 se juntan como todas esas puntas, gente que viene del Partido Liberal, gente que viene de la izquierda y gente que viene de formación cristiana, y gente que ha sido formada en el propio movimiento, con concepciones, creo, distintas sobre lo negro, sobre cómo se construye, cómo se funda la identidad nuestra, pero con un

propósito común que era, creo, que básicamente dos cosas: visibilizar la existencia de una población que estaba allí, que no había sido, que no tenía ningún reconocimiento legal distinto al que en un momento tuvo que ver con la abolición de la esclavitud. Y en segundo lugar, proteger unos derechos, que en el caso del Pacífico uno veía, lo que hablábamos básicamente cuando yo llegué en el año 88, que era que el Pacífico iba a ser el mar del siglo XXI, pero que también el Pacífico iba a ser el Urabá del siglo XXI, de enraizamiento de la gran propiedad, del proyecto agro industrial agresivo que venía bajando con todas sus consecuencias. Y esto se cruzaba con un plano en el que uno empezaba a ver cómo otras zonas del Pacífico habían sido objeto de expropiación de sus derechos territoriales, como el caso de Tumaco. (Entrevista com Carlos Rosero, em Castillo, 2007:197).

Apesar do discurso identitário deste setor da população negra representada por Carlos Rosero, o ativista não foi eleito para a ANC. Imputa-se este fracasso, entre outras coisas, à dificuldade para os constituintes, e para a maioria da sociedade colombiana, em enquadrar a população negra como uma minoria ao lado dos indígenas.

Esta divisão no interior do movimento em várias facções é uma das razões pelas quais os grupos afro-colombianos foram incapazes de se unir em torno de um candidato próprio, tendo, ao fim, que se valer de uma aliança com os grupos indígenas. Contudo, o movimento indígena representou as organizações Afro-colombianas na ANC, respaldado por um vasto repertório de formas de ação (mesas de trabalho, o telegrama negro, a ocupação dos prédios públicos) que deram voz às demandas afro-colombianas ao interior da ANC.

As demandas afro-colombianas não foram bem recebidas pelos outros setores políticos, especialmente dos partidos tradicionais, o Liberal e o Conservador, representados na ANC. O argumento para esse rechaço era que as “comunidades negras” não se ajustavam à definição de “grupo étnico” por não apresentar uma língua própria e formas de governo e autoridade próprias, pelo contrário tais “comunidades” teriam se integrado perfeitamente à sociedade nacional. Assim o confirma Libia Grueso e Carlos Rosero, importantes ativistas afro-colombianos:

Las comunidades negras no se ajustaban a la definición de “grupo étnico”, pues carecían de su propia lengua y formas de derecho y autoridad, se habían integrado totalmente como ciudadanos a la vida mestiza del país, y habían adoptado elementos culturales extraños. Algunos afirmaban que las exigencia de derechos territoriales constituían una posición

separatista que tendría mejor manejo a través del marco de descentralización que promovía la nueva Constitución (Grueso, Rosero, Escobar, 2001: 239).

Frente a essa visão conservadora, os negros, como no caso dos indígenas, deviam ressaltar traços culturais diferenciados do resto da sociedade e tentar estender estas características como próprias ao conjunto da população negra do país. Desta maneira, conseguir-se-ia o reconhecimento de uma identidade genérica e diferenciada que permitisse, por sua vez, chegar até as reivindicações pelo território coletivo e autônomo.

Dessa forma, as reivindicações negras eram legítimas apenas para as ONGs (cujo discurso se baseava no desenvolvimento e nos direitos humanos), para a Igreja (que tinha promovido processos organizativos em regiões rurais afro-colombianas) e para alguns antropólogos; mas na escala nacional existia um desconhecimento total de sua luta anterior. O discurso mais geral considerava os indígenas como únicos portadores de uma alteridade étnica e sustentava que os negros estavam assimilados à sociedade mais ampla.

Para fazer face a esse contra-movimento, o movimento afro-colombiano conseguiu o apoio de constituintes de setores democráticos, como a *Alianza Democrática M-19*, cuja ação e voto foram fundamentais na aprovação do Artigo Transitório 55 (AT 55) na Constituição de 1991.

Según Peter Wade, Lorenzo Muelas y yo presentamos una propuesta propia que desconocía un compromiso negro-indígena anterior... la aprobación del AT 55 encubre una serie de esfuerzos e incidentes ignorados por el autor. Estoy seguro que algún día aparecerán los nombres de quienes nos jugamos para que se aprobara contra viento y marea el AT55 que el único de la carta referido concretamente a las comunidades afrocolombianas y todas sus necesidades. Los interesados en esta materia podrán consultar los documentos pertinentes (Fals Borda, 1993: 21).

As alianças com outros grupos e movimentos foram então cruciais para que o movimento afro-colombiano conseguisse a inclusão do Artículo Transitório 55 (AT 55) na Constituição, cristalizando direitos para os afro-colombianos. O AT 55 ficou redigido da seguinte maneira:

Nos dois anos seguintes à entrada em vigência da presente Constituição, o Congresso expedirá prévio estudo por parte de uma Comissão Especial que o Governo criará para tal efeito, uma lei que reconheça as comunidades negras que têm ocupado terrenos baldios nas zonas rurais dos rios do vale do Pacífico, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva sobre as áreas que terá que demarcar a própria lei.

Na comissão especial que trata o inciso anterior terão participação em cada caso representantes eleitos pelas comunidades envolvidas.

A propriedade assim reconhecida só será alienável nos termos que assinale a lei.

A própria lei estabelecerá mecanismos para a proteção da identidade cultural e dos direitos destas comunidades e para o fomento de seu desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo 1

O que for disposto no presente artigo poderá ser aplicado a outras zonas do país que apresentarem condições similares, pelo mesmo procedimento e com estudos prévios e conceito favorável por parte da comissão especial

Parágrafo 2.

Se ao vencer o termo assinalado neste artigo, o Congresso não tivesse expedido a lei à qual faz referência, o Governo poderá fazê-lo dentro do prazo de seis meses, por meio de norma com força de lei.

O AT 55, então, é um marco no processo de mobilização afro-colombiana, uma vez que se trata da inscrição de direitos na nova lei máxima do país. Essa medida jurídica provisória contemplava a criação de uma Comissão Especial que se ocuparia de expedir uma lei definitiva que reconhecesse os direitos das comunidades negras, incluindo o respeito à propriedade dos territórios coletivos; à

proteção da identidade cultural e seu desenvolvimento econômico e social, além de contemplar a participação de representantes das comunidades nesta lei.

Seguindo a C. Agudelo (2005: 188) isto não seria possível sem as referências ao modelo de mobilização indígena e ao discurso antropológico sobre a etnicidade negra. Também se deve à assessoria da Igreja em alguns processos organizativos, ao ambiente reformista da conjuntura e à vontade política do Estado em aceitar a institucionalização do caráter diverso da sociedade colombiana.

4. Os impactos do Artigo Transitório 55 (AT 55) na mobilização afro-colombiana

O AT 55 representou uma ferramenta que, de uma maneira ou de outra, ativou uma dinâmica organizativa afro-colombiana sem precedentes. A partir daí começa um período de “visibilização” das populações afro-colombianas, apoiadas nos princípios gerais da Constituição sobre diversidade cultural e na participação na redação do AT 55.

Com a inclusão do AT 55 aparece de maneira oficial o termo “comunidade negra” com o intuito de afirmar o caráter étnico do grupo da população que habita os espaços rurais dos afluentes dos rios do Litoral Pacífico. Com esse termo de “comunidade negra” se faz uma aproximação entre “identidade cultural” e as “formas tradicionais de produção”. Particularmente o departamento do Chocó funcionou como um referente concreto para as reivindicações territoriais e culturais e, a partir daí, o modelo se expandiu por toda a região. Contudo, outras regiões rurais do país com presença de população negra não foram incluídas nas dinâmicas da lei, particularmente no que diz respeito à titulação coletiva dos territórios. Já as populações negras urbanas tanto do Pacífico quanto do interior do país, não contaram com critérios suficientes para responder às condições que o AT 55 apontava.

Para o Estado, a inclusão do AT 55 representou um marco positivo em seu propósito de garantir os direitos dos novos atores sociais. As condições do artigo apontam novos espaços de participação conseqüente com a nova definição da Nação, especialmente nos primeiros artigos constitucionais que dão o caráter diverso à nação colombiana⁴⁶.

A pesar das restrições que possa oferecer o AT 55, o mesmo foi uma ferramenta indispensável para direcionar as dinâmicas organizativas afro-colombianas. Assim, este período constitucional oferece, pela primeira vez, um espaço no cenário político nacional às diferentes expressões do movimento negro (Agudelo, 2005).

Com o AT 55 se fortaleceu o processo de organização afro-colombiana, fortalecimento que se viu refletido na Primeira Assembléia Nacional de Comunidades Negras, um ano depois de conseguido o AT55. Esse evento foi realizado na cidade de Tumaco (região sul do Litoral Pacífico) e tinha como objetivo principal reunir as organizações dos quatro departamentos da região do Pacífico (Chocó, Valle del Cauca, Cauca e Nariño) para criar um cenário de diálogo entre estas organizações e elaborar uma agenda na qual se distinguissem as preocupações principais da comunidade negra, mas sobretudo procurava-se sentar as bases para a regulamentação do AT 55 e construir os mecanismos de organização e operação necessários para este fim.

⁴⁶ Neste sentido, os principais artigos constitucionais que favorecem os direitos étnicos e que foram a base para a inclusão do AT 55 foram principalmente o artigo 1 segundo o qual “A Colômbia é um estado social de direito, organizado em forma de república unitária, descentralizada, com autonomia de suas entidades territoriais, democrática, participativa e pluralista, baseada no respeito à dignidade humana” e o Artigo 7 onde “O Estado reconhece e protege a diversidade étnica e cultural da nação colombiana”. Também os artigos que estabelecem uma Constituição de corte multiculturalista (Pineda, 1997), como o artigo 8 : “é obrigação do Estado e das pessoas proteger as riquezas culturais e naturais da Nação” e o artigo 13: “Todas as pessoas nascem livres e iguais perante a lei, e receberão a mesma proteção e tratamento das autoridades e terão os mesmos direitos, liberdades e oportunidades sem discriminação nenhuma por razões de sexo, raça, origem nacional, familiar, língua, opinião política ou filosófica”.

Finalmente, este período constitucional permitiu uma maior margem de manobra no cenário nacional para os novos atores políticos (os afro-colombianos) e cuja atuação se verá refletida na redação da Lei 70 ou Lei de Comunidades Negras, que seria aprovada no Congresso Nacional apenas em 1993. Vamos nos deter aqui nas ações que deram forma ao ato legislativo, assim como analisaremos os principais atores que intervieram neste processo

4.1 A "Comissão Especial" e a elaboração da lei 70

O período pós-Assembléia Nacional Constituinte constituiu uma nova estrutura de oportunidades políticas, que permitiu reunir os diversos núcleos de ativistas e de organizações afro-colombianas do país em torno de objetivos concretos: o reconhecimento de uma especificidade sócio-cultural da população negra e a necessidade de regulamentar uma lei que protegesse seus direitos fundamentais. Mas também condicionou as iniciativas e os repertórios de ação das distintas expressões do Movimento Afro-colombiano. Como afirma M. Pardo:

A partir de la Constitución de 1991 el movimiento étnico negro entra en un proceso de progresiva institucionalización al basar su libreto político mayormente en lo que las sucesivas piezas legislativas van estableciendo (Pardo, 2001:243).

As disposições do AT 55 requisitavam uma regulamentação e o primeiro passo dessa regulamentação foi a instalação de uma "Comissão Especial", em 11 de agosto de 1992. A "Comissão Especial" seria a responsável por elaborar o projeto de lei que reconheceria e protegeria os direitos territoriais, políticos e sociais das "comunidades negras".

A Comissão foi composta por 40 delegados, dentre os quais representantes de organizações negras; conselheiros e dirigentes políticos dos partidos tradicionais, representantes de seis organismos do Estado e alguns representantes acadêmicos. Por parte do governo havia representantes do Ministério do Interior, do Instituto Colombiano da Reforma Agrária (INCORA), o Departamento de Planejamento Nacional (DPN), o Instituto Nacional dos Recursos Naturais Renováveis e do Meio Ambiente (INDERENA), o Instituto Geográfico

Agustin Codazzi (IGAC) e o Instituto Colombiano de Antropologia e Historia (ICANH).

Durante o processo de formação desta Comissão, o movimento afro-colombiano organizou um sem-número de oficinas, especialmente na região do Pacífico, para elaborar de forma conjunta mapas, censos, e todo tipo de dados que permitissem mostrar, no marco da lei, um território-região de acordo a suas próprias perspectivas. Estas dinâmicas de ação deviam ser promovidas pelas mesmas organizações afro-colombianas e foram chamadas por alguns intelectuais como “técnicas de invenção das “comunidades negras”” (Restrepo, 2002). Os documentos levantados eram formas de visibilização que permitiam mostrar uma população negra na Colômbia com seu próprio legado cultural, ou seja, *comunidadé étnica* com práticas culturais próprias (ibid). As comunidades negras se representaram na Comissão por membros das consultas departamentais do Pacífico (três por cada departamento, em um total de 12 comissionados de organizações negras).

Segundo os representantes da Comissão, o eixo central da Lei devia girar em torno de três objetivos básicos: a propriedade do território, considerando as formas de organização coletiva das comunidades rurais; a preservação da identidade cultural das comunidades e, por último, a promoção de um desenvolvimento compatível com o meio ambiente e com os interesses e necessidades das comunidades. Mais uma vez, esta visão é limitada para a inclusão de toda a população negra colombiana. Isto é confirmado pela intervenção de um dos representantes do governo no momento de falar sobre os alcances da Lei:

Considero que en la propuesta de las comunidades, donde dice que esta ley “es el reconocimiento de los derechos territoriales, económicos, sociales, culturales y políticos” de las comunidades negras de Colombia, al igual que lo dispuesto en el artículo 2º, resume el punto central de la diferencia de criterios porque a nuestro juicio esta Comisión debe ocuparse, tal como lo dice la constitución, a estudiar el desarrollo del AT 55, para reconocer unos derechos, no a todas las comunidades negras, sino a aquellas que han venido ocupando tierras en zonas ribereñas de los ríos de la cuenca del Pacífico. De modo que la discusión radica en determinar cual es el alcance de la ley. El proyecto presentado

por el gobierno busca desarrollar el AT 55, que es claro en decir que se debe expedir una ley que les reconozca a estas comunidades el derecho sobre la propiedad colectiva, en las áreas a las que se refiera la misma ley. Y, según el artículo, debe reconocer a unas comunidades específicas como consta en las actas de la constituyente... no a todas las comunidades negras del país. (citado em Restrepo, 1998: 353)

O eixo principal da lei acabou constituído pelos direitos territoriais coletivos, reconhecendo as autonomias regionais das comunidades negras. O ponto que podemos destacar é que, além de reforçar a existência de práticas tradicionais de produção, os direitos territoriais têm como propósito estabelecer a proteção da identidade cultural e dos direitos das comunidades a partir dos quais se abre um espaço político e de poder próprio que é legitimado institucionalmente. Mas, o ponto desfavorável é que, da mesma maneira, se assimila uma descentralização na qual o Estado delega novas autoridades locais para a gestão de problemas extremamente delicados como o fortalecimento da guerra entre guerrilhas, paramilitares e exército na região, afetando assim os processos de organização e a almejada autonomia territorial das comunidades em questão (Hoffmann, 1998).

A Comissão Especial, então, apontava um duplo objetivo: por um lado, para o Estado, era um exercício de coordenação das lógicas e interesses que estavam em jogo na nova Constituição, tentando procurar um ponto de convergência entre o interesse do espírito do capitalismo com o discurso de fortalecimento de um setor minoritário e frágil da sociedade colombiana. Por outro lado, as organizações negras procuravam neste processo o reconhecimento adquirido no AT 55 e ir além dele. Isto é, a partir dos direitos territoriais, econômicos e sociais, para as populações negras do Litoral Pacífico colombiano devia-se também considerar as populações negras do resto do país, especialmente nas capitais da zona andina e considerar suas condições de vida.

5. Conclusões

Como aponta Tarrow (2009), uma vez formulada e aplicada com certo sucesso, a ação coletiva de um movimento é frequentemente importada por outros movimentos; isto é o que parece ter acontecido com as organizações do movimento negro a partir das oportunidades abertas pelos indígenas para os grupos étnicos em 1991. Os espaços participativos que se abriram para as organizações afro-colombianas no processo de reforma constitucional, a inclusão do AT 55 em 1991, e a entrada em vigência da Lei 70 para “comunidades negras” em 1993, foram cruciais para a criação de novas organizações e uma dinâmica participativa nos cenários de interlocução com o governo e com as distintas instituições do Estado. A lei 70 foi um exercício de política participativa na qual o Estado interagiu com uma expressão da sociedade que, no mesmo processo de confronto e concertação, afirmou uma dinâmica de construção de um novo ator político.

A lei 70 vai além das orientações propostas no AT 55, ao incluir não só os direitos territoriais coletivos para “comunidades negras” em zonas onde se estabelecem “práticas tradicionais de produção”, mas inclui também o propósito de estabelecer mecanismos para a proteção da identidade cultural e de direitos às comunidades negras da Colômbia. É importante ressaltar este aspecto, na medida em que a lei rompe com a inclusão unicamente da região do Pacífico e se abre para as demais populações negras nacionais. O eixo principal da lei 70 estava constituído pelos direitos coletivos para as “comunidades negras” da região do Pacífico e das regiões que apresentassem características similares aos “terrenos baldios” (terras da nação), rurais, próximas aos rios e cujas populações realizassem “práticas tradicionais de produção”. Com o propósito de estabelecer mecanismos para a proteção da identidade cultural e fomentar o desenvolvimento econômico e social destas comunidades, produziram-se no âmbito da nova legislação normas relativas à participação política (circunscrição especial eleitoral), leis de etno-educação, um plano nacional para o desenvolvimento das populações negras, consulta prévia sobre a exploração de recursos naturais em territórios

étnicos, mecanismos de participação em organismos do Estado. A lei, portanto, cristalizou um grande avanço legislativo para as populações negras.

Por outro lado, a falta de representação direta de representantes negros na ANC e o afastamento de líderes importantes como Juan de Dios Mosquera do processo, dificultou a consolidação de um Movimento Afro-Colombiano nacional durante a conjuntura constitucional. Esta consolidação se daria, porém, por meio do exercício das prerrogativas abertas pela nova lei. As organizações afro-colombianas rurais, como a ACIA, por exemplo, continuaram um processo de consolidação, enquanto que nas regiões urbanas do Pacífico se consolidou o Processo de Comunidades Negras, liderado por Carlos Rosero. O movimento nacional “Cimarrón” de Juan de Dios Mosquera, por sua vez, teve uma perda significativa de ativistas que se articularam com outras organizações participantes na Comissão Especial.

De qualquer maneira, a Lei 70 incentivou a expansão do movimento afro-colombiano, com o surgimento de novas organizações em cidades estratégicas na última década do século XX. Foi quando se deu a consolidação de dinâmicas organizativas em diferentes regiões do país, especialmente na capital Bogotá, onde se desenvolve uma dinâmica organizativa especial que será objeto de análise de nosso próximo capítulo.

Capítulo 4

Dinâmicas e identidades dos afro-colombianos em Bogotá

Se o Movimento Afro-Colombiano não conseguiu se fortalecer durante a ANC, vai fazê-lo depois de promulgada a Lei 70 de 1993. Consideramos então a Lei 70 como uma nova EOP que permite o fortalecimento e a nacionalização do Movimento, a partir da expansão do associativismo afro-colombiano pelo país, com especial concentração na capital⁴⁷. Todavia, a Lei 70 não é o único motor da mobilização afro-colombiana em Bogotá. Também são importantes as condições sociais e econômicas da população negra da capital, que tem sido objeto da ação do Movimento Cimarrón por meio da produção de estudos sobre a condição de vida deste grupo social, e que darão lugar a uma experiência social compartilhada, base para a construção de uma identidade coletiva dos afro-colombianos.

Neste capítulo, apontaremos para a construção dessa identidade coletiva afro-colombiana urbana, resultante do deslocamento da mobilização afro-colombiana para Bogotá, consequência em parte da Lei 70 e em parte da violência nas regiões de maioria negra no país. E mapearemos a distribuição territorial das organizações que conformam o Movimento Afro-Colombiano contemporâneo em Bogotá. Na impossibilidade de analisar em profundidade todo o extenso material coletado, o capítulo visa a dar um panorama geral das características desse novo associativismo, facultado pelas oportunidades políticas abertas com a lei 70 e depois de passadas quase duas décadas da ANC.

⁴⁷

As estruturas de mobilização, como já ressaltamos no capítulo 2, são o conjunto de organizações civis ou de redes sociais que conformam um movimento social. A mobilização é possível apenas em contextos de oportunidades políticas favoráveis.

1. A distribuição da população afro-colombiana em Bogotá.

Bogotá tem uma população de 6.840.116 habitantes (Dane, 2005). Segundo estes dados oficiais, a população negra da cidade é de 1,5% (102.601). Contudo, os dados estatísticos não são claros na hora de mostrar a densidade desta população na capital. Os cálculos mais elevados estabelecem um número aproximado de 533.795 negros em Bogotá, ou seja cerca de 8% do total da população (Urrea, Ramirez, Viáfara, 2002:15). Outra aproximação mais recente estima que a proporção de negros na cidade é de 6,7% (Barbary, Urrea, 2004: 78). Desta maneira, a explicação demográfica não é clara nem satisfatória, porém seguindo os autores mencionados anteriormente constatamos que:

Los afrocolombianos hoy en día, a diferencia de 40 años atrás, son predominantemente urbanos, y una mayoría de ellos reside en aglomeraciones superiores al millón de habitantes, en las ciudades metropolitanas de Cali, Cartagena, Bogotá, Medellín y Barranquilla (Barbary, Urrea:2004: 79).

A capital está dividida em 20 distritos, cada um com níveis diferentes de pobreza. Segundo o Departamento Nacional de Planejamento, a estratificação socioeconômica é uma ferramenta que permite a um município ou distrito classificar a população em distintos estratos ou grupos de pessoas que têm características sociais e econômicas similares. (DNP, 2008). De acordo com esta metodologia, a estratificação sócio-econômica de Bogotá inclui o estrato 1 como *baixo-baixo*; o estrato 2 como *baixo*; o estrato 3 como *médio-baixo*; o estrato 4 como *médio*; o estrato 5 como *médio-alto*, e o estrato 6 como *alto*. Vamos chamar *pobre* àquela população que se encontra nos estratos 1 e 2, que representam domicílios com necessidades básicas insatisfeitas. Outra medida de pobreza é o SISBEN, Sistema de Identificação de Potenciais beneficiários de Programas Sociais, para a população nestes estratos sócio-econômicos⁴⁸. Como se vê na

⁴⁸ Esta é uma ferramenta de identificação que organiza os indivíduos de acordo com seu nível de vida e permite a seleção técnica, objetiva e uniforme dos beneficiários dos programas sociais que dirige o Estado. Estas pessoas devem estar nos estratos socioeconômicos 1 e 2 para ter acesso aos subsídios que outorga o Estado através dos diferentes programas.

figura abaixo, os distritos localizados no sul da cidade concentram a população mais pobre, de estratos 1 e 2.

Figura 1

Mapa da distribuição dos Distritos de Bogotá segundo Estratos Econômicos

Fonte: Departamento de Planeación Distrital, 2009.

Segundo estudos já realizados sobre a população negra na capital (Mosquera, 1998; Arocha, 2002; Luna, 2007; Quintero, 2010), podemos constatar que a concentração de população negra se justapõe às baixas condições de vida nos distritos.

En Bogotá, la gran mayoría de la población negra habita en zonas que presentan altos índices de pobreza; en viviendas inadecuadas, en condiciones de hacinamiento crítico y sin servicios básicos, como consecuencia de las dificultades económicas producto del desempleo o los bajos niveles de remuneración (Luna, 2007: 66).

Tabela 1.
Estimativa da população negra
na cidade de Bogotá por distrito

DISTRITO	% DE POPULAÇÃO NEGRA *	% DE POPULAÇÃO POBRE**
BOSA	5,64	71,3
SAN CRISTOBAL	4,89	79,6
TUNJUELITO	3,62	63,4
CIUDAD BOLIVAR	3,23	78,4
MÁRTIRES	2,93	52,6
SANTA FE	2,47	62,6
KENNEDY	2,29	53,2
ANTONIO NARIÑO	1,90	46,4
PUENTE ARANDA	1,83	37,1
RAFAEL URIBE	1,78	67,4
CHAPINERO	1,70	16,6
SUBA	1,58	37,4
ENGATIVA	1,41	37,8
CANDELARIA	1,41	55,2
TEUSAQUILLO	1,12	12,5
USME	1,05	86,5
USAQUEN	0,49	22,9
BARRIOS UNIDOS	0,25	29,9
FONTIBÓN	0,14	43,9
TOTAL	2,02	52,3

Fonte: * Arocha, 2002: 42; ** DAPD, 2003.

Os distritos que concentram a maioria da população negra são Bosa, San Cristóbal Tunjuelito e Ciudad Bolívar, ao mesmo tempo em que apresentam a maior proporção de população pobre⁴⁹ (Barrera, 2005; citado por Luna, 2007: 64). No seguinte gráfico podemos visualizar estas proporções numa curva ascendente:

⁴⁹ Segundo dados atualizados do SISBEN para 2009 (www.dnp.gov.co, consultada em março 2011), a população pobre aumentou em 10 pontos percentuais para cada localidade e o total da cidade passou de

Gráfico 1.
Relação entre a proporção de pobreza
e a população negra por distrito em Bogotá

Fonte: Arocha, 2002: 42; DAPD, 2003. Elaboração própria.

Como apontamos anteriormente, as altas proporções de negros nos distritos mais pobres se devem em parte à acolhida que os novos migrantes à cidade têm nestas regiões por parte de familiares ou colônias de migrantes de uma mesma região. No distrito de Kennedy, por exemplo, encontram-se dois dos bairros com maior concentração de população negra da cidade: Casablanca e Britalia. Como evidencia o estudo de Claudia Mosquera, *Acá antes no se veían negros*:

Las familias negras fueron llegando en 1977 más o menos, comenzamos a interactuar con ellos, hacernos conocidos porque sufríamos las mismas consecuencias... Había unas tres

52% a 61% de população pobre. Acreditamos que a porcentagem de população negra neste período aumentou na mesma proporção, mas os dados são insuficientes para comprovar esta hipótese.

o cuatro familias en ese entonces y poco a poco fueron llegando otras. En 1987 hicimos una encuesta y encontramos que en Britalia ya había en ese entonces doscientas noventa y algo de personas, sólo en Britalia (Citado por Mosquera, 1998:30).

Bosa é o primeiro distrito em número de afro-colombianos. Encontra-se ao sudoeste da cidade e apresenta um alto índice de moradias com necessidades básicas insatisfeitas. Ciudad Bolívar ao sul da cidade é o distrito que apresenta o segundo maior número de pessoas vivendo em condição de pobreza e é o quarto distrito com índice maior de população negra. Destacamos especialmente estes distritos: Bosa, Ciudad Bolívar e Kennedy porque ali encontramos também um grande número de organizações afro-colombianas que examinaremos a seguir.

2. Dinâmicas sócio-econômicas e culturais dos afro-colombianos em Bogotá.

Antes de analisar as dinâmicas organizativas dos afro-colombianos em Bogotá é necessário situar a população negra na cidade por meio de uma análise sócio-econômica e cultural. Isto nos permitirá compreender as estratégias das novas organizações afro-colombianas que se formaram tendo por bandeira o cumprimento dos direitos da população negra de Bogotá na época pós-constituinte.

Bogotá tem sido considerada como cidade de migrações ao longo da segunda metade do século XX (Dureau et al, 2004), destacando-se a população afro-colombiana a partir da década de 1950 (Urrea, Ramírez, Viáfara, 2002). Contudo, poucos são os estudos históricos sobre esta população em Bogotá antes da década de 1980. Sabe-se que na primeira metade do século XX, os negros na capital não eram uma população significativa. Como afirmam as pesquisadoras N. Rodríguez e N. Jiménez:

En la primera mitad del siglo XX, e incluso hasta la década de los setenta, no eran muchos los afrocolombianos que vivían en Bogotá, ni los que se desplazaban hacia la ciudad,

debido quizás a la inexistencia de medios eficaces de transporte. Hacia finales de la década de los treinta, la construcción de vías de acceso a la capital, los ferrocarriles y el servicio aéreo estimularon las migraciones hacia Bogotá, hecho que se acrecentó a mediados del siglo por la violencia generada por las discrepancias de tipo político y por los fenómenos naturales (Rodríguez, Jiménez, 2006: 27).

A migração de afro-colombianos na primeira metade do século, como afirmam as autoras mencionadas anteriormente, foi caracterizada por intelectuais que viajaram especialmente para se formar nas universidades da capital do país. Tal foi o caso de lideranças como Manuel Zapata Olivella (médico); Natanael Díaz (advogado); Jorge Artel (licenciado em letras), entre outros. Assim, a chegada dos primeiros imigrantes negros à cidade se caracterizou por um movimento de gente intelectual e trabalhadora (Vargas, 2003).

A década de 1970 constitui também um período de migração de intelectuais e profissionais negros a Bogotá, associados sobre tudo com o setor público. I. Morales (2002) aponta que a atração por parte do setor educacional foi uma razão de peso para a migração da população negra e destaca como ponto de encontro as Universidades: Nacional, INCCA (Instituto Colombiano de Ciencias Administrativas) e Distrital. A maioria dos migrantes nesta época se formou como advogados, contadores, e educadores (Morales, 2002:644).

As migrações mais recentes, depois da década de 1980, têm como causa principal o conflito armado. A pressão pelos diferentes grupos armados à população da região do litoral Pacífico, particularmente, tem gerado deslocamentos forçados para os núcleos urbanos. As migrações internas com maior fluxo de população se deram no início para cidades como Cali, Medellín, Barranquilla, Montería, Cartagena e Bogotá (Arocha, 2002:107).

Segundo C. Mosquera (1998) a migração se deve a três fatores determinantes: em primeiro lugar à ampliação do espaço político aberto para os afro-colombianos e em segundo lugar, à migração por motivos econômicos e como resultado do deslocamento pela violência. Como consequência disto, uma cota importante de imigrantes afro-colombianos chega ao perímetro urbano das cidades médias e grandes do país.

Los negros de la región costera del Caribe tienden a concentrarse en Cartagena y Barranquilla, aunque pueden ir más lejos a Medellín y Bogotá. Los negros del sur del Valle y Cauca generalmente van a Cali, pero también pueden ir hasta Ecuador. La migración fuera de la región pacífica ha sido multidireccional, con destinos que incluyen Ecuador, Panamá, la región de la costa Caribe y el interior del país (Wade, 1997:97).

Bogotá é considerada então como uma cidade *pluricultural* como consequência dos diferentes processos migratórios (Aguilar, 1995:22). Os imigrantes negros cumprem aqui determinadas funções dentro do componente socioeconômico da cidade. Como mostra o trabalho realizado por S. Aguilar (ibid), entre as mulheres há uma tendência a desempenhar trabalho doméstico e os homens na indústria da construção ou a vigilância privada. Para ambos os sexos, o setor informal também é comum, especificamente a venda de comida nas ruas (Galeano, 1999). Isto não quer dizer que todos os imigrantes cheguem a laborar nestes campos; outros, pelo contrário, possuem melhores condições econômicas e conseguem certa mobilidade ascendente numa posição relativamente segura da classe trabalhadora (Wade, 1997: 227). Um estudo sobre o comércio de rua dos afro-colombianos em Bogotá mostra que o deslocamento da população negra do Pacífico e do Litoral Caribe para os centros urbanos no interior do país não está relacionado exclusivamente com a violência e as pressões políticas que se dão em áreas com maior presença do conflito armado. Mas, pelo contrário, também influem as condições sociais e ambientais da região por causa de uma maior presença de multinacionais de economia extrativa, como também pela falta de oportunidades de trabalho (Meza, 2008: 83). Isto demonstra que a necessidade laboral faz com que esta população seja altamente instável, o que é constatado no seguinte depoimento:

Pedro era aún muy pequeño cuando su gente comenzó a vivir el daño irreparable de la modernización tecnológica de la minería artesanal y el fin de la producción familiar. Con el dinero de la mina sus padres montaron una tienda de abarrotes y Pedro ayudó con los quehaceres hasta que llegó el momento de “coger camino”. Partió a Itzmina y allí se ganó la vida como estibador y carguero en el puerto. Posteriormente emigró hacia Urabá y trabajó en las bananeras, gracias a una hermana que laboraba en la región. Pedro escuchó el rumor de que en las bananeras se ganaba bien y que “era mucho el negro que trabajaba allá”. Después de vivir tres años en Medellín trabajando alternativamente en la construcción y venta ambulante, Pedro Rivas emigró a Cali, donde aprendió el negocio de la fruta (Citado por Meza, 2003: 83-85).

Pesquisas realizadas sobre migração de afro-colombianos em Bogotá (Mosquera, 1998:36) distinguem os seguintes tipos de ocupação nesta população: trabalhadores informais ou em setores que não requerem alta qualificação; trabalhadores independentes, como os donos de restaurantes de comida típica na cidade; trabalhadores no setor privado; estudantes; funcionários públicos. Essas ocupações constituem diferentes tipos de inserção social e a partir daí se desenvolvem estratégias de mobilização diferentes. Assim, a inserção na vida urbana é pautada pela interação dos indivíduos em redes, sejam elas sociais ou familiares. Neste tipo de redes se constrói e reconstrói o conjunto de características que definem a filiação de um indivíduo a um grupo (Mosquera, 1998: 20).

As estratégias dos afro-colombianos em Bogotá começam, na maior parte dos casos, com contatos familiares ou de *paisanos* (indivíduos da mesma região de origem), que são *a priori* os principais receptores dos imigrantes. A primeira inserção acontece então no espaço do bairro, onde pode ser observada a formação de redes sociais não só de tipo cultural, mas também financeiras, comerciais, para conseguir moradia, trabalho, etc. Estas redes funcionam como estratégias de inserção social nas quais perpassa um componente identitário: as redes funcionam porque estão baseadas num sentimento de pertencimento a um mesmo grupo cultural.

Outra estratégia de inserção se dá a partir das “casas da cultura” dos afro-colombianos. Estas casas de cultura são formadas por colônias de chocoanos, caucanos, *costeños* que se encarregam de organizar festas religiosas ou reuniões sociais na cidade.

El año pasado se celebró el San Pachito. La idea surge de un grupo de personas, éramos alrededor de ocho personas... Estas personas conformaban el grupo de San Pachito aquí en Bogotá. El año pasado tuvimos fallas, como todo grupo que está empezando, pero somos un grupo informal... La gente quería estar con la gente de la misma colonia, compartir, bailar la “chirimía”... la chirimía es un grupo conformado de unas siete u ocho personas en donde uno lleva el clarinete, otro el tambor alegre, otro los platillos, otro el saxofón, otro las maracas y así esa es la chirimía, suena la música típica del Chocó que es la chirimía (citado por Mosquera. 1998: 65-66).

A terceira estratégia é a que nos interessa mais de perto aqui e diz respeito à formação de organizações sociais que procuram de uma ou outra maneira a transformação das relações sociais e a superação de obstáculos para a inserção social desta população. Estas organizações são diversas e estão disseminadas por toda a cidade e em muitos casos desenvolvem ações orientadas para a reivindicação da cidadania e o reconhecimento da diferença cultural. Sobre este último ponto falaremos adiante. Antes, porém, é preciso entender melhor a maneira como essa população negra passa a se definir como “afro-colombiana”.

3. Construção de identidades coletivas afro-colombianas em Bogotá

Embora façamos referência constante às determinantes macroestruturais dos processos organizativos das associações de afro-colombianos (o que explica que eles estejam, entre outras coisas, determinados pela conjuntura política), dirigimos aqui nossa atenção aos contextos de micro-mobilização. W. Gamson refere-se à micro-mobilização como uma série de encontros ou eventos micro-sociais que permitem o estabelecimento de vínculos entre os indivíduos que interatuam face a face com outros indivíduos que formam parte do campo da ação coletiva (Gamson, 1992: 71) Seguindo este autor, C. Mueller afirma que estes contextos de micro-mobilização permitem a análise da mobilização envolvida em ações estratégicas onde as identidades coletivas, as estruturas de ação, as solidariedades e a consciência são construídas.

O conceito de micro-mobilização abrange uma variedade de contextos em que a interação face a face é a configuração social da qual o significado fundamental para a interpretação de identidades coletivas, as queixas e as oportunidades são criadas, interpretadas e transformadas. Enfoca também a forma como as lealdades de grupo e os compromissos com o movimento e suas organizações são reforçados. Além disso, esses processos de interação face a face reincidentem ao longo da vida do movimento (Mueller, 1992:10).

Estas definições do conceito de micro-mobilização nos permitem entender a construção de identidades coletivas afro-colombianas.

A construção de identidades dos afro-colombianos em Bogotá é ponto importante a observar, pois é a partir da maneira pela qual essa população se identifica na cidade que sua mobilização vai se tornar possível nos anos 90. A vida na cidade produz um conflito entre a identidade de origem e o novo contexto, na medida em que os migrantes afro-colombianos chegam à cidade e reconstróem novos sentimentos de pertencimento cultural e social. Assim, as organizações de colônias de migrantes, os estudantes, os deslocados forçados, tentam conciliar suas identidades “originais” com uma nova identidade negra formada na capital. Desta maneira, as definições identitárias se transformam constantemente de acordo com a forma de apropriação do espaço e das práticas urbanas.

Essas novas identidades são geradas em contextos de micro-mobilização nos quais a população negra se encontra e se reconhece como um mesmo grupo. Apesar das distintas maneiras de viver a cidade e de construir suas próprias identidades, a população negra em Bogotá continua mantendo um padrão sócio-econômico, material e cultural, que está mediado pela experiência da migração. Dessa maneira é possível identificar espaços de coesão e de identificação cultural afro-colombiana na cidade, como: restaurantes, cabeleireiros, discotecas, bares, parques, igrejas e centros comerciais (Barrera, 2005). Também já são institucionalizadas na cidade as festas religiosas celebradas tradicionalmente em diferentes regiões negras do país: Nossa Senhora das Mercês, 24 de setembro, celebrada pelos oriundos de Istmina (Chocó); a Virgem do Rosário, 7 de outubro celebrada pelos oriundos de Condoto (Chocó); a Virgem da Pobreza, 8 de setembro, e São Francisco de Assis, celebrada pelos chocoanos; o Jesus Nazareno, celebrada pelo imigrantes de Magüi Payán (Nariño). Estes momentos são idealizados como espaços para a integração onde, ao mesmo tempo se fala e se faz política partidária (Mosquera, 1998:67). Outros espaços de participação e de identificação desta população são os eventos esportivos, os quais mantêm laços de afeto entre os imigrantes da mesma região e foram concebidos como

estratégias dos líderes para integrar a população na vida comunitária (Luna, 2007).

Mas a identidade coletiva afro-colombiana não nasce apenas desse processo. A identidade surge também por conta da nova EOP: a Lei 70. Esta lei deu maior visibilidade a esta população em Bogotá que, então, passa a aparecer no espaço público como um grupo social distinto. A Lei 70 cria novas Estruturas de Oportunidades Políticas, abrindo uma nova via de mobilização para as associações afro-colombianas na medida em que permite, como estratégia política, às organizações projetar uma nova sociabilidade para a inclusão e a participação da população negra na capital a partir de seu reconhecimento como sujeitos portadores de direitos políticos, sociais, e culturais diferenciados (Dagnino, 2001: 73). Neste sentido, um dos líderes do Movimento Afro-Colombiano, membro da Organização ORCONE, afirma:

Las relaciones sociales deben ser relaciones simétricas, de igualdad y de respeto. Creemos que Colombia debe ser una unidad pero de la diferencia también, entonces una parte de nuestra lucha es que nosotros aportamos al desarrollo de Bogotá y que también Bogotá debe apoyar al desarrollo como grupo étnico de nosotros aquí y esa es la lucha que traemos, para poder lograr unas relaciones culturales interétnicas, pero desde el punto de vista de relaciones de iguales (citado em Luna, 2007:75).

Para muitos ativistas o projeto de uma nova cidadania dos afro-colombianos começa pelo reconhecimento pleno de uma educação acorde com a cultura desta população. Neste sentido, uma das muitas lutas das organizações está orientada pela *etno-educação*. Os capítulos VI e VII da Lei 70 abordam o tema da etno-educação como uma problemática que afeta não só a população negra do Pacífico, mas também o conjunto da população no país, como uma maneira de proteção da identidade cultural e de promoção do progresso social, econômico e cultural.

Artigo 32: O Estado colombiano reconhece e garante às comunidades o direito a um processo educacional de acordo com suas necessidades e aspirações etno-culturais.

Artigo 34: A educação para as comunidades negras deve considerar o meio ambiente, o processo produtivo e toda a vida social e cultural destas comunidades. Em consequência, os programas curriculares refletirão o respeito do seu patrimônio econômico, natural, cultural e social.

Artigo 35: Os programas e serviços de educação destinados pelo Estado às comunidades negras deverão ser desenvolvidos e aplicados em conjunto com a própria comunidade com o intuito de responder a suas necessidades particulares. Os programas devem conter a história, conhecimentos, técnicas, sistemas de valores e todas as demais aspirações sociais, econômicas e culturais. O Estado deve reconhecer e garantir o direito das comunidades negras a criar suas próprias instituições de educação e comunicação, sempre e quando essas instituições satisfaçam as normas estabelecidas pela autoridade competente. (Lei 70, 1993)

Além destes mecanismos de proteção da identidade cultural a partir da etno-educação, a Lei 70 estabelece também sanções contra práticas discriminatórias e estimula programas de formação técnica, tecnológica e profissional baseados em um fundo especial de bolsas atribuído pelo Instituto Colombiano de Estudos no Exterior (ICETEX) destinadas exclusivamente a jovens negros.

Artigo 33: O Estado sancionará e evitará todo ato de intimidação, segregação, discriminação ou racismo contra as comunidades negras nos distintos espaços sociais, da administração pública em seus altos níveis decisórios e nos meios de comunicação de massa e no sistema educacional, e velará para que os princípios de igualdade, respeito da diversidade étnica e cultural sejam preservados.

Artigo 40: O Governo destinará recursos para garantir maiores oportunidades de acesso à educação superior para os membros das comunidades negras. Criar-se-á, entre outros, um fundo especial de bolsas para a educação superior administrado pelo Icetex e destinado a estudantes nas comunidades negras com escassos recursos e um excelente desempenho acadêmico.

Problemáticas diversas, como a educação, as tradições culturais, a migração, são motivo de mobilização desta população na capital do país, amparadas potencialmente pela nova lei.

4. O novo cenário da mobilização afro-colombiana: a institucionalização associativa

Agora que já mapeamos a distribuição da população negra em Bogotá, já delineamos o processo de construção de sua identidade como afro-colombiana, trata-se agora de voltar ao assunto central desta dissertação, o movimento social afro-colombiano, e averiguar os impactos da Lei 70 sobre sua dinâmica de mobilização.

A Lei 70 considera que “O Estado apoiará, por meio da destinação dos recursos necessários, os processos organizativos das comunidades negras com o intuito de recuperar, preservar e desenvolver sua identidade cultural” (Artigo 41). Com esse propósito se cria a Direção de Assuntos para Comunidades Negras (DACN), órgão vinculado ao Ministério do Interior (decreto 2312 de 1994). Hoje, esta dependência está reestruturada na Direção de Etnias, condicionada ao mesmo Ministério do Interior e da Justiça. A nova lei produz uma institucionalização da população afro-colombiana como “minorias étnicas” acompanhado por uma burocracia especializada onde o Estado tem o controle do tipo e o grau de participação dos atores sociais (Quintero, 2010: 67).

O DACN procura velar e garantir os direitos das minorias étnicas especialmente no âmbito rural, mas no espaço urbano onde mora a maioria da população negra se restringe a exercer a atualizar do Registro Único de Organizações de Base das comunidades negras. O DACN junto com uma série de comissões – também chamados organismos consultivos – têm como propósito ampliar a participação deste novo ator étnico, mas ao mesmo tempo manter a legitimidade das decisões tomadas pelo Estado (Agier e Hoffmann, 1999; Hoffmann, 2002; Agudelo, 1999). Entre estes organismos consultivos está a Comissão Consultiva Distrital que procura:

Escenarios de diálogo y búsqueda de soluciones a los problemas y conflictos que se presenten en su respectiva circunscripción territorial, que afecten a las comunidades

negras, así como convertirse en instancia de apoyo en la divulgación y aplicación de los avances de la Ley 70 del 93, todo ello dentro del marco y sin detrimento de la autonomía de la administración pública y de utilización de los mecanismos de participación ciudadana. (www.alcaldiabogota.gov.co).

A Comissão Consultiva Distrital é formada pelo prefeito de Bogotá; um representante dos prefeitos locais; os secretários e diretores dos departamentos administrativos e entidades descentralizadas, e trinta representantes de organizações afro-colombianas.

O registro oficial das Organizações Afro-colombianas é uma ferramenta fundamental no processo de institucionalização destas estruturas de mobilização. Esta institucionalização do Movimento Afro-Colombiano pode ser mensurada a partir do aumento no número de organizações inscritas no DACN a partir de 1993. Segundo os registros oficiais, se constata uma maior participação de organizações afro-colombianas em departamentos cujo peso relativo da população afro é maior (Quintero, 2010).

Em 1993, P. Wade estabeleceu um registro de 90 organizações negras em nível nacional (Wade 1993), e em 1999 a Direção de Assuntos de Comunidades Negras já contava em seus registros com 350 organizações negras de tipo cultural, social, econômico e educacional (Agudelo, 2005: 185). Isto se traduz numa explosão de organizações de todo tipo em nível nacional, depois de promulgada a Lei 70.

Quintero (2010:68) constata um registro oficial de comunidades negras em 2004 com 592 em todo o território nacional, sendo 15% (90) a participação de organizações afro-colombianas em Bogotá. Em 2005 conseguimos constatar 1052 organizações segundo os dados do DACN:

Tabela 2.

Número de Associações Afro-colombianas por departamento em 2005

Departamento	Região	No. de Associações Afro-colombianas	%
Valle	Pacífico	537	51.0
Chocó	Pacífico	84	8.0
Cauca	Pacífico	69	6.6
Nariño	Pacífico	62	5.9
Bogotá D. C.	Interior	82	7.8
Antioquia	Interior	37	3.5
Caldas	Interior	10	1.0
Putumayo	Interior	6	0.6
Meta	Interior	4	0.4
Risaralda	Interior	2	0.2
Tolima	Interior	1	0.1
Guainia	Interior	1	0.1
Bolívar	Atlántico	79	7.5
San Andrés	Atlántico	35	3.3
Córdoba	Atlántico	16	1.5
Atlántico	Atlántico	12	1.1
Sucre	Atlántico	8	0.8
Cesar	Atlántico	5	0.5
Guajira	Atlántico	1	0.1
Magdalena	Atlántico	1	0.1
TOTAL		1052	100,0

Fonte: Dados fornecidos à autora pelo DACN em 2005.

A tabela mostra que a região do Pacífico em 2005 concentra a maioria de organizações afro-colombianas no país no departamento de Valle, sendo Cali –

sua capital – centro importante para o associativismo afro-colombiano desta região. Já no interior do país destaca-se Bogotá como centro deste associativismo e na região do Atlântico, destaca-se o departamento de Bolívar e como ponto focal a capital Cartagena. Bogotá se destaca como o terceiro departamento em número de associações afro-colombianas (depois de Valle e Chocó), o que nos indica uma mudança de um associativismo de tipo rural a um urbano. Portanto é importante também destacar a grande importância dos processos migratórios da população negra a outras regiões fora do Litoral Pacífico o que permitiu um avanço importante na constituição de organizações urbanas afro-colombianas. De qualquer maneira, a concentração de organizações na região do Pacífico continua sendo predominante, concentrando 72% do total das organizações, como demonstra o seguinte gráfico:

Gráfico 2.

Organizações Afro-colombianas por região

Fonte: Dados fornecidos pelo DACN à autora

Resulta significativo o elevado número de organizações em Bogotá, ultrapassando o departamento de Antioquia e Bolívar, departamentos com um longo histórico de tradição afro-colombiana, ainda que a proporção de população negra na capital não corresponda exatamente à proporção de organizações como o demonstra a seguinte tabela:

Tabela 3.

População negra/região x Organizações Afro-Colombianas/região

Regiões	População negra *	%	Organizações afro-colombianas **	%
Atlántico (Bolívar, Atlántico, Cesar, Córdoba, Guajira, Magdalena, Sucre)	1393465	32,3	122	11,6
Pacífico (Valle, Cauca, Chocó, Nariño, Risaralda)	2078428	48,2	752	71,5
Bogotá	102601	2,4	82	7,8
Antioquia	625050	14,5	37	3,5
San Andrés y Providencia	40215	0,9	35	3,3
Outros departamentos	71998	1,7	24	2,3
Total	4311757	100,0	1052	100,0

Fonte: Quintero, 2010:70, com dados atualizados e recolhidos pela autora.

*Dane, resultados do Censo de População 2005 (população conciliada a 30 de junho 2005).

** Ministerio do Interior e da Justiça, 2005.

É natural que uma capital política concentre mais associativismo que o resto do país, mas o *boom* organizativo em Bogotá pode ser melhor explicado pelas oportunidades políticas favoráveis neste momento para o associativismo afro-colombiano. Isso em função das oportunidades e benefícios que o Estado passou a estabelecer desde a reforma constitucional para a população negra. Estes benefícios consistem na possibilidade de apresentar candidatos para

representar politicamente a comunidade afro-colombiana (Decreto 2248, artículo 21); além disso, as organizações podem promover jovens afro-colombianos para a obtenção de benefícios do Fundo Especial de Crédito Educacional para realizar estudos superiores (Decreto 1527 de 1996, artículo 8). Todavia, não existem critérios claros para definir quem é afro-colombiano e quem não é para obter esses benefícios, como aponta O. Quintero em seu trabalho sobre as organizações afro-colombianas em Bogotá:

Las categorías aparentemente indisociables como “raza”, “etnia”, “clase social”, “grupo generacional”, permiten interpretaciones diferenciadas del multiculturalismo y construcciones identitarias alrededor de ellas que pueden ser recíprocas o contradictorias. Las fronteras entre la una y la otra tienden a fundirse, confundirse, conjugarse, complementarse de acuerdo con situaciones y contextos específicos. (Quintero, 2010: 73).

Em síntese podemos afirmar que a mudança constitucional, e a subsequente Lei 70 de 1993, criaram uma nova Estrutura de Oportunidades Políticas para a população negra colombiana que favoreceu o aumento do associativismo afro-colombiano no país, sobretudo nos centros urbanos como Bogotá.

5. Tipologia das organizações afro-colombianas em Bogotá

A grande diversidade de organizações registradas em Bogotá, segundo seus propósitos, composição, ações e reivindicações, permite desenvolver uma análise que oriente a compreensão das suas tendências, variações e particularidades. Para definir os critérios de classificação das organizações, usamos as variáveis de análise dos movimentos sociais propostos por H. Kriesi (1995). Kriesi propõe um modelo que realça as dimensões e as dinâmicas da ação coletiva a partir de duas variáveis: 1. O grau de participação dos afiliados (esta participação pode ir desde um “militantismo ativo” até a “participação indireta”), e 2. A orientação de cada organização segundo seus objetivos. Estas orientações

podem estar dirigidas aos membros ou afiliados da organização (como as organizações de serviços ou de apoio às políticas públicas e as organizações de *self-help* ou auto-ajuda, como os círculos de sociabilidade) ou orientadas às autoridades (como os grupos de representação política – partidos, grupos de interesse – ou de mobilização política como as organizações do movimento social).

Segundo a tipologia proposta por Kriesi, as organizações que não precisam de uma participação direta dos afiliados são as organizações de serviços e de representação política e as que apresentam maior participação dos membros são as organizações de auto-ajuda e de mobilização política. As organizações cujas ações estão orientadas aos membros são as organizações de serviços e de auto-ajuda, e as orientadas às autoridades são as organizações de representação e de mobilização política, como podemos ver no gráfico abaixo.

Figura 2.
Tipologia das organizações segundo Kriesi (1995)

Fonte: Kriesi (1995)

No caso das organizações encontradas em Bogotá (segundo o DACN do Ministério do Interior em 2005), seguimos a tipologia proposta por Quintero (2010: 74):

1. Organizações de colônias de imigrantes
2. Organizações não-governamentais
3. Organizações culturais
 - a. Grandes organizações consolidadas
 - b. Pequenas organizações em vias de consolidação
4. Organizações políticas
 - a. Organizações de representação política
 - b. Organizações centradas em processos organizativos
 - c. Organizações com abordagem territorial em Bogotá.
5. Organizações de grupos
 - a. Mulheres
 - b. Estudantes
 - c. Profissionais
 - d. Deslocados pela violência

Com base no trabalho de Quintero (2010) e de acordo com nossa própria investigação, as organizações afro-colombianas em Bogotá estariam mais próximas ao tipo de mobilização política e de auto-ajuda, as quais apresentam maior grau de participação direta dos membros na mobilização e cuja orientação (para os membros ou para as autoridades) depende do tipo ou subtipo de organização. Para uma melhor compreensão, dividimos os tipos de organizações afro-colombianas da seguinte maneira:

Figura 3.

Tipologia das organizações Afro-colombianas em Bogotá.

Fonte: Quintero, 2010: 75

a. Organizações de auto-ajuda

Estas organizações estão dirigidas aos membros ou simpatizantes do movimento social. Elas precisam do compromisso e da participação deles na mobilização a fim de oferecer bens e serviços individuais para um setor da população. Dessa maneira se criam laços e *redes* de militância (Neveu, 2000:40). Neste tipo de organizações se identificam as organizações de colônias de

imigrantes em Bogotá, as organizações culturais menores, as organizações de grupos de população formados por profissionais e por deslocados pela violência.

Organizações de colônias de imigrantes: Estas organizações também são conhecidas com “comunidades de origem” que adquirem um papel de coesão social e de mediação entre grupos de imigrantes e a sociedade receptora (Mosquera, 1998). Os membros destas organizações se identificam então com uma origem geográfica comum, o que na maioria dos casos dá o nome às organizações. Tal é o caso das organizações: Fundação Cívica e Social em prol do Município de Magüi, Fundação para a Integração e o Desenvolvimento de Timbiquí, Associação para o Progresso de Timbiquí, Asoprotimbiquí, Associação de comerciantes Tumaqueños, Associação Nacional para o Desenvolvimento e a defesa dos Povos do Litoral Pacífico ASOPACIFICO, Associação Colônia *Guapireña*, Corporação Prodesarrollo Social Colonia Caucana. A presença destas organizações encontra-se principalmente nos distritos de Ciudad Bolívar e Kennedy construindo assim identidades de tipo local na cidade; ou seja, o bairro se constitui no espaço de sociabilidade das colônias. Em princípio, estas organizações são conformadas por imigrantes de um mesmo município, mas elas podem também se abrir e aceitar a adesão de outras pessoas que não são necessariamente do mesmo lugar de origem. Neste sentido se abrem as fronteiras de identificação, permitindo constatar que a identidade étnica tem uma dimensão regional e territorial que reflete a forte regionalização do país (Wade, 1999).

Organizações culturais pequenas e não consolidadas: Estas organizações podem ser definidas a partir de processos de criação, circulação e consumo de práticas artísticas e culturais definidas como constitutivas das reivindicações da cultura afro-colombiana. Distinguem-se dois tipos de organizações culturais: as pequenas e não consolidadas e as grandes e consolidadas. As primeiras não necessariamente oferecem produtos artísticos ou culturais, mas sua inversão

depende de suas condições de vida (Agier, Quintin, 2003: 32). Por não ter um trabalho mais especializado, não conseguem se fortalecer como uma organização cultural. Como afirmam os autores (ibid), trata-se de “um trabalho que supõe especializações, disponibilidade de tempo, mobilidades e deslocamentos espaciais, relações, vínculos e negociações com financiadores ou “sponsors”. As segundas são mais estáveis e consolidadas que têm conseguido trabalhar na difusão e recuperação da cultura afro-colombiana. Estas organizações podem ser tanto de auto-ajuda quanto de mobilização política, mas ambas apresentam níveis altos de participação dos membros nas ações coletivas. Algumas destas organizações são: Organização Afrocolombiana El Borojó, Organização Afrocolombiana Siglo XXI ONAFRO, Organização Ancestral Afrocolombiana OANAC, Fundação artística Afrocolombiana YAMBAMBO, Fundação Cultura Colombia Negra, Ateliê infantil nuestra cultura, Fundação Arte e Cultura do Pacífico FUNDARTECP.

b. Organizações por grupos de população: Profissionais e Deslocados

Um dos fatores que caracteriza as organizações afro-colombianas é a organização segundo características de população compartilhadas, como os profissionais, os deslocados pela violência, os estudantes e as mulheres. Os dois primeiros se destacam como organizações de auto-ajuda, pois suas ações estão orientadas aos membros da organização apresentando uma participação ativa por parte deles.

Organizações de profissionais: As organizações de profissionais estão focadas em aspectos relacionados com a vida profissional e a inserção desta população no mercado de trabalho, de acordo com os propósitos de mobilidade social desde a época de estudantes. Estas organizações são: Associação de

Profissionais Afro-colombianos ASOPRA, Organização interdisciplinar de estudantes e profissionais afro-colombianos QUILOMBO ZUMBI.

Organizações de deslocados pela violência: as organizações de deslocados pela violência têm ganhado mais visibilidade na cidade. A principal destas organizações é a Associação de Afrocolombianos *Desplazados* AFRODES.

c. Mobilização política

As organizações de mobilização política obedecem àquelas que constituem a base de um movimento social e que se caracterizam por ter uma participação direta de seus membros e estar orientadas às autoridades. Entre elas contamos com organizações culturais maiores e que têm uma dinâmica orientada às dinâmicas institucionais, como participação eleitoral pela Circunscrição Especial de Comunidades Negras na Câmara de Representantes, ou na Comissão Consultiva de Alto Nível. Tal é o caso da Associação para a divulgação da cultura musical afro-colombiana ANALDIC e o Movimento CANOAS.

Organizações de Mulheres: As organizações de mulheres têm se convertido em um dos grupos mais sólidos e visíveis do movimento social em Bogotá (Agudelo, 2004). Estas organizações combinam reivindicações étnicas com igualdade de gênero. Têm geralmente como objetivo desenvolver trabalhos comunitários nos bairros populares da cidade, ao mesmo tempo em que tomam conta de diferentes espaços políticos, posicionando-se, deste modo, como uma alternativa à política nacional. Um exemplo de participação política ou de orientação política das organizações de mulheres é a Organização de Mulheres Afro-colombianas ORMUAFRO, no distrito de Ciudad Bolívar. Esta organização participa no *Subcomité de etnias para la creación de políticas públicas*. Este comitê é uma instância da Prefeitura Local de Ciudad Bolívar e está encarregada

de formular políticas públicas para promover projetos que são propostos pela mesma comunidade e são financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento Local deste distrito. Entre outras organizações de mulheres afro-colombianas na cidade podemos destacar: Associação de mulheres afro-colombianas AMUAFRO, Associação de mulheres negras, Associação Grupo de mulheres negras de Bogotá ASOGRUMUNES, Associação multiétnica para a mulher AMUCOL, Associação para o desenvolvimento da mulher afro-colombiana CORMAFRO, Associação de Mulheres Progressistas Chefes de Família.

Organizações de Estudantes: muitas destas organizações são formadas por jovens oriundos da região do Pacífico, especialmente do Chocó. Como aponta Quintero (2010: 80) isto se deve em parte à importância histórica que a educação tem nesta região do país. Também pela grande influência e consolidação de intelectuais negros. As organizações de estudantes se relacionam com o movimento estudantil que, em termos gerais, “começou com construções de identidade relacionadas com a luta de classes sociais, ligadas aos partidos de esquerda e direcionados a construções mais autônomas relacionadas com reivindicações étnico-raciais” (Quintero, *ibid*). Entre as organizações de estudantes podemos destacar: Associação de estudantes afro-colombianos da Universidade Inca AFROUNINCCA, Associação de Estudantes Afro-colombianos da Universidade Distrital AFROUD, Associação de Estudantes Afro-colombianos AFROCENTRAL, Associação de Estudantes Afro-colombianos da Fundação Universitária Autónoma de Colombia, AEAFUAC, Associação Nacional de Estudantes Afro-colombianos ASNEA.

Organizações Políticas: Estas organizações estão na relação entre etnicidade e política e têm como propósito mediar entre as distintas instituições do Estado e a população afro-colombiana. Estas relações podem se dar no nível nacional (Comissão Consultiva de Alto Nível, com dois representantes de organizações com base em Bogotá) no nível distrital (no caso das 30 organizações que compõem a Comissão Consultiva Distrital para comunidades negras) o no nível de bairro ou de distrito. Deste modo, as organizações políticas

devem ressaltar a intenção de reivindicar os espaços de representação designados para a população afro-colombiana. Entre estas organizações podemos destacar: Movimento Nacional Cimarrón, Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Afro-colombianas do distrito de Ciudad Bolívar, Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Afro-colombianas do Distrito de Bosa, Corporação para o Desenvolvimento Afro-colombiano COPRODEPA.

d. Serviços

Estas organizações se caracterizam por estar orientadas aos membros ou afiliados, mas a participação deles é em certo sentido terceirizada a fundações ou corporações especializadas em temas como o desenvolvimento econômico, a promoção social, a assistência.

ONG: A pesar que todas as organizações registradas de afro-colombianos são do tipo “sem fins de lucro”, estas organizações em particular instrumentalizam a identidade étnica com a finalidade de ganhar projetos, licitações, contratos, convocatórias públicas, assim como alianças estratégicas. Tudo sob uma lógica identitária mais individual que coletiva, mas que ao longo prazo pode ter efeitos no âmbito coletivo. Estas organizações são as seguintes: Fundação Afrovisión, Corporação Identidade Cultural CORPIDENCU, Associação Nacional para o Desenvolvimento e a Defesa dos Povos do Litoral Pacífico ASOPACIFICO, Organização Afro-colombiana Século XXI ONAFRO, Associação para o fomento das negritudes AFIN, Associação para a promoção e defesa dos direitos étnicos das Comunidades Negras, Corporação para o desenvolvimento afro-colombiano. COPRODEPA.

e. Representação política

Estas organizações não têm uma participação ativa dos associados e sua orientação está dirigida às autoridades. Entre estas organizações destacam-se as organizações políticas com tendência nacional.

Organizações políticas com tendência nacional: estas organizações usam como estratégia política certas dinâmicas urbanas que fortalecem sua capacidade de ação e sua influência na opinião pública. Tal é o caso do Movimento Cimarrón que desenvolve ações de conscientização étnica nos diferentes bairros da cidade como o *Taller de formación de líderes*, ou o Processo de Comunidades Negras, PCN, que participou ativamente nas discussões sobre assuntos de ordem nacional como o Censo de População de 2005 ou de assuntos mais restritos ao âmbito da capital como o *Plan de Desarrollo del Distrito 2004-2008* (Quintero, 2010: 79).

Este quadro geral das organizações de afro-colombianos em Bogotá nos dá uma idéia de sua grande diversidade em outra região que não é o Litoral Pacífico colombiano. Ao mesmo tempo, as ações e a visibilidade destas organizações na capital conseguiram na última década gerar e definir políticas, programas ou projetos distritais e nacionais orientados à população negra. A diversidade organizacional dos afro-colombianos em Bogotá também reflete os tipos de organizações que se encontram no resto do país e dessa maneira é possível centralizar as reivindicações e problemáticas desta população no território distrital.

A tipologia acima permite identificar diferentes formas de expressão de reivindicações usadas pelas organizações afro-colombianas na capital.

Neste sentido, a mobilização afro-colombiana tem duas estratégias principais de mobilização: a ação frente ao deslocamento forçado dos afro-colombianos e os direitos humanos. Novas organizações entram na dinâmica de construção de um movimento social de nível nacional orientado nestas temáticas.

Tal é o caso da Organização de Comunidades Negras ORCONE que tem oferecido atenção à população deslocada da cidade prestando assessorias profissionais para o acesso desta população aos diferentes programas e benefícios que o Estado lhes oferece.

Outra organização que se mobiliza em torno dos deslocados é AFRODES (Associação de afro-descendentes deslocados), que tem um plano de ações nos distritos da cidade para estabelecer o número de negros que estão hoje em condição de deslocados pela violência. AFRODES tem um registro de mais de 500 pessoas afiliadas. Seu trabalho é reconhecido pelo governo nacional de maneira que tem uma participação ativa nos diferentes cenários onde são definidas políticas públicas para a população negra deslocada em Bogotá e em Soacha (município da área metropolitana de Bogotá).

Nosotros no estamos en la capacidad de atender a toda la población desplazada porque, primero, no tenemos los recursos para hacerlo, segundo, somos un grupo pequeño, tercero, es un trabajo voluntario. Ahora, lo que intentamos es incidir en las políticas públicas para que los afro se sientan recogidos en esas políticas y el gobierno pueda darles atención. Además tenemos afiliados con los que directamente tenemos una obligación y responsabilidad (Entrevista con Luz Marina Becerra, por Catalina González Zambrano. Bogotá. 31/08/2005)

No nível nacional, a AFRODES tem escritórios nas principais cidades do país e tem gerado cenários de participação para incidir em diferentes planos de desenvolvimento dos distintos governos na última década, tendo em consideração que os afro-colombianos representam 8,4% da população deslocada no país⁵⁰. Apesar que esta cifra é menor do que aquela lançada pela ONG CODHES, a situação dos afro-colombianos nesta situação é alarmante. Segundo esta ONG:

[Los desplazados afrocolombianos] Son la minoría étnica más numerosa entre el grupo de personas en situación de desplazamiento en Colombia y a su vez quienes viven lo más duro de este drama, pues azotes como la miseria, la violencia y discriminación se han

⁵⁰ Segundo informe apresentado pelo CODHES e a Comissão de Seguimento à Política Pública sobre o Deslocamento Forçado, em 2008 a proporção de afro-colombianos deslocados no país era de 21% ([http://www.internaldisplacement.org/8025708F004CE90B/%28httpDocuments%29/740A794DA6EBAD25C12575A500454329/\\$file/I+Informe+Comisi%C3%B3n+de+Seguimiento+-+I+ENV+%28enero+31+-+08%29.pdf](http://www.internaldisplacement.org/8025708F004CE90B/%28httpDocuments%29/740A794DA6EBAD25C12575A500454329/$file/I+Informe+Comisi%C3%B3n+de+Seguimiento+-+I+ENV+%28enero+31+-+08%29.pdf))

ensañado en su contra. Más del 12% de esta población está sufriendo los impactos del desplazamiento, y 98,3% de los afrocolombianos desplazados viven bajo la línea de pobreza.

Sobre a orientação dos direitos humanos o Movimento Cimarrón continua trabalhando em programas que pretendem basicamente:

Formar a los activistas promotores de las asociaciones y grupos de base, preparándolos para saber planificar, orientar y asumir con eficacia los grandes retos organizativos y políticos iniciando con la conquista del derecho a la diferenciación positiva a favor de la nación afrocolombiana y políticas del Estado para la eliminación del racismo y la discriminación racial, en cumplimiento de la Constitución Nacional y sus leyes reglamentarias, en especial la Ley 70 de 1993 (citado por Luna, 2007: 84).

O projeto principal do Movimento Cimarrón visa demonstrar os eventos nacionais que constituem graves violações contra o Direito internacional Humanitário. Assim, este movimento publica um informe anual intitulado *Estado de Derechos Humanos de la Población Afrocolombiana*, em cuja última edição de 2010 aponta que a população afro-colombiana é a que mais sofre com homicídios, massacres e acidentes com minas anti-pessoais.

A população afro-colombiana apresenta indicadores que confirmam a existência de uma situação de desvantagem com respeito ao resto da sociedade⁵¹. Diante deste fato, as organizações de afro-colombianos em Bogotá constituem uma nova força política em movimento.

6. Conclusão

As organizações afro-colombianas em Bogotá têm procurado novos espaços de mobilização visando a plena aceitação de sua diferença cultural por parte do Estado e da sociedade. O contato com alguns dos dirigentes de organizações como Afrodes, Cimarrón, AfroUD, Orcone, entre outros, nos permitiu

⁵¹ O documento apresenta indicadores socioeconômicas da população negra para o ano de 2003, segundo a *Encuesta Calidad de Vida (ECV)* realizada nesse ano pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística, DANE, a Prefeitura de Bogotá e Departamento Nacional de Planejamento, DNP.

conhecer os objetivos e alcances de suas ações, como a luta pelo reconhecimento das reivindicações dos imigrantes negros em Bogotá.

Algumas das estratégias de mobilização que conformam os diferentes repertórios de ação coletiva destas organizações dizem respeito a: 1. A materialização das ações afirmativas; 2. A proteção da população deslocada pela violência para Bogotá; 3. A implementação da Cátedra de Estudos Afro-colombianos e o tema da etno-educação afro-colombiana de maneira geral.

Apesar das limitações da Lei 70 e as condições de moradia e de pobreza da maioria da população negra na capital, consideramos que a conjunção entre EOP favorável e os novos espaços de mobilização criados na cidade permitem pensar na constituição de um movimento afro-colombiano de características urbanas.

Em suma, neste capítulo, por meio da análise focalizada na cidade de Bogotá pudemos mostrar a distribuição e a dinâmica organizativa afro-colombiana pós-lei 70 de 1993. Embora esta lei apresente limitações, ela funcionou como uma nova estrutura de oportunidade política, que gerou um *boom* no associativismo afro-colombiano urbano. Ao mesmo tempo, a lei 70 permitiu a construção de uma nova identidade coletiva afro-colombiana na cidade ao reivindicar uma cidadania que reconhece a igualdade da população negra assim como a diferença cultural.

Considerações Finais

Nesta dissertação procurou-se reconstruir os momentos chaves na história da Colômbia em que as oportunidades políticas favoreceram a mobilização dos grupos negros deste país. Nas décadas de 1960 se abrem as estruturas de oportunidades políticas para que este setor da população comece a se apresentar coletivamente na cena política, uma vez que nas décadas anteriores estas oportunidades estavam fechadas. Assim, vimos que depois de abolida a escravidão, as oportunidades políticas ficaram fechadas e a mobilização negra não ganhou estatura de ator coletivo, devido a políticas que excluía o negro como cidadão. Contudo, em algumas regiões no sul do país surgiram ações individuais localizadas de líderes negros no começo do século XX e nos anos 1930, com o apoio do Partido Liberal, o que pode ser considerado como um grau de abertura nas oportunidades políticas para a população negra, ainda que como canal individual – e não como movimento social – de participação de negros nas instituições do Estado, como o Congresso da República. Até então tivemos formas de ação política das elites negras em posições centrais da política nacional e regional e uma formação de uma intelectualidade negra que confronta o fechamento do sistema.

A ação coletiva que pode ser nomeada de movimento social negro, como alternativa independente aos Partidos Tradicionais, vai aparecer só na década de 1960, quando se configura uma conjuntura nacional e internacional favorável para esta mobilização.

A partir desse momento, vimos como as estruturas de oportunidades políticas afetaram a formação do movimento Afro-colombiano, tanto ao definirem os parâmetros e aliados para sua mobilização, quanto ao propiciar a formação de seus próprios atributos como movimento social. Em um primeiro momento, nos deparamos com a formação de organizações afro-colombianas nos centros urbanos do país durante as décadas de 1960 e 1970, inspiradas nos repertórios

de ação dos Movimentos Negros dos Estados Unidos e do Caribe, como também pelo processo de mobilização que levou à independência de vários países africanos. Dessa maneira, o conjunto de organizações constituiu o chamado *Movimento Afro-Colombiano*.

A este movimento soma-se um conjunto de organizações rurais incentivadas pela aceleração da exploração intensiva dos recursos naturais por parte de empresas estrangeiras encorajadas pelo próprio governo nacional durante a década de 1980. Neste sentido, as demandas pelo território se somariam aos discursos de tipo étnico e cultural dos camponeses negros com o objetivo de apelar pela sua diferença e especificidade como grupo étnico e, portanto, demandar a propriedade sobre o território ocupado ancestralmente.

Estas organizações, tanto as urbanas quanto as rurais, desenvolvem três elementos para abrir um espaço de diálogo com as instituições políticas no momento de reforma constitucional, em 1990. O primeiro é a construção de uma identidade negra influenciada pelos movimentos negros internacionais, no caso das organizações urbanas, e o reconhecimento étnico e cultural de um *campesinado* negro no caso das organizações rurais. Em segundo lugar, é a identificação com o território (o Litoral Pacífico colombiano) e, por último, estas organizações demonstram que é possível a construção de alianças estratégicas para conseguir a aceitação de suas demandas. A partir destes elementos, as organizações afro-colombianas se mobilizam usando repertórios de ação como a ocupação de edifícios públicos, manifestações nos centros urbanos, telegramas enviados aos políticos com o fim de incluir um artigo constitucional para as *comunidades negras* e reivindicar assim seus direitos étnicos

Também analisamos a formação de um conjunto de quadros interpretativos, vinculando justiça social, etnia/cultura, questão ambiental/ território. Desta maneira, vimos que os objetivos das organizações se apresentam como problemas que requerem mobilização.

Certos quadros interpretativos, isto é, os tipos de interpretação da realidade, são adotados tanto pelas organizações urbanas, quanto rurais na mudança da estrutura política na década de 1990, e facilitam a mobilização.

Essa mudança diz respeito aos espaços participativos que se abriram para as organizações afro-colombianas no processo de reforma constitucional, a inclusão de um Artigo Constitucional dirigido para a população negra, o Artigo Transitório 55, AT 55, em 1991, e a entrada em vigência da Lei 70 para “comunidades negras” em 1993. Essas oportunidades foram cruciais para a criação de novas organizações e para uma dinâmica participativa nos cenários de interlocução com o governo e com as distintas instituições do Estado.

Analizamos aqui as dificuldades e acertos que tiveram os ativistas do Movimento Afro-Colombiano neste processo de reforma constitucional e a expansão do movimento com o surgimento de novas organizações em cidades estratégicas da última década do século XX.

A partir do final dos anos 1990, as organizações afro-colombianas na capital do país têm procurado novos espaços de mobilização visando a plena aceitação de sua diferença cultural por parte do Estado e da sociedade. Vimos aqui que as estratégias de mobilização destas organizações e que conformam os diferentes repertórios de ação coletiva dizem respeito a: 1. A materialização das ações afirmativas; 2. A proteção da população deslocada pela violência para Bogotá; 3. A implementação da Cátedra de Estudos Afro-colombianos e o tema da etno-educação afro-colombiana de maneira geral.

Consideramos que a conjunção entre as estruturas de oportunidades políticas e os novos espaços de mobilização criados na cidade permite pensar na constituição de um movimento afro-colombiano de características urbanas que ainda está em construção.

Estas novas dinâmicas coletivas do movimento afro-colombiano no espaço urbano precisam de um estudo mais detalhado, pois aqui o que mostramos foi a

construção de novas estruturas de mobilização de características urbanas, que afetam o movimento afro-colombiano.

Esta temática poderá ter continuidade em trabalho posterior. Com o presente trabalho esperamos contribuir com as discussões sobre movimentos sociais na América Latina ao mostrar as relações entre estruturas de oportunidades políticas e o processo de mobilização da população negra colombiana, selecionando momentos decisivos, no curso dos quais se pôde ver o processo de mobilização da população negra, o modo como os grupos mobilizados se valeram de um repertório de formas de ação e constituíram quadros de interpretação da realidade que auxiliaram tanto sua mobilização quanto a constituição de sua própria identidade coletiva como “afro-colombianos”.

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel; QUINTIN, Pedro. "Política, cultura y autopercepción: las identidades en cuestión". *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 25. No. 1. 2003.

AGIER, Michel; HOFFMANN, Odile. "Pérdida de lugar, despojo y urbanización. Un estudio sobre los desplazados en Colombia". In: Cubides, F.; Domínguez, C.. *Desplazados, migraciones internas y reestructuraciones territoriales*. Observatorio Socio-Político y Cultural. Centro de Estudios Sociales. Uniersidad Nacional de Colombia. Bogotá. 1999.

AGUDELO, Carlos. "Panorama de estudios sobre las poblaciones de origen africano en Colombia. Influencias, tendencias y contextos". *Nuevo Mundo. Mundos nuevos (En línea)*. Debates, 2010. URL: <http://nuevomundo.revues.org/59187>.

_____. *Retos del multiculturalismo en Colombia. Política y poblaciones negras*. Ed. La Carreta Social. Medellín. 2005.

_____. "El Pacífico colombiano: de "remanso de paz" a escenario estratégico del conflicto armado". *Cuadernos de desarrollo rural*. No. 46. Universidad Javeriana. Bogotá. 2001.

_____. "Nuevos actores sociales y relegitimación del Estado. Estado y construcción del movimiento social de comunidades negras en Colombia". Ponencia: *Simposio Hacia el Estado de Derecho en América Latina: globalización, sociedad civil, seguridad ciudadana y gobernabilidad democrática*. 50 Congreso internacional de americanistas. Julio. Varsovia. 2000.

_____. "Política y organización de poblaciones negras en Colombia". *Documentos Cidse*. No. 39. 1999.

AGUDELO, Carlos; RECONDO, David. "Multiculturalismo en América Latina. Del Pacífico mexicano al Pacífico colombiano". In: O. Hoffmann, M.T. Rodríguez. *Los retos de la diferencia. Los actores de la multiculturalidad entre México y Colombia*. Ciesas, Cemca, Ird, Ianh. México. 2007.

AGUILAR, Soledad. *Inmigrantes negros: recreación y adaptación en la ciudad de Bogotá*. Monografía de grado. Departamento de Antropología. Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional de Colombia. 1995.

ALMARIO, Oscar. "Dinámica y consecuencias del conflicto armado colombiano en el Pacífico: limpieza étnica y desterritorialización de afrocolombianos e indígenas y 'multiculturalismo' de Estado e indolencia nacional. In: E. Restrepo, A. Rojas. *Conflicto e (in)visibilidad. Retos en los estudios de la gente negra en Colombia*. Editorial. Universidad del Cauca. Colección Políticas de la alteridad. Popayán. 2004.

_____. "Tras las huellas de los renacientes. Por el laberinto de la etnicidad e identidad de los grupos negros o afrocolombianos del Pacífico sur". In. M. Pardo. *Acción*

colectiva, Estado y etnicidad en el Pacífico colombiano. Instituto colombiano de Antropología e Historia. Bogotá. 2001.

ALONSO, Angela. "As teorias dos movimentos sociais: um balance do debate". *Lua Nova*. No. 76. 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Fondo de Cultura Económica. México. 1993.

APRILE-GNISET, Jacques. *Poblamiento, hábitats y pueblos del Pacífico*. Colección Edición Previa. Univalle. Cali. 1993.

ARBOLEDA, Rafael. "Nuevas investigaciones afrocolombianas". *Revista Javeriana*. Tomo XXXVII, No. 183. Universidad Javeriana. Bogotá. 1952.

ARBOLEDA, Rafael. *The ethnohistory of colombian negroes*. Dir: M. Herskovitz. Master. University of Chicago. 1950.

AROCHA, Jaime. *Mi gente en Bogotá: estudio socioeconómico y cultural de los afrodescendientes que residen en Bogotá*. Alcaldía Mayor de Bogotá. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. 2002.

"Chocó, paraíso de paz". In: A. Ulloa. *Contribución africana a la cultura de las Américas*. Instituto Colombiano de Antropología. Biopacífico. Bogotá. 1993.

ASSIES, Willem. "Los pueblos indígenas y la reforma del Estado en América Latina". In: W. Assies; G. van der Haar; A. Hoekema. *El reto de la diversidad: pueblos indígenas y reforma del Estado en América Latina*. El colegio de Michoacán. México. 1999.

BALIBAR, Etienne. "La forme nation: histoire e idéologie". In: I. Wallerstein, E. Balibar. *Race, nation, classe. Les identités ambiguës*. La découverte poche. Paris. 1997.

BASTIDE, Roger. *Les Amériques Noires. Les civilisations africaines dans le nouveau monde*. Ed. Payot. Paris. 1969.

BARBARY, Olivier. URREA, Fernando. *Gente negra en Colombia: Dinámicas sociopolíticas en Cali y el Pacífico*. Cidse/Univalle. IRD, Colciencias. Ed. Lealon. Medellín. 2004.

BEJARANO, Ana Maria. "Recuperar el Estado para fortalecer la democracia". *Análisis Político*. No. 22. 1994.

BELLO, Martha. "El desplazamiento forzado en Colombia: acumulación de capital y exclusión social". *Aportes andinos*. No. 7. 2003.

BOURDIEU, Pierre; Wacquant, Loic. *Réponses pour une anthropologie reflexive*. Seuil. Paris. 1992.

CABAL, Carlos Alfredo. *Norte del Cauca: De la finca y la hacienda a la empresa agrícola*. Centro de investigaciones multidisciplinarias en desarrollo rural. Cali. 1978.

CALDAS, Francisco José de. (1808). "Del influjo del clima sobre seres organizados". En: *Obras completas*. Imprenta Nacional. Bogotá. 1966.

CANOVAS, Julie. *Nouveaux mouvements sociaux et néolibéralisme en Amérique Latine*. L'Harmattan. Paris. 2006.

CASSIANI, Alfonso. *Las comunidades negras afrocolombianas de la costa Caribe. Africanos, esclavos palenqueros y comunidades negras en el caribe colombiano*. Informe de Investigación. Instituto Colombiano de Antropología. Bogotá. 1999.

CASTILLO, Luis Carlos. *Etnicidad y nación. El desafío de la diversidad en Colombia*. Ed. Universidad del Valle. Cali. 2007.

CAVAROZZI, Marcelo. "Mas allá de las transiciones a la democracia en América Latina". *Revista de Estudios políticos*. 1991.

CIMARRON, Movimiento. *Estado de derechos humanos de la población afrocolombiana*. AECID, Acción Social. Bogotá. 2010.

CODAZZI, Agustin. *Geografía física y política de la Nueva Granada*. Comisión Coreográfica. Banco de la República. Bogotá. 1958.

COHEN, Jean L. "Strategy or identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*. Vol. 52. No. 4. 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 1981.

DAGNINO, Evelina. "Cultura, ciudadanía y democracia: los discursos y prácticas cambiantes de la izquierda latinoamericana". In: Escobar et al. *Política cultural, cultura política. Una nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos*. Taurus, Bogotá. 2001.

DE ROUX, Gustavo. "Orígenes y expresiones de una ideología liberal". *Boletín Socioeconómico*. No. 22. Cidse, Cali. 1991.

DELLA PORTA, Donatella; Diani, Marco. *Social Movements: An introduction*. Blackwell Publishing. UK. 1999.

DIANI, Marco. "The concept of social movement". *The Sociological Review*. Vol. 40, no 1. 1992.

DUREAU, Françoise et al. *Villes et sociétés en mutation. Lectures croisées sur la Colombie*. Anthropos. Paris. 2004.

GIUGNI, Marco. "How social Movements matter: Past Research, Present Problems, Future Developments". In: M. Giugni et al. *How social movements matter*. University of Minnesota Press. 1999.

EISINGER, Peter. "The conditions of protest behavior in American cities". *American Political Science Review*. No. 81. 1973.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Zahar Ed. Rio de Janeiro. 2000.

ESCALANTE, Aquiles. "Notas sobre Palenque San Basilio". *Divulgaciones etnológicas*. No. IV. Universidad del Atlántico. Barranquilla. 1954.

ESCOBAR, Arturo. "Desplazamientos, desarrollo y modernidad en el Pacífico colombiano". In: E. Restrepo, A. Rojas. *Conflicto e (in)visibilidad. Retos en los estudios de la gente negra en Colombia*. Editorial. Universidad del Cauca. Colección Políticas de la alteridad. Popayán. 2004.

_____. "Política cultural y biodiversidad: Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano". In: E. Restrepo; M.V. Uribe. *Antropología en la modernidad. Identidades, etnicidades y movimientos sociales en Colombia*. Instituto Colombiano de Antropología. Bogotá. 1997.

ESCORCIA, José. *Sociedad y economía en el Valle del Cauca. Desarrollo político, social y económico 1800-1854*. Banco Popular. Bogotá. 1983.

FALS BORDA, Orlando. "Los constituyentes de 1991 también defendimos a los afrocolombianos" En: *América Negra*. N°6. Universidad Javeriana. Bogotá. 1993.

FAVELA, Diana Margarita. "La estructura de oportunidades políticas de los movimientos sociales en sistemas políticos cerrados: examen del caso mexicano". *Estudios Sociológicos XX*. No. 58. México. 2002.

FLOREZ, Juliana. " Una aproximación a la dimensión del disenso de los movimientos sociales: la imlosión de la identidad étnica en la red Proceso de Comunidades Negras" In: B. Levy, N. Gianatelli. *La política en movimiento. Identidades y experiencias de organización en América Latina*. Clacso. Buenos Aires. 2008.

FRIEDEMANN, Nina de. "Africa y los negros en la construcción de América. In: C.A. Uribe. *La Construcción de las Américas*. Universidad de los Andes. Bogotá. 1993a.

_____. *Presencia africana en Colombia. La saga del negro*. Bogotá. 1993b.

_____. "Estudios de negros en la Antropología colombiana". In: J. Arocha; N. Friedemann. *Un siglo de investigación social: Antropología en Colombia*. Etno, Bogotá. 1984.

_____. "Minería del oro y descendencia: Guelmambi, Nariño". *Revista colombiana de antropología*. No. 16. Instituto Colombiano de Antropología. Bogotá. 1974.

GALEANO, Paula. "Sabores "negros" para paladares "blancos". In: Camacho, J.; Restrepo, E. *De Montes, Ríos y Ciudades. Territorios e identidades de la gente negra en Colombia*. Fundación Natura. Ecofondo. Icanh. Bogotá. 1999.

GAMSON, William. "The social psychology of collective action". In: A. Morris; C. Mueller. *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale University Press. 1992.

_____. *Talking politics*. Cambridge University Press. 1992.

GAMSON, William; Meyer, David. "Framing political opportunity". In: *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge University Press. Cambridge. 1996.

GARCIA, Marta Cecilia. "Luchas y movimientos cívicos en Colombia durante los ochenta y los noventa, transformaciones y permanencias". In: M. Archila; M. Pardo. *Movimientos sociales, Estado y democracia en Colombia*. CES/Universidad Nacional de Colombia, ICANH. Bogotá. 2001.

GILROY, Paul. *There aint no black in the Union Jack> the cultural politics of race and nation*. Hutchinson. Londres. 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Ed. Loyola. São Paulo. 2000.

GOMEZ, Laureano. (1928). Interrogantes sobre el progreso de Colombia. 1970.

GONZALEZ, Catalina "Música, identidad y muerte en el Pacífico Sur colombiano". *Revista Universidad de Guadalajara*. Separata. Guadalajara. No. 27. 2003.

GRAMSCI, Antonio. *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Juan Pablo Editor. México. 1975.

GRANDA, Alberto. "Asamblea nacional constituyente y constitución política de 1991". *Pensamiento Humanista*. No. 2. Universidad Pontificia Bolivariana. Medellín. 1994.

GROS, Christian. "Derechos indígenas y nueva constitución en Colombia". *Análisis Político*. No. 19. Iepri. 1993.

GRUESO, Libia; ROSERO, Carlos; ESCOBAR, Arturo. "The process of black community organizing in the southern Pacific coast region of Colombia". In: Alvarez, S. et al. (eds.) *Culture of politics, politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. Westview Press. Oxford. 1998.

GUHA, Ranajit. *A subaltern studies reader. 1986-1995*. U. Minnesota Press. Minneapolis. 1997.

GUTIERREZ de Pineda, Virginia. *Miscegenación y cultura en la Colombia colonial. 1750-1810*. Colciencias. Uniandes. Bogotá. 1999.

GUTIERREZ AZOPARDO, Idelfonso. *Historia del negro en Colombia*. Editorial Nueva América. Bogotá. 1980.

HALL, Stuart. "Cultural identity and Diaspora". In: J.Rutherford . *Identity*. Lawrence and Wishart. 1990.

HARTLYN, Jonathan. "El Presidencialismo y la Política Colombiana". In: Linz, Juan y Arturo Valenzuela. *La Crisis del Presidencialismo*. Alianza Editorial. Madrid. 1998.

HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Paz e Terra Ed. Rio de Janeiro. 1998.

HOFFMANN, Odile. "Políticas agrarias, reformas del Estado y adscripciones identitarias: Colombia y México". *Análisis Político*. No. 34. 1998.

HURTADO, Teodora. "La construcción de un modelo de ciudadanía diferenciada: el empoderamiento político de la población afrocolombiana y el ejercicio de la movilización étnica". In: A. Rojas. *Estudios afrocolombianos. Aportes para un estado del arte*. Editorial Universidad del Cauca. Popayán. 2004.

_____. "La protesta social en el norte del Cauca y el surgimiento de la movilización étnica afrocolombiana". In: M. Pardo. *Acción colectiva, Estado y etnicidad en el Pacífico colombiano*. Colciencias. Instituto colombiano de antropología e historia. Bogotá. 2001.

JARAMILLO URIBE, Jaime. (1968). *Ensayos sobre historia social colombiana*. Universidad Nacional. Bogotá. 1994.

_____. *El pensamiento colombiano en el siglo XIX*. Planeta. Bogotá. 1997.

KITSCHOLT, Herbert. "Political Opportunity Structure" and Political Protest: Anti-nuclear Movements in Four Democracies". *British Journal of Political Science*. 1986.

KLANDERMANS, Bert. *The social psychology of protest*. Blackwell publishers. 1997.

_____. "The Case for Longitudinal Research on Movement Participation". In: Diani, M. y Eyerman, R. *Studying collective action*. Sage. Londres. 1992.

KRIESI, Hanspeter. "Political context and opportunity". In: *The blackwell companion to social movements*. Blackwell. 2004.

_____. *New social movements in Western Europe*. ULC Press. Londres. 1995.

LACLAU, Ernesto; Mouffe, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Siglo XXI. Madrid. 1987.

LEAL, Claudia. "Manglares y economía extractiva". In: A. Maya. *Geografía humana de Colombia. Los afrocolombianos*. Tomo IV. Instituto Colombiano de cultura hispánica. Bogotá. 1998.

LEAL, Francisco. "El Estado Colombiano, crisis de modernización incompleta?". In: J.O. Melo. *Colombia Hoy. Perspectivas hacia el siglo XXI*. Siglo XXI editores. Bogotá. 1987.

LEHMANN, David. *Democracy and development in Latin America: Economics, politics and religion in the post war period*. Polity Press. Cambridge. UK. 1990.

LOPEZ de Mesa, Luis. (1934). *De cómo se ha formado la nación colombiana*. 1970.

LUNA, Carolina. *De lo rural a lo urbano: procesos organizativos de población negra en Bogotá*. Monografía de grado. Departamento de Historia. Universidad Javeriana. Bogotá. 2007.

MAYA, Adriana. "Educación superior y etnoeducación afrocolombiana: Universidad de los Andes". Ministerio de Educación Nacional. Bogotá. 2002.

McADAM, Doug. "Social movements". In: Smelser, N. *Handbook of Sociology*. Sage. Newbury Park. 1988.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D; ZALD, Mayer (eds). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge University Press. Cambridge. 1996.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. 2001.

McCARTHY, John D; ZALD, Meyer. "Resource mobilization and social movements: a partial theory". *American Journal of Sociology*. Vol. 82. No. 6. 1977.

MELO, Jorge Orlando. "Caciques y gamonales". *Revista Credencial Historia*. Biblioteca virtual del Banco de la República. 2005.

MELUCCI, Alberto. "Social movements and the democratization of everyday life". En: Deane, J. (comp.). *Civil society and the state. New European perspectives*. Verso. London. 1988.

_____. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

MERIZALDE, Bernardo. *Estudio de la costa colombiana del Pacífico*. Estado mayor general. Bogotá. 1921.

MEZA, Luis López de. *De cómo se ha formado la nación colombiana*. Bogotá. 1934.

MEZA, Andrés. "Trayectorias de los Afrodescendientes en el comercio callejero en Bogotá". *Revista colombiana de Antropología*. Icanh. No. 39. 2003.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *The birth of american culture. An anthropological perspective*. Bacon Press. Boston. 1992 (1976).

MOLINA, Gerardo, *Las ideas liberales en Colombia: 1849-1914*. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 1970.

MORALES, Inírida. "La presencia afrocolombiana en la ciudades: Bogotá, una experiencia multicultural". *VI Cátedra Anual de Historia Ernesto Restrepo Tirado: 150 años de la abolición de la esclavitud e Colombia, desde la marginalidad a la construcción de la nación*. Ministerio de Cultura. PNUD, Centro Regional para el fomento del libro en América Latina y el Caribe, Fundación Beatriz Osorio. Bogotá. 2002.

MOSQUERA, Claudia. *Acá antes no se veían negros*. Cuadernos de Investigación. Estudios monográficos.: Observatorio de cultura urbana. Bogotá 1998.

MOSQUERA, Claudia; PARDO, Mauricio; HOFFMAN, Odile. "Las trayectorias sociales e identitarias de los afrodescendientes". In: C. Mosquera, M. Pardo, O. Hoffman. *Afrodescendientes en las Américas. Trayectorias sociales e identitarias*. Universidad Nacional. Icanh. IRD. Bogotá. 2002.

_____. *Afrodescendientes en las Américas. Trayectorias sociales e identitarias. (150 años de la abolición de la esclavitud en Colombia)*. Universidad Nacional de Colombia. ICANH. Bogotá. 2002.

MOSQUERA, Claudia; Rodríguez, Margarita María. "Las acciones afirmativas vistas por líderes y lideresas del Movimiento Social Afrocolombiano". In: Mosquera, C.; León, E. *Acciones afirmativas y ciudadanía diferenciada étnico-racial negra, afrocolombiana, palenquera y raizal. Entre Bicentenarios de las Independencias y Constitución de 1991*. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2010.

MOSQUERA, Juan de Dios. *Las comunidades negras de Colombia hacia el siglo XXI*. Docentes editores. Bogotá. 2000.

MUELLER, Carol McClurg. "Building social movement theory". ". In: A. Morris; C. Mueller. *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale University Press. 1992.

MUNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación. Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821)*. Ancora Editores. Bogotá. 1998.

NEVEU, Erik. *Sociología de los movimientos sociales*. ABYA-YALA ed. Quito. 2000.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil". In: C. N. Coutinho, M. A. Nogueira. *Gramsci e América Latina*.

NUN, José. *La rebelión del coro*. Ed. Nueva Visión. Buenos Aires. 1989.

OBERSHALL, Anthony. *Social conflict and social movements*. Prentice Hall. New Jersey. 1973.

O'DONNELL, Guillermo. "On the State, various crises and problematic democratization. (preliminary draft)". Hellen Kellog Institute for international studies. University of Notre Dame. CEBRAP. 1992.

ORTIZ, Renato. [1985]. *Cultura Brasileira e identidade Nacional*. Editora Brasiliense. São Paulo. 2003.

PACHECO, Margarita. *La fiesta liberal en Cali*. Universidad del Valle. Cali. 1992.

PARDO, Mauricio. *Acción colectiva, estado y etnicidad en el Pacífico colombiano*. Instituto Colombiano de Antropología. Bogotá. 2001.

_____. "Construcción reciente de elementos de liderazgo en el Pacífico colombiano". In: Sotomayor, M.L. *Modernidad, identidad y desarrollo. Construcción de sociedad y re-creación cultural en contextos de modernización*. Instituto Colombiano de Antropología. Bogotá. 1998.

_____. "Movimientos sociales y actores no gubernamentales". In: M.V.Uribe; E.Restrepo. *Antropología en la Modernidad. Identidades, etnicidades y movimientos sociales en Colombia*. Instituto Colombiano de Antropología, Colcultura. Bogotá. 1997.

PECAUT, Daniel. *Crónica de cuatro décadas de la política colombiana*. Ed. Norma. Bogotá. 2006.

_____. "Pasado, presente y futuro de la violencia". *Análisis Político*. 1997.

PINEDA, Roberto. "La constitución de 1991 y la perspectiva del multiculturalismo en Colombia". *Alteridades* Vol. 7. No. 14. 1997.

_____. "La reivindicación del indio en el pensamiento social colombiano". In: J. Arocha; N. Friedemann. *Un siglo de investigación social: Antropología en Colombia*. Etno, Bogotá. 1984.

PORTANTIERO, Juan Carlos. "Los usos de Gramsci". *Cuadernos de pasado y presente*. No. 54. 1977.

PRICE, Thomas. "Estado y necesidad de las actuales investigaciones afrocolombianas". *Revista colombiana de antropología*. Vol. 2. 1954.

RAUSCH, Jane. "Diego Luis Córdoba y el surgimiento de la identidad afrocolombiana a mediados del siglo XX". *Historia y Sociedad*. No. 9. 2003.

RESTREPO, Eduardo. "Biopolítica y alteridad: dilemas de la etnización de las colombias negras". In: E. Restrepo, A. Rojas. *Conflicto e (in)visibilidad. Retos en los estudios de la gente negra en Colombia*. Editorial Universidad del Cauca. Popayán. 2004.

_____. "La construcción de la etnicidad. "Comunidades negras" en Colombia. In: M.L. Sotomayor. *Modernidad, identidad y desarrollo*. Instituto Colombiano de Antropología. Colciencias. Bogotá. 1998.

RESTREPO, Eduardo, ROJAS, Axel. *Conflicto e (in)visibilidad. Retos en los estudios de la gente negra en Colombia*. Editorial. Universidad del Cauca. Colección Políticas de la alteridad. Popayán. 2004.

RESTREPO, Luis Alberto. "Asamblea Nacional constituyente en Colombia: Concluirá por fin el Frente Nacional?". *Análisis Político*. IEPRI. Enero-Abril. 1991.

ROBINSON de Saavedra, Dilia. "La política de Etnoeducación afrocolombiana". *I Foro de Etnoeducación Afrocolombiana*. Ministerio de Educación Nacional. Bogotá. 2002.

RODRIGUEZ, Natalie; JIMENEZ, Natalia. *Estado del arte de la investigación sobre las comunidades de afrodescendientes y raizales en Bogotá, D.C.* Alcaldía de Bogotá. Instituto Distrital de Cultura y Turismo. Observatorio de Cultura Urbana de Bogotá. 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1988.

SAMPER, José María. Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición social de las repúblicas colombianas 8hispano-americanas): con un apéndice sobre la orografía y la población de la Confederación Granadina. Imprenta de E. Thunot y C°. París. 1861.

SANCHEZ, Enrique; Roldán, Roque; Sánchez, Maria F. *Derechos e identidad de los pueblos indígenas y negros en la Constitución de 1991*. Disloque Editores. Bogotá. 1993.

SANCHEZ, Gonzalo; Peñaranda, Ricardo. *Pasado y presente de la violencia en Colombia*. Ed. Cerec. Bogotá. 1991.

SANTANA, Pedro. "Replanteamiento político y el pensamiento de Gramsci". In: *Antonio Gramsci y la realidad colombiana*. Ediciones Foro Nacional por Colombia. Bogoá. 1991.

SHUMWAY, Nicolas. *The invention of Argentina*. University of California Press. Berkeley. 1991.

SIEDER, Rachel. "Recognising indigenous law and the politics of State Formation in Mesoamerica". In: R. Sieder. *Multiculturalism in Latin America. Indigenous rights, diversity and democracy*. Palgrave MacMillan. New York. 2002.

SNOW, David; Benford, Robert. "Ideology, frame resonance and participant mobilization". *International social science movement research*. Vol. 1. 1988.

SNOW, David; Soule, Sarah; Kriesi, Hanspeter. "Mapping the terrain". In: *The blackwell companion to social movements*. Blackwell. 2004.

TARROW, Sydney. *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Editora Vozes. São Paulo. 2009.

_____. "States and Opportunities. The political structuring of social movements" In: McAdam, D.et al. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, movilizing structures and cultural framings*. Cambridge University Press. Cambridge. 1996.

_____. *Power in movement: social movements, collective action, and politics*. Cambridge University Press. Cambridge. 1994.

_____. "States and opportunities: The political structuring of social movements". In: D. McAdam, J. McCarthy, M. Zald. *Comparative Perspectives on Social Movements. Political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge University Press. New York. 1996.

TAUSSIG, Michael. *Destrucción y resistencia campesina: el caso del litoral Pacífico*. Punta de lanza ed. Bogotá. 1978.

TILLY, Charles. *Los movimientos sociales. 1768-2008. Desde sus orígenes a facebook*. Ed. Crítica. Barcelona. 2009.

_____. "From interactions to outcomes". In :M. Giugni, D. McAdam, C. Tilly. *How social movements matter*. University of Minnesota Press. 2004.

_____. "Contentious repertoires in Great Britain". In: T. Mark. *Repertoires and cycles of collective action*. Duke University. Durham. 1995.

_____. "Contentious repertoires in Great Britain. 1758-1834" *Social Science History*. No. 17. 1993.

_____. "Social movements and national politics". In: Bright, Charles.; Harding, Susan. *Statemaking and social movements: essays in history and theory*. University of Michigan. Ann Arbor. 1984.

_____. "Social Movements and national politics". Working Paper. No. 197. University of Michigan. Maio. Ann Arbor. 1979.

_____. *From mobilization to revolution*. Reading. Assing-Wesley. MA. 1978.

TIRADO MEJIA, Alvaro. *Nueva Historia de Colombia*. Editorial Planeta. Bogotá. 1989.

TOURAINE, Alain. *Pourrons-nous vivre ensemble?: égaux et différents*. Ed. Fayard. Paris. 1997.

_____. *Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina*. Ed. Unicamp. Campinas. 1989.

_____. *Production de la société*. Seuil. Paris. 1973.

URREA, Fernando; HURTADO, Teodora. "Imágenes sobre las transformaciones sociales en un "pueblo de negros": el caso de Puerto Tejada". In: J. Camacho, E. Restrepo. *De montes, ríos y ciudades. Territorios e identidades de la gente negra en Colombia*. Natura. Ecofondo. Bogotá. 1999.

URREA, Fernando; Ramírez, Héctor Fabio; Viáfara, Carlos. "Perfiles sociodemográficos de la población afrocolombiana en contextos urbano-regionales del país a comienzos del siglo XXI en Anuario de Investigaciones Cidse. Universidad del Valle. Cali. 2002.

VALENCIA VILLA, Hernando. "Por una Asamblea Constituyente Democrática". *Análisis Político*. No. 9. 1990.

VAN COTT, Donna Lee. "A political analysis of legal pluralism". *Journal of Latin American Studies*. Vol. 32. No. 1. 2000.

_____. "Constitutional reform in the Andes: Redefining indigenous-state relations". In: R. Sieder. *Multiculturalism in Latin America. Indigenous rights, diversity and democracy*. Palgrave MacMillan. New York. 2002.

VARGAS, Lina Maria. *Poética del peinado afrocolombiano*. Alcaldía Mayor de Bogotá. Instituto Distrital de Cultura y Turismo. Bogotá. 2003.

VASCO, Luis Guillermo. "Quintín Lame: resistencia y liberación". *Tabula Rasa*. No.9. julio-diciembre. Bogotá. 2008.

VELASQUEZ, Rogerio. 2000. *Fragmentos de historia, etnografía y narraciones del Pacífico colombiano*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá.

VILLA, William. "Movimiento Social de Comunidades Negras en el Pacífico Colombiano. La construcción de una noción de territorio y región". In: A. Maya. *Los Afrocolombianos. Geografía Humana de Colombia*. Tomo VI. Instituto colombiano de cultura hispánica. Bogotá. 1998.

VILLA, William. "Movimiento social de comunidades negras en el Pacífico colombiano. La construcción de una noción de territorio y región". In: A. Maya. *Los afrocolombianos. Geografía humana de Colombia*. Tomo VI. Instituto colombiano de cultura hispánica. Bogotá. 1998.

VILLEGAS VELEZ, Alvaro. Nación y alteridad en Colombia: la población negra y la colonialidad del poder. *Revista Colombiana de Antropología*. Vol. 44. No. 1. 2008.

VILLEGAS, Alvaro, CASTRILLON, Carolina. "Territorio, enfermedad y población en la producción de la geografía tropical colombiana. 1872-1934". *Historia Crítica*. No. 32. U. de los Andes. 2006.

WADE, Peter. "Población negra y la cuestión identitaria en América Latina". *Universitas Humanística*. No. 65. U. Javeriana. 2008.

_____. *Música, raza y nación. Música tropical en Colombia*. Vicepresidencia de la República, Departamento Nacional de Planeación, Programa plan Caribe. Bogotá 2000.

_____. "La population noire en Amérique Latine: multiculturalisme, législation e situation territoriale". *Problèmes d'Amérique Latine*. No. 32. 1999.

_____. *Gente negra, nación mestiza. Dinámicas de las identidades raciales en Colombia*. Universidad de Antioquia Ed. Siglo del Hombre Ed. Bogotá. 1997.

_____. "Identidad y etnicidad". In: A. Escobar, A. Pedrosa. *Pacífico. Desarrollo o diversidad?. Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Cerec. Bogotá. 1996.

_____. "The cultural politics of blackness in Colombia". *American Ethnologist*. Vol. 22. No. 2: 341-357. 1995.

_____. "Identidad y etnicidad". In: Escobar, A.; Pedrosa, A. *Pacífico: Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Cerec. Bogotá. 1996.

_____. "Lista de organizaciones comunitarias de gente negra en Colombia". *América Negra*. Marzo 1993.

_____. "The language of race, place and nation in Colombia". *América Negra*. No. 2. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. 1991.

Weber, Max. *Economía y Sociedad*. Fondo de cultura económica. México. 1977.

WHITTEN, Norman. "Strategies of adaptive mobility". *American Anthropologist*. No. 71. 1969.

WHITTEN, Norman, TORRES, Arlene. *Blackness in America and the Caribbean*. Indiana University Press. Bloomington, 1998.

WHITTEN, Norman; Friedemann, Nina S. de. "La cultura negra del litoral Pacífico ecuatoriano y colombiano: un modelo de adaptación étnica". *Revista colombiana de antropología*. Vol. 17. Bogotá. 1974.

WIEVIORKA, Michel. "Mouvements sociaux à l'épreuve du politique. In: M. Vakaloulis, P. Cours-Salies. *Les mobilisations collectives. Une controverse sociologique*. PUF. Actuel Marx Confrontation. Paris. 2003.

WOUTERS, Mieke. "Derechos étnicos bajo fuego: el movimiento campesino negro frente a la presión de grupos armados en el Chocó. El caso de la ACIA". In: Pardo, M. (ed.). *Acción colectiva, estado y etnicidad en el Pacífico colombiano*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Colciencias. Bogotá. 2001.

ZALD, Mayer. "Culture, Ideology and strategic framing". In: D. McAdam, J. McCarthy, M. Zald. *Comparative Perspectives on Social Movements. Political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge University Press. New York. 1996.

ZULUAGA, Francisco; BERMUDEZ, Amparo. *La protesta social en el suroccidente colombiano*. Siglo XVIII Ed. Universidad del Valle. Cali. 1997.